

Nídia Margarida dos Reis Borges Costa da Rosa

Gestão dos Parques Naturais em Cabo Verde

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

Universidade Jean Piaget de Cabo Verde

Campus Universitário da Cidade da Praia
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande
Cidade da Praia, Santiago
Cabo Verde

Nídia Margarida dos Reis Borges Costa da Rosa

Gestão dos Parques Naturais em Cabo Verde

Nídia Margarida dos Reis Borges Costa da Rosa, autora da monografia intitulada, **“Gestão dos Parques Naturais em Cabo Verde”** declara que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do seu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia, 20 de Maio de 2013.

Nídia Margarida Rosa

Memória Monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde como parte dos requisitos para a obtenção do Grau Licenciatura em Curso Administração Pública e Autárquica.

Sumário

O Presente trabalho que se intitula “**Gestão dos Parques Naturais em Cabo Verde**”, enquadra-se no âmbito do curso de licenciatura em Administração Pública e Autárquica, realizado pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

Em Cabo Verde, a criação dos parques naturais, bem como das outras áreas protegidas, têm vindo a aumentar, mas os modelos de gestão utilizados nem sempre são eficazes e eficientes, o que nem sempre se verifica, condicionando os princípios desses parques naturais de Serra Malagueta, de Monte Gordo e de Fogo.

Tendo em consideração as vantagens do modelo de gestão participativa para as áreas protegidas e, particularmente, para os parques naturais, o presente trabalho tem, entre outros objectivos, analisar a gestão desses e propor medidas de políticas e estratégias que contribuam para uma melhor gestão dos mesmos.

Para a realização deste trabalho, foi utilizada a metodologia qualitativa, com enfoque na análise SWOT, apresentado assim nas informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisas e análise dos relatórios, bem como os estudos realizados, em Cabo Verde, sobre as áreas protegidas, com realce para os dos parques naturais.

Com a realização deste trabalho, concluiu-se que, em Cabo Verde, os parques naturais, para além de terem potencialidades (a biodiversidade e existência de um contexto institucional e legislativo geral favorável a gestão dos Parques) e oportunidades (parceria especial de Cabo Verde com a União Europeia, adesão de Cabo Verde a OMC e as Organizações Internacionais e Regionais sobre o Ambiente), deparam-se com fraquezas (não existência de sinergias entre gestão dos Parques e as Câmaras Municipais e a falta de concertação institucional e sistémica na elaboração dos planos estratégicos) e ameaças (alterações climáticas globais que podem provocar a seca e indutoras de alterações na distribuição dos *habitats* e espécies, a pobreza e aumento da procura dos parques naturais para o turismo), o que condicionam a sua gestão, pelo que devem ser geridos com base em novos paradigmas, nomeadamente a implementação do modelo de gestão participativa, a cooperação, a concertação e a articulação estratégicas entre as instituições responsáveis directa, ou indirectamente na gestão dos parques naturais.

Palavras-chave: Áreas; conservação; gestão; naturais; parques; protegidas.

Agradecimentos

É sempre difícil redigir os agradecimentos, principalmente por não querer esquecer ninguém que colaborou para a conquista desse desafio. Sendo assim, gostaria de agradecer à Deus, pela força, e à todos os que directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Um especial agradecimento ao Professor, Mestre Simão Paulo Rodrigues Varela, pela dedicação, disponibilidade e rigor demonstrado ao longo da elaboração da monografia.

Aos técnicos, funcionários e colegas da Direcção Geral do Ambiente, nomeadamente os Directores dos Parques de Serra Malagueta, de Monte Gordo e do Fogo, Dr^s João Monteiro Mascarenhas, Alexandre Nevsky, Lindace Oliveira, respectivamente, o Coordenador das Áreas Protegidas, Eng.º Manuel Leão Carvalho, o Director dos Recursos Naturais da Direcção Geral do Ambiente, Dr. Nuno Miguel Ribeiro, o Director Geral do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, Dr. Moisés António Borges, pela disponibilidade em facultar os documentos sobre as áreas protegidas de Cabo Verde, bem como sugestões e parecer, sem os quais, o trabalho não teria essa qualidade e, sendo assim, rigor científico desejado.

A equipa dos Parques Naturais de Serra Malagueta, na ilha de Santiago, do Fogo e o do Monte Gordo, na ilha de São Nicolau, pelas disponibilidades e colaboração.

À Professora, Mestre Arlinda Rodrigues, pelas correcções que fez no trabalho e sugestões de melhoria do mesmo, um obrigado especial.

Um muito obrigado, à todos aos que se disponibilizaram para conceder entrevistas sem as quais não teria sido possível obter informações pertinentes da parte prática deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais e irmãos, pelos apoios materiais e financeiros, força e carinho, em todos os momentos dessa longa e aturada caminhada.

À todos os meus amigos e colegas de curso que, de uma forma ou outra, com as suas palavras de encorajamento, me ajudaram na concretização deste trabalho.

À todos, obrigada!

Índice

Introdução.....	14
1.Contextualização e problemática	14
2.Importância do trabalho	18
3.Perguntas de partida.....	19
4.Objectivos do trabalho.....	20
4.1 Objectivo geral.....	20
4.2 Objectivos específicos.....	20
5.Estrutura do trabalho	20
CAPÍTULO 1: ABORDAGEM TEÓRICA METODOLÓGICA	22
1.1 Apresentação dos Conceitos.....	22
1.2. Fundamentação teórica	25
1.2.1. Perspectivas históricas	25
1.2.2.Categorização e caracterização das Áreas protegidas	31
1.2.3.Biodiversidade e conservação da natureza	39
1.2.4.Especificidades ambientais das zonas insulares	42
1.2.5.Cooperação e gestão das áreas protegidas	44
1.3. Abordagem metodológica	48
CAPÍTULO 2: ENQUADRAMENTO E SITUAÇÃO AMBIENTAL DE CABO VERDE.....	50
2.1. Localização geográfica	50
2.2.Dinâmica demográfica	52
2.3.Situação económica	50
2.4.Biodiversidade e conservação da natureza	53
2.5. Situação ambiental em Cabo Verde	56
2.6. Legislação e políticas ambientais	61
CAPÍTULO 3: GESTÃO DOS PARQUES NATURAIS EM CABO VERDE.....	67
3.1.Caracterização dos parques naturais.....	67
3.1.1 . Parque Natural de Serra Malagueta.....	67
3.1.2.Parque Natural Monte Gordo.....	71
3.1.3 Parque Natural do Fogo.....	76
3.2.Resultados de estudos.....	80
3.2.1. Análise SWOT sobre a gestão das áreas protegidas em Cabo Verde ..	89
CONCLUSÃO.....	93
BIBLIOGRAFIAS E LEGISLAÇÕES.....	97
APÊNDICES	103
Apêndices 1 - Guião de entrevistas feitas aos sujeitos de pesquisa	103
ANEXOS	105
Anexo 1: Carta Topográfica do Parque Natural de Serra Malagueta	106
Anexo 2: Carta Topográfica do Parque Natural de Monte Gordo	107
Anexo 3: Carta Topográfica do Parque Natural do Fogo	108

Quadros

Quadro 1: Número e extensão de áreas protegidas de acordo com o IUCN.....	34
Quadro 2: Estrutura da rede de área protegida (AP) /área marinha protegida (AMP) de Cabo Verde por bioma e categoria.....	38
Quadro 3: Pacote legislativo em matéria de ambiente e conservação da natureza	65
Quadro 4: Pontos fortes e fracos.....	90
Quadro 5: Oportunidades e ameaças	91

Gráficos

Gráfico 1: Evolução da população de Cabo Verde 1940 a 2010.....	54
Gráfico 2: Distribuição de espécies endémicas por ilhas	59

Figuras

Figura 1: Esquema metodológica	49
Figura 2: Localização do arquipélago de Cabo Verde	51

Siglas e abreviaturas

AP (s)	Áreas protegidas
AMP	Áreas Marinhas Protegidas
CCC	Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
CCD	Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
DGASP	Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária
DGA	Direcção Geral do Ambiente
ENPADB	Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade
GEF	Fundo Global para o Ambiente
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MAHOT	Ministério de Ambiente e Habitação e Ordenamento do Território
ODM	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PIB	Produto Interno Bruto
PNSM	Parque Natural de Serra Malagueta
PNMG	Parque Natural de Monte Gordo
PNF	Parque Natural do Fogo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGPH	Recenseamento Geral da População e da Habitação
SDTIBM,SA	Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio
SEPA	Secretariado Executivo Para o Ambiente
SIA	Sistema de Informação Ambiental
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica

Introdução

1.Contextualização e problemática

O processo de desenvolvimento económico e a garantia do bem-estar global das sociedades humanas esteve sempre assente numa dependência directa entre o homem e o ambiente o que tem sido traduzida numa utilização desenfreada e irresponsável dos recursos naturais, o que provocaram uma série de consequências desastrosas como o êxodo rural, a crescente urbanização, a poluição dos solos, da água e do ar, o esgotamento de importantes recursos naturais e, em suma, a degradação da biodiversidade terrestre e marinha na sua forma mais abrangente.

A situação preocupante desta degradação impõe uma atitude mais responsável do Homem para com o ambiente, por forma a restabelecer-se a necessária harmonia entre este e a natureza. Essa harmonia reflecte, em última instância, o conceito da sustentabilidade que irá permitir uma utilização responsável e duradoura dos recursos naturais e garantir, em consequência, às gerações vindouras um futuro diferente e promissor, pois a sua qualidade de vida depende, grandemente, do nível de conservação desses ecossistemas (MAA, 1999)¹.

¹ MAA a sigla do Ministério do Ambiente e Agricultura - Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade 1999, disponível em: <<http://www.sia.cv>, Consultado em Outubro de 2012>

Com a mudança de atitude do Homem, uma resposta às preocupações sobre o crescente impacto da actividade humana sobre os recursos naturais, em 1983 a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para discutir e propor meios de harmonizar os dois objectivos - desenvolvimento económico e conservação ambiental (MAA, 1999).

As questões relacionadas com a conservação da diversidade biológica começaram a fazer parte da agenda de várias organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas (MAA, 1999), a partir de 1972 em Estocolmo e confirmado na Conferencia de Rio em 1992 a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), através do consenso a volta dos princípios, recomendações e acções da Agenda 21 e sobretudo das convenções internacionais, com nova abordagem da problemática do ambiente mundial.

A CDB é constituída por 42 artigos que estabelecem um programa para reconciliar o desenvolvimento económico com a necessidade de preservar todos os aspectos da diversidade biológica.

Cabo verde é um arquipélago inserido na região Macaronésia com influências da região saheliana, dotada de características climáticas, geológicas, marítimas, geomorfológica, botânica e zoológicas peculiares. Esta particularidade faz com que cabo verde seja um arquipélago específico entre os outros da vasta área atlântica (MAA e DGA, 2003:3)², devido à conjugação de vários factores, são detentora de uma diversidade biológica considerável e de importância global, apresentando no entanto um ecossistema de fraco equilíbrio, onde existe vários factores de ameaças, como a seca, as espécies exóticas e invasoras, factores antrópicos de várias ordens, interessa e vê-se como necessário a conservação e gestão sustentável dos seus recursos naturais, como condição necessária para o desenvolvimento sustentado.

² MAA e DGA são siglas do Ministério do Ambiente e Agricultura de Cabo Verde e da Direcção Geral do Ambiente, Decreto-Lei nº 32003 de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas, 2003:3

O conceito de desenvolvimento sustentável foi proposto nos anos oitenta com a elaboração da Estratégia Mundial para a Conservação da Natureza que se traduziu pela necessidade premente de harmonizar o processo de desenvolvimento e a exploração desenfreada dos recursos que deveria ser feita dentro dos níveis que permitam a sua renovação, evitando assim a sua colocação em perigo (MAA, 1999).

A natureza insular do arquipélago, aliado as acções nefastas de factores climáticos e antrópicos, vem contribuindo ao longo dos tempos para a degradação dos seus recursos naturais. Esta situação exige a implementação de medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais de todo território nacional (MAA e DGA, 2003:3).

O estado de degradação muito avançado dos recursos marinhos e terrestres de Cabo Verde, deve-se em parte, de acordo com a opinião dos especialistas e da população local, à má gestão desses recursos. A 29 de Março de 1995 Cabo Verde comprometeu-se perante a Comunidade Internacional a promover a implementação dos objectivos e princípios que constam desse documento (MAA, 1999).

Cabo Verde, para confirmar a sua participação na luta contra as ameaças ambientais planetárias, ratificou as principais convenções internacionais (CCD, CBD, CCC) e comprometeu-se a implementá-las através de estratégias e planos de acção. A ligação entre a Gestão Ambiental Global e o Desenvolvimento Durável é capital para um país como Cabo Verde, tendo em conta a vulnerabilidade ambiental e no contexto de um pequeno estado insular em desenvolvimento (SIDS), devem ser bem avaliados e implementados com uma visão estratégica integrada, sinérgica e de longo prazo (ROCHA, CHARLES e NEVES.ARLINDA, 2007:12).

Desde a independência nacional a 5 de Julho de 1975, os sucessivos Governos Caboverdianos têm-se mostrado preocupados com a questão da preservação dos ecossistemas e com o enquadramento dos organismos vocacionados para a gestão ambiental. O segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) constitui a concretização destas políticas e define as orientações estratégicas de aproveitamento dos recursos naturais bem como os seus efeitos sobre a gestão sustentável das actividades económicas. É um documento orientador de um processo contínuo caracterizado por uma dinâmica própria e que nos

próximos 10 anos (2004-2014), servirá de base de trabalho, permitindo um desenvolvimento Cabo-verdiano sustentável e harmonioso, garantindo um ambiente sadio (MAAP, 2004 a 2014:12)³.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (conhecida como a Cimeira da Terra), realizada no Rio de Janeiro, Brasil em 1992, constitui uma referência histórica na área do ambiente marcando, assim, a mudança na abordagem da problemática ambiental a nível mundial. Como resultado deste processo, assiste-se à mobilização dos países em programas a nível nacional, regional e internacional. É a partir da Cimeira da Terra que a problemática ambiental ganha uma nova dinâmica e passa a ser integrada, de forma explícita, no processo de planeamento. De destacar, ainda a emanação a partir da Conferência do Rio de convenções específicas, designadamente, nos domínios da luta contra a desertificação, da biodiversidade e das mudanças climáticas (MAAP e DGA, 2004:11)⁴.

Com a criação de um sistema de AP, o país deu passos importantes. A Estratégia e o Plano de Acção Nacional da Biodiversidade (1999) definiram habitats prioritários para conservação representativos do património em matéria de biodiversidade. Este exercício de definição de prioridades serviu de base para o estabelecimento legal da rede nacional de AP em 2003, Com 47 sítios compreendendo tantas áreas marinhas/costeiras protegidas (AMP) como terrestres Protegidas (AP) (PNUD *et al.* 2010:8)⁵.

Em todos os países, a agricultura é a actividade que ocupa a maior parte das terras, pelo que desempenha um papel importante na transformação do ambiente pela acção do homem que modela a paisagem e as formas de vida rural natural, ao longo dos séculos. A agricultura, constitui directa ou indirectamente a base económica de subsistência da maior parte da população (MAAP e DGA, 2004:112).

³ MAAP Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, Gabinete de Estudo e Planeamento, Plano Ambiental Inter Sectorial, Ambiente e Gestão Sustentável da Biodiversidade, 2004 a 2014, pag 12, Elaboração: Direcção Geral do Ambiente Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

⁴ MAAP e DGA são siglas do Ministério de Ambiente, Agricultura e Pesca & Direcção Geral do Ambiente - Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro de 2004:11

⁵ PNUD, GEF e SPWA significam Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Programa Estratégico do GEF para a África Ocidental e Sub-componente Biodiversidade – Consolidação do Sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, Praia, 2010:8.

A estratégia política ambiental para Cabo Verde prevê uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras e determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável. Para tal entende-se implementar uma abordagem integrada com base nos seguintes pressupostos: conservação dos recursos naturais; especialmente da biodiversidade terrestre e marinha; das zonas costeiras e das áreas florestais; manutenção de um ambiente urbano e rural sadio em toda a sua envolvente (PNUD *et al.* 2010:8).

A área do ambiente é relativamente nova, o leque de instrumentos para a gestão do ambiente é fracamente desenvolvido e pouco aplicado. Refere-se por exemplo, o reduzido desenvolvimento do sector do Ordenamento do Território, as lacunas e algumas incoerências da legislação e o sistema de informação que ainda é rudimentar.

A problemática ambiental ganhou uma nova dimensão a partir de 1995. Com efeito, foi institucionalizado o processo de protecção do ambiente com a criação do Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), hoje Direcção Geral do Ambiente (DGA) através do Decreto-Lei n.º 8/2002 de 25 Fevereiro, que aprova a orgânica do Ministério da Agricultura e Pesca e define as atribuições no domínio do ambiente e dos recursos naturais (PNUD *et al.* 2010:8).

O poder local, é visto pelas populações como o responsável pela resolução da maioria dos Problemas, As ONG's e as associações nacionais e regionais estão num processo de desenvolvimento e de afirmação. Desempenham um papel cada vez mais importante no domínio da preservação do ambiente (PNUD, *et al.* 2010:8).

2.Importância do trabalho

Este trabalho tem grande importância a nível técnico, científico e socioeconómico, uma vez que contribui para uma melhor compreensão da problemática da gestão dos parques naturais em cabo Verde, e contribuir para a implementação de medidas de políticas e estratégias que garantam o melhor ordenamento e gestão de áreas protegidas que, para além de

constituírem património nacional, contribuem também para a preservação e equilíbrio ambiental global, bem como para a diversificação da oferta turística nacional. Ainda, é de realçar que, para além da elaboração e implementação dos instrumentos de ordenamento e gestão do território pelo Governo Central, nomeadamente o pacote legislativo e os Planos de Gestão das áreas protegidas, o que associado aos Planos Directores Municipais.

Com base no exposto acima, as razões que justificam a realização deste trabalho são, entre outras, as seguintes:

- Pertinência e actualidade do tema;
- Necessidade pessoal em aprofundar os conhecimentos nessa área;
- Por ser um dos requisitos a obtenção do grau de licenciatura em Administração Pública e Autárquica.

3.Perguntas de partida

Para a realização deste trabalho, formularam-se as seguintes perguntas de partida:

P1:Quais as potencialidades e as oportunidades dos Parques Naturais de Serra Malagueta, de Monte Gordo e do Fogo?

P2: Quais as fraquezas e as ameaças que condicionam a gestão desses Parques Naturais?

P3:Que medidas de políticas e estratégias devem ser implementadas de forma a contribuir para uma melhor gestão desses Parques Naturais?

4.Objectivos do trabalho

4.1.Objectivo geral

O objectivo geral deste trabalho é analisar a gestão das áreas protegidas em Cabo Verde, com destaque para os Parques Naturais de Serra Malagueta, do Monte Gordo e do Fogo.

4.2. Objectivos específicos

Presente pesquisa tem, entre outros, os seguintes objectivos específicos:

- Identificar as forças, as fraquezas, ameaças e as oportunidades a respeito da gestão das Áreas Protegidas em Cabo Verde e, particularmente, das dos Parques Naturais de Serra Malagueta, do Monte Gordo e do Fogo;
- Conhecer o sistema de gestão desses Parques Naturais; e
- Propor medidas de políticas e estratégias que contribuam para uma melhor gestão desses Parques.

5.Estrutura do trabalho

Para que o trabalho tenha uma sequência lógica, para além das partes pré-textuais e póstextuais, da introdução e da conclusão, encontra-se estruturado em 3 (três) capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, abordagem teórica e metodológica, partindo pela apresentação dos conceitos básicos que considero ser importante para uma melhor compreensão do trabalho de seguida a fundamentação teórica em que se aborda as perspectiva histórica e consequentemente sobre a caracterização e categorização das áreas protegidas, biodiversidade

e conservação da natureza, especificidade ambiental das zonas insulares, cooperação e gestão das áreas protegidas e a abordagem metodológica.

O segundo capítulo, Enquadramento e situação ambiental de Cabo verde e, analisando a sua enquadramento geográfico, a sua caracterização socioeconómica, a sua biodiversidade e áreas protegidas, de seguida de uma caracterização dos parques naturais com a sua situação ambiental e suas legislação e política ambiental.

No terceiro capítulo, a gestão dos parques naturais em cabo verde, caracterizou-se os parques naturais de Serra Malagueta, de Monte Gordo e de Fogo, e apresentou-se os resultados das entrevistas feitas aos sujeitos de pesquisa, realçando assim os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades.

Capítulo 1: Abordagem teórica metodológica

1.1 Apresentação dos Conceitos

Para uma melhor abordagem e compreensão deste trabalho, apresentou-se os seguintes conceitos:

- **Áreas protegidas**

Superfície de terra e ou mar especialmente consagrada à protecção e à manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos culturais associados, e gerida através de meios jurídicos e de outros meios eficazes associados.

Espaços amplos que contêm predominantemente sistemas naturais com habitat, espécies ou amostras representativas da biodiversidade do país, onde pode haver população local que aproveite os recursos vivos segundo as prática tradicionais (MADRRM e DGA, 2003)⁶.

⁶ MADRRM e DGA são siglas do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos e Direcção Geral do Ambiente - Plano de Gestão, Maio, 2003

- **Plano de gestão**

Documento que descreve as potencialidades, os problemas, os objectivos e estratégias de gestão, a normativa, as acções que devem ser executadas para atenuar, solucionar ou antecipar problemas, o orçamento, as fontes de financiamento e o plano de monitorização (DGA)⁷.

- **Preservação**

Acção de proteger contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação, um ecossistema, uma área geográfica definida ou espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção (MADRRM e DGA, 2003).

- **Desenvolvimento sustentável**

Documento que descreve as potencialidades, os problemas, os objectivos e estratégias de gestão, a normativa, as acções que devem ser executadas para atenuar, solucionar ou antecipar problemas, o orçamento, as fontes de financiamento e o plano de monitorização.

Modelo de desenvolvimento que busca integrar as dimensões económicas, sociais e ambientais, promovendo a melhoria da qualidade de vida planetária sem comprometer o ambiente e os recursos, tanto para a geração actual como a futura (MADRRM e DGA, 2003).

- **Biodiversidade**

A Diversidade Biológica, também designada Biodiversidade, assume, enquanto definição académica, carácter universal, ou seja a variabilidade de organismos vivos de todas as origens que habitam à superfície da Terra. No entanto as definições podem ser utilizadas em contextos diferentes sem que, com isso, passem a assumir significados diferentes (MAAP e DGA, 2004:37).

⁷ DGA a sigla da Direcção Geral do Ambiente, Projecto áreas protegidas – documento de Apresentação dos planos de Gestão, Serra Malagueta e Monte Gordo

- **Reservas naturais**

São espaços naturais de dimensão variável e especial interesse ecológico e científico submetidos a um regime de protecção especial e cuja gestão tem por objectivo a salvaguardar e recuperação dos valores que motivaram a sua declaração (MAA e DGA, 2003:8).

- **Impacte ambiental**

Estudo técnico, de carácter interdisciplinar, que incorporado ao procedimento de avaliação de impacte ambiental, tem por objectivo prever, identificar, avaliar e corrigir as consequências ou efeitos ambientais que determinadas acções podem causar sobre a qualidade de vida do homem e do seu entorno (MDRRM e DGA, 2003).

- **Gestão dos espaços naturais**

Conjunto de acções e de instrumentos, entendidos como a organização, a administração, o manejo, a execução, a protecção e a conservação dos elementos de um determinado espaço, coordenando os interesses de conservação de seus elementos, assim como os interesses da conservação do sistema ecológico com o uso sustentável do espaço natural, integrando os distintos actores sociais (MADRRM e DGA, 3003).

- **Paisagens Protegidas**

Paisagens Protegidas são zonas Terrestres ou litorais onde a acção integrada do homem e da natureza tenham configurado uma paisagem de qualidade estética ou valor cultural que merecem conservação, centrando-se a protecção na manutenção e restauração dos rasgos estéticos e cultura que as definem (MAA e DGA, 2003:11).

- **Parques Naturais**

Espaços amplos que contêm predominantemente sistemas naturais com habitat, espécies ou amostras representativas da biodiversidade do país, onde pode haver população local que aproveite os recursos vivos segundo as práticas tradicionais (MAA e DGA, 2003:10).

- **Parques Nacionais**

Espaços naturais que apresentam um ou vários ecossistemas, geralmente transformados ou não pela exploração e ocupação humana, onde as espécies vegetais e animais, as zonas geomorfológicas e os habitats se evidenciam pelo seu interesse especial do ponto de vista científico, sócio-económico, educativo e recreativo ou onde existe uma paisagem natural de notável valor estético (MAA e DGA, 2003:9).

1.2. Fundamentação teórica

1.2.1. Perspectivas históricas

A história tem evidenciado que o processo de desenvolvimento económico e a garantia do bem-estar global das sociedades humanas estiveram sempre assente numa dependência directa entre o homem e o ambiente, o que tem sido traduzida numa utilização desenfreada e irresponsável dos recursos naturais. A exploração destes recursos nas proporções exageradas e descontroladas tem vindo a colocar em perigo sua existência. Esta constatação surgiu da tomada de consciência de que a revolução industrial e o consequente desenvolvimento tecnológico, apesar dos benefícios que trouxeram para a humanidade, provocaram uma série de consequências desastrosas como o êxodo rural, a crescente urbanização, a poluição dos solos, da água e do ar, o esgotamento de importantes recursos naturais, nomeadamente, a degradação da biodiversidade terrestre e marinha (MAA, 1999).

As iniciativas para a criação de áreas protegidas vêm de longa data. E, há vários registos dessas acções, alguns inclusive, são bem antigos, como por exemplo, a protecção de alguns animais, peixes e áreas florestadas, determinadas pelo imperador indiano Ashoka, em 252 a.C., e as reservas especiais para protecção e caça dos rinocerontes, criadas pelo imperador Babar, no século XV (WALLAUE *apud* MOURÃO 2010:17). Na Europa Medieval, a palavra “parque” remetia a um local determinado onde os animais viviam sob a responsabilidade do

rei e no Perú, “a civilização Inca impôs limites físicos e sazonais à caça de certas espécies (MORSELLO *apud* MOURÃO, 2010:17).

Apesar dessas enunciações, é apenas no século XIX que surgiu de fato a primeira área natural protegida do mundo com fins de resguardar a natureza, cujo uso seria controlado pelo poder público. O marco desse novo conceito foi a criação, em 1987, do Parque Nacional de *Yellowstone* nos Estados Unidos, após a realização de estudos e discussões acirrados sobre a importância da conservação do ambiente e o desenvolvimento económico. E com o surgimento do primeiro Parque, vários países começaram a adoptar a prática de criação de espaços protegidos, procurando a preservação e a conservação dessas áreas (MEDEIROS, 2007:67-88).

A necessidade urgente e imperiosa de conter a destruição acelerada dos recursos naturais do planeta, após a Segunda Guerra Mundial, conduziu a fundação em 1948, da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)⁸ (GOMES, 2007:2).

É de referir que a consciencialização ecológica, iniciou-se nos anos 60, em decorrência do aumento da contaminação do ambiente natural, o que afectava os alimentos e a saúde humana. Esta constatação começou a sensibilizar a comunidade internacional para o grave problema ambiental que se vivia na altura. E, em 1968 as questões ambientais ganharam dimensão política, levando a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, acrónimo inglês) à convocação da primeira Conferência Intergovernamental sobre o Meio Ambiente Humano em 1972, em Estocolmo (GOMES, 2007:2).

Foi criado o programa “ o Homem e a Biosfera”, cujo objectivo é proteger os sítios designados como reservas da biosfera, o que resultou da adopção da Convenção Ramsar (CONVENÇÃO SOBRE ZONAS HÚMIDAS)⁹, em 1971, e da Convenção Mundial sobre a

⁸ UICN a sigla da União Internacional para a Conservação da Natureza , fundada em 1948, com sede em Gland (Suíça), congrega 84 Estados, 112 agências de governo, 735 organizações não-governamentais e milhares de especialistas e cientistas de 181 países, numa parceria mundial única. Na qualidade de união, a IUCN busca influenciar, encorajar e auxiliar sociedades em todo o mundo a conservar a integridade e diversidade da natureza, além de assegurar que toda utilização de recursos naturais seja feita de modo equitativo e ecologicamente sustentável. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>, consultado em 22 Junho de 2012>.

⁹ Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional, Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas.

Protecção do Património Cultural e Natural, em 1972, dando mais consistência à conservação da natureza. Em 1972, realizou-se, em Estocolmo (Suécia), a Conferência Global Sobre Meio Ambiente Humano, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente, cujo lema foi “Uma Só Terra”, o que deu lugar à criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, com o objectivo de coordenar as acções internacionais de protecção do ambiente sustentável (GOMES, 2007:2).

De 1980 a 1990 pode ser considerado como o período do desenvolvimento ideal da conservação ao Estatuto de Ciência. Essa década foi marcada com uma série de eventos e produção de documentos sobre o meio ambiente. E, em 1980, foi apresentado ao mundo o documento histórico, a Estratégia Mundial de Conservação e, em 1982, foi realizado a Convenção sobre o Direito do Mar para a Conservação do Meio Marinho, fornecendo uma estrutura legal para a cooperação ambiental marinha (MAA e CDB, 2006:5)¹⁰.

Face às preocupações sobre o crescente impacto da actividade humana sobre os recursos naturais, levou a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1983, a criar a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, para discutir e propor meios de acordar os dois objectivos - desenvolvimento económico e conservação ambiental (MAA e CDB, 2006:5).

Em 1984, no seio da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi constituída a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e, em 1985, foi criado o Tratado de Zona Livre de Elementos Nucleares do Pacífico Sul, que estabelece a zona livre de utilização de materiais nucleares. Ainda, em 1987, foi apresentado o Informe Brundtland “O Nosso Futuro Comum”, onde ficou destacado a definição do conceito de desenvolvimento sustentável, a necessidade de uma nova ética de desenvolvimento em torno da equidade, a alerta sobre a necessidade de mudanças nos padrões da produção e o consumo vigentes na época (MAA e CDB, 2006:5).

¹⁰ MAA e CDB são siglas Ministério do Ambiente e Agricultura – Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental, Relatório do Perfil Temático na área da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) / Conservação da Diversidade Biológica em Cabo Verde, 2006 p.5.

Em 1992, reuniram-se, no Rio de Janeiro, mais de 170 países numa Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento designada por Rio-92, ECO-92 ou Cimeira de Terra, no esforço de conseguir soluções para harmonizar a conservação com o desenvolvimento, donde resultou a Declaração de Princípios, a Agenda 21 e as Convenções sobre a Biodiversidade, a Mudanças Climáticas e a Desertificação, marcando assim a transição a um novo sistema ambiental internacional época (MAA e CDB, 2006:5).

A segunda conferência das partes relativas à Convenção sobre a Biodiversidade (CBD), realizou-se, em Jacarta (Indonésia), em 1995, com intuito de implementar medidas de conservação e promoção do uso sustentável da diversidade biológica, de modo a atenuar as diversas ameaças existentes (GOMES, 2007:4).

Com objectivo de avaliar o grau de conquista dos acordos firmados na Conferência do Rio, nomeadamente a implementação da Agenda 21 e declaração de princípios, realizou-se em 2002, em Joanesburgo (África do Sul), a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável onde foram criados a Declaração de Joanesburgo e o Plano de Implementação. E, nessa conferência, recomendou-se “desenvolver e facilitar o uso de diversas aproximações e instrumentos, incluindo ecossistemas, eliminação das práticas de pescas destrutivas, estabelecer áreas marinhas protegidas (AMPs) baseadas em leis internacionais e informações científicas, incluindo redes representativas até 2012” (VIERROS, 2007 *apud* GOMES, 2007:4).

Em 2004, foi adoptado, na Conferência dos Estados Membros da Convenção da Diversidade Biológica, o programa de trabalho nas áreas protegidas tendo por objectivo “estabelecer e manter áreas terrestres até 2010 e áreas marinhas até 2012.

As mudanças na relação sociedade natureza implicaram o avanço das acções antrópicas no ambiente alterando as características físicas, químicas e biológicas do meio. O desafio actual é assegurar que considerável parte da natureza seja protegida e, uma das alternativas para a preservação da biodiversidade e conservação dos recursos ambientais, é a criação e implantação de áreas protegidas (MOIRÃO, 2010:14).

De 20 à 22 Junho de 2012, decorreu no Brasil, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável denominado de Rio +20, que como o nome sugere, assinalando o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizado, nesse país, em 1992. O objectivo dessa Conferência foi o de garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, analisar o progresso e as lacunas na implementação dos resultados das cimeiras sobre o desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios novos e emergentes, com incidência sobre dois temas a saber: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável; e a erradicação da pobreza e do quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (RIO+20)¹¹.

A interacção de uma série de factores físicos, biológicos, sociais e económicos caracteriza o estado do ambiente em qualquer país. O avanço da desertificação na zona do Sahel, a escassez de recursos hídricos e a natureza insular oceânica são problemas ambientais muito próprios que predeterminam a natureza, a cultura e a economia da sociedade cabo-verdiana (MAA, 1999).

Cabo Verde, sendo um pequeno estado insular constituído por dez ilhas e oito ilhéus de origem vulcânica, o isolamento contribuiu significativamente para as baixas diversidade e abundância de recursos, para a exploração intensiva destes e para o surgimento de algumas espécies endémicas. A natureza insular do arquipélago aliado às acções nefastas de factores climáticos e antrópicos, vem contribuindo ao longo dos tempos para a degradação dos seus recursos. Esta situação exige a implementação de medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais de todo o território nacional (MAA,1999).

Com o objectivo de gerir racionalmente os seus fracos recursos genéticos ameaçados de esgotamento, Cabo Verde assinou, em 1992, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). As acções desenvolvidas após a assinatura da Convenção expressam a vontade política do Governo de Cabo Verde e o desempenho das suas instituições vocacionadas para a protecção ambiental. Porém, essas acções sempre se revelaram insuficientes para a conservação da diversidade biológica, face ao fraco envolvimento dos vários utilizadores

¹¹ **RIO+20 a sigla do Programa das Nações Unidas Para o Ambiente, Rio +20 cúpula, disponível em:** <[http:// www.unep.org/wed/RIO20/](http://www.unep.org/wed/RIO20/)>, acessado em 25 de Junho de 2012>.

locais e comunitários, nomeadamente os pescadores, os agricultores, os criadores de gado e os exploradores de lenha, dos recursos biológicos e à deficiente coordenação entre as instituições estatais (MAA, 1999).

Em 29 de Março de 1995, Cabo Verde ratificou a Convenção sobre a CDB, comprometendo-se perante a Comunidade Internacional a promover a implementação dos objectivos e princípios que constam desse documento. Assim, a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) estabelece a necessidade e obrigação das diferentes partes na elaboração das estratégias e dos planos de acções visando a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica e sua consequente integração nos planos sectoriais, constituindo assim o Plano Nacional de Desenvolvimento (MAA, 1999).

É de realçar que, em Cabo Verde, tem vindo a ser criadas as condições para o estabelecimento e/ou consolidação de um sistema de Área Protegida (AP). A Estratégia e o Plano de Acção Nacional da Biodiversidade (1999) definiram habitats prioritários para conservação em Cabo Verde, que são representativos do património em matéria de biodiversidade do país, servindo de base para o estabelecimento legal da Rede Nacional de Áreas Protegidas, em 2003(PNUD, *et al.*2010:8).

Com vista à preservação do valioso património natural, foram declaradas 47 sítios compreendendo tanto áreas marinhas/costeiras protegidas como terrestres e vários projectos de conservação têm sido implementados. Porém, 44 dessas APs declaradas em 2003, ainda não se efectivaram e, consequentemente, muitas delas estão a degradar-se e a ser destinada para outros fins e usos (MAA, 2003:30)¹².

Cabo Verde, a semelhança dos outros países insulares, a fragilidade da diversidade sua biológica, deriva dos processos de isolamento e de recolonização. Contudo a sua biodiversidade é caracterizada por um número elevado de endemismos e uma taxa elevada de perdas de espécies. A fragilidade desses ecossistemas e a constante pressão climática e demográfica exercida sobre os mesmos, ao longo dos tempos, levaram ao estado de degradação extrema dos organismos vivos e dos seus habitats (MAA, 1999).

¹² MAA a sigla do Ministério de Ambiente e Agricultura - Decreto-Lei nº 32003 de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas, 2003 p.30.

Os recursos biológicos existentes, em Cabo Verde, têm vindo a contribuir para a sobrevivência do Homem caboverdiano se forem racionalmente geridos. E, para além da importância socioeconómica, os recursos faunísticos e florísticos cabo-verdianos detêm valores que fazem parte do património mundial. A conservação desses valores nos seus ecossistemas de origem não só expressa o compromisso da geração actual para com as gerações vindouras, como também contribui para a valorização ética do povo caboverdiano. Assim, a importância socioeconómica, ecológica e científica e o estado de degradação dos endemismos já identificados nos ecossistemas marinhos e terrestres, tem vindo a suscitar a atenção das autoridades caboverdianas e da Comunidade Científica Internacional (MAA, 1999).

A não existência de uma gestão eficaz dos recursos marinhos e terrestres conduz a degradação dos mesmos, e surgem-se as áreas protegidas (APs) como instrumentos que dão um contributo vital para a conservação dos recursos naturais e culturais, tendo entre outras, a função de proteger os habitats naturais e seus recursos biológicos e a manutenção do equilíbrio ecológico das regiões onde estão inseridas.

1.2.2. Categorização e caracterização das Áreas protegidas

As áreas protegidas (APs) surgiram da necessidade de demarcar áreas com o pressuposto geral de salvaguardar a natureza e, em particular, proteger as paisagens e áreas com especial interesse do ponto de vista ecológico, científico, recreativo, turístico e cultural, contribuindo para a definição e adopção de estratégias globais, nacionais, regionais e locais de conservação, recorrendo a um sistema flexível de gestão numa perspectiva de longo prazo (MAA, 2003).

Apesar de todas as áreas protegidas irem de encontro das propostas acima referidas, na prática, as finalidades precisas para as quais as APs são geridas diferem largamente. E, essas áreas podem ser utilizadas para a investigação científica, à protecção contra a utilização selvagem, à preservação das espécies e à diversidade genética, à manutenção de serviços ambientais, à protecção de características específicas naturais e culturais, ao turismo e à

recreação, à educação, ao uso sustentável dos recursos dos ecossistemas naturais e à manutenção dos atributos culturais e tradicionais¹³.

A criação de uma AP difere muito consoante os locais onde se pretende inseri-la, uma vez que, a motivação varia conforme as necessidades específicas desse mesmo local. Porém, a conservação da biodiversidade é sempre um objectivo primordial comum a todas as áreas protegidas, independentemente de qual tenha sido o propósito da sua criação.¹⁴

Tendo em consideração o elevado número de categorias de áreas protegidas utilizadas pelos diferentes países para designar cada tipo de área, em 1992, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), no IV Congresso de Parque Nacionais e Áreas Protegidas realizado em Caracas, Venezuela, instituíam-se directrizes e definiram-se as categorias das áreas protegidas a nível universal, de forma participativa e com a colaboração de pesquisadores, planeadores e gestores de áreas naturais protegidas de todo o mundo, incluindo discussões e revisões antes da sua conclusão (ESTIMA, 2008:8).

O sistema de categorias de áreas protegidas estabelecido pela UICN, tem como objectivo proporcionar uma base para a comparação internacional dessas áreas, concebida de forma que se possa aplicar em todos os países, mas com as devidas adaptações às características nacionais e locais, viabilizando assim uma gestão sustentável e eficaz (Estima, 2008:9). E, estabeleceram-se as seguintes categorias de áreas protegidas (IUCN)¹⁵.

- **Categoria Ia – Reserva Natural Estrita**, e uma área terrestre e/ou marinha que possui ecossistemas representativos e de carácter notável, características geológicas ou fisiológicas e/ou espécies, disponível principalmente para pesquisa científica e/ou monitorização ambiental;

¹³ Cfr. Áreas protegidas de Cabo Verde, áreas protegidas, objectivos e princípios, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=55&lang=en>, acessado em Fevereiro de 2012>.

¹⁴ Vide. Op.cit

¹⁵ IUCN a sigla da *International Union for Conservation of Nature*, *Defining Protected Area Management Categories*, disponível em: <http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/categories/index.html>, consultado a 16/04/2012>.

- **Categoria Ib – Área de Vida Selvagem**, é uma Área Protegida (AP) estabelecida para fins essencialmente relacionados com a protecção da natureza em bruto/selvagem. É uma vasta área terrestre e/ou marítima, pouco ou nada modificada, que retém as suas influências e características naturais, na qual não existe habitação permanente ou significativa, e que é protegida e gerida de forma a preservar as suas condições e características naturais;
- **Categoria I – Parque Nacional**, é uma área natural terrestre e/ou marítima, designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras; impedir a exploração e ocupação prejudicial e desfavorável aos objectivos e motivos que levaram a classificação da área; e fornecer um local que sirva de visita, dando oportunidades aos níveis espiritual, científico, educacional e recreativo, de forma ambiental e culturalmente compatível;
- **Categoria III – Monumento Natural**, é uma Área Protegida (AP) vocacionada para a protecção de aspectos naturais específicos de uma região, e os seus valores de biodiversidade e de *habitat* associados. É uma área que contém uma ou mais qualidades específicas naturais e/ou culturais de características excepcionais e únicas, pela sua raridade;
- **Categoria IV - Área de Gestão de Habitat/Espécies**, é uma Área Protegida (AP) gerida principalmente para propósitos de conservação, através de intervenções de carácter de gestão. E, é uma área terrestre e/ou marítima sujeita a uma intervenção activa para fins de gestão, de forma a assegurar a manutenção dos *habitats* e/ou para alcançar os requisitos específicos das varias espécies;
- **Categoria V - Paisagens Terrestres/Marinhas Protegidas** é uma Área Protegida (AP) criada e gerida especialmente para a conservação da paisagem terrestre e/ou marinha, assim como para recreação. E, é uma área terrestre, com costa ou área marinha, na qual a interacção das pessoas e da natureza, ao longo do tempo, tenha produzido uma área de carácter distinto, com altos valores estéticos, ecológicos/ou culturais e, muitas vezes, com elevada diversidade biológica. Assim, proteger a

integridade dessas interacções tradicionais, é vital para a protecção, a manutenção e a evolução da área em causa; e

- **Categoria VI – Área Protegida para Protecção de Recursos**, é uma Área Protegida (AP) que tem como objectivo principal, o uso sustentável dos ecossistemas naturais. Área que contém predominantemente sistemas naturais não modificados, e que é gerida de forma a assegurar a protecção e manutenção da diversidade biológica a longo prazo, enquanto fornece um fluxo sustentável de produtos e serviços naturais de forma a satisfazer as necessidades da comunidade.

No que diz respeito a categorização das Áreas Protegidas (APs), segundo os dados de 2003, a nível mundial, 67% do total das APs existentes encontram-se categorizadas segundo a UICN, cobrindo, em área, cerca de 81% do total das APs existentes (Abreu, 2011:16). A Categoria III, juntamente com a Categoria IV, reúnem a maior percentagem de APs, ou seja, cerca de 47% de total, o que se deve ao facto das APs correspondentes a estas categorias serem maioritariamente áreas pequenas, especialmente as da categoria III. Por outro lado, existem regiões que têm um número elevado de áreas protegidas, as quais foram atribuídas a categoria IV, como o Sul Asiático (44.5% do total de AP), a Europa (39%) e o Norte da Eurásia (29.6%). Contrariamente, as categorias Ia, Ib, II, V e VI juntas, apenas compreendem 20% do total de APs. No entanto, se for considerada a extensão, e não o número de área protegida (AP), as categorias II e VI passam a ser as mais relevantes, contendo 47% do território ocupado (Abreu, 2011:16).

Quadro 1: Número e extensão de áreas protegidas de acordo com o IUCN

Categoria	N.º de Locais	Áreas cobertas (km²)
Ia	4.731	1.033.888
Ib	1.302	1.015.512
II	3.881	4.413.142
III	19.833	275.432
IV	2.641	3.022.515
V	6.555	1.056.008
VI	4.123	4.377.091
Sem categoria	34.036	3.569.820
Total	102.102	18.763.407

Fonte: Abreu (2011:17)

Conforme o programa da UICN, de 2005 à 2008, relativo às APs na Europa, existem cerca de 100.000 APs a nível mundial e 134.156 e, segundo o *World Heritage and Protected Areas*, em 2008, dessas APs, mais de 42.000 se localizam em território europeu, cobrindo 4.15% da superfície terrestre e 2.71% da superfície marítima e, das 42.000 APs, 23.000 são terrestres, criadas entre 2000 a 2010, aquando do surgimento de cerca de 10.000 APs que se juntaram às 13.000 existentes. Ainda, foi, nesse período, que se verificou aumento de 2.67% para 4.86% de cobertura terrestre de APs, que se traduz numa passagem de 65×10^3 hectares para 119×10^3 hectares (ABREU, 2011:23).

Em Cabo Verde, a Lei nº 86/IV/93 de 26 de Junho de 1993, que define as Bases da Política do Ambiente, no seu artigo 29, prevê a criação de uma rede de áreas protegidas (APs), e focaliza as "áreas terrestres, águas interiores e marítimas e outras características naturais distintas que devem ser objecto de designação, preservação e de conservação, devido ao seu valor estético, raridade, relevância científica, cultural e social e sua contribuição para o equilíbrio biológico e estabilidade ecológica das paisagens". Ainda, a protecção de áreas naturais, paisagens, sítios, monumentos e espécies protegidas está descrita no Decreto-lei nº 14/97, de 1 de Julho de 1997, onde os critérios para a selecção das AP foram primeiramente definidos por lei (PNUD *et al.* 2010:13).

O Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, estabelece o Regime Jurídico das Áreas Protegidas, criando assim, a tipologia de APs, dando-lhes conteúdo jurídico, configurando uma rede nacional da AP como um sistema aberto e determinando o regime de protecção, o que permitiu resolver a concorrência com outros regimes sectoriais, criar os instrumentos de gestão necessários, entre outros, constituindo ainda, um valioso instrumento capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, os aspectos geológicos e geomorfológicos, a protecção de valores culturais e estéticos e a satisfação das necessidades básicas do Homem cabo-verdiano (MAA, 2003:3,4).

É de realçar que, em Cabo Verde, o total de áreas protegidas designadas por Lei abrange 72.156 hectares de paisagem, incluindo exclusivamente paisagens terrestres e zonas costeiras, o que representa 15% da superfície terrestre do país e 13.460 hectares de paisagem marinha (Em função dos bens e valores a proteger, e com o objectivo de regular os níveis de protecção

e usos compatíveis no território, no sistema de áreas protegidas (APs) de Cabo Verde, estão previstas, de acordo com a legislação que o regula, seis seguintes categorias, a saber:

Categoria I - Reservas Naturais, são espaços naturais de dimensão variável de especial interesse ecológico e científico, submetidos a um regime de protecção especial e cuja gestão tem por objectivo salvaguardar e recuperar os valores que motivaram a sua declaração. São num total de quinze (15) reservas naturais classificados em três (3) categorias:

1. **Reserva Natural Integral** é a reserva cujo o objecto do projecto da protecção é a totalidade do ecossistema, com todos os seus componentes, assim como a preservação da ocupação humana alheia a fins científicos ou, eventualmente, educativos;
2. **Reserva Natural Parcial** é aquela cujo o objecto da protecção é um recurso natural concreto, quer seja uma espécie, um conjunto delas ou um determinado habitat. E, nessa reserva são permitidos os usos que sejam compatíveis com a finalidade da protecção; e
3. **Reserva Natural Temporal** é o sítio de dimensão reduzida, que se estabelece por um período limitado de tempo para permitir a recuperação do recurso ou de sistemas ecológicos pontuais, sob um regime de protecção transitório.

Categoria II - Parques Nacionais são espaços naturais que apresentam um ou vários ecossistemas, geralmente transformados ou não pela exploração e ocupação humana, onde as espécies vegetais e animais, as zonas geomorfológicas e os habitats se evidenciem pelo seu interesse especial do ponto de vista científico, socioeconómico, educativo e recreativo ou, onde exista uma paisagem de notável valor estético e em Cabo Verde não existe, ainda, lugares com essa denominação;

Categoria III - Parques Naturais são espaços amplos que contêm sistemas predominantemente naturais como habitat, espécies ou mostras significativas da biodiversidade do país.

Categoria IV - Monumentos Naturais são espaços naturais de dimensão moderada, que contém um ou mais elementos naturais ou culturais de valor excepcional pela sua raridade, singularidade, interesse científico, função ecológica ou cultural, e que são protegidos para perpetuar as referidas características eliminando qualquer acção ou actividade que os altere.

Categoria V - Paisagens Protegidas são zonas terrestres ou litorais onde a acção integrada do homem e da natureza tenham configurado uma paisagem estética ou valor cultural que merecem conservação, centrando-se a protecção na manutenção e restauração dos rasgos estéticos e culturais que as definem.

Categoria VI - Sítios de interesse científico são lugares naturais, geralmente assinalados e de dimensão reduzida, que contem elementos naturais de interesse científico, amostras ou populações animais e/ou vegetais ameaçadas de extinção ou que merecem medidas específicas de conservação temporal. Entretanto, não há, em Cabo Verde, sítios designados.

É de frisar que, em Cabo Verde, as categorias predominantes são os Parques Naturais e as Reservas Naturais, cobrindo cerca de 75% da área da rede global de áreas protegidas (APs)¹⁶.

A legislação caboverdiana não estabelece a correspondência entre as categorias nacionais e as Áreas Protegidas (APs) da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), o que constitui uma lacuna na legislação. E, em Cabo Verde, apenas três sítios foram classificados como zonas húmidas de importância internacional no quadro da Convenção de Ramsar (CONVENÇÃO SOBRE ZONAS HÚMIDAS)¹⁷, nomeadamente, o Curral Velho, a Lagoa de Pedra Badejo e a Lagoa de Rabil. Destes, apenas o primeiro tem uma categoria nacional correspondente, a Paisagem Protegida de Curral Velho na Ilha da Boavista, apesar de existir o potencial para o estabelecimento de outros sítios de Ramsar, mas isso exigiria um

¹⁶ Cfr. Ministério de Ambiente e Agricultura Áreas protegidas de Cabo Verde, categorias das áreas protegidas, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=56&lang=en>, consultado em 25 de Abril de 2012>.

¹⁷ A Convenção sobre Zonas Húmidas constitui um tratado inter-governamental adoptado em 2 de Fevereiro de 1971 na cidade iraniana de Ramsar. Por esse motivo, esta Convenção é geralmente conhecida como "Convenção de Ramsar" e representa o primeiro dos tratados globais sobre conservação. Entrou em vigor em 1975 e conta actualmente com 150 países contratantes em todos os continentes. Actualmente, foram designados pelas Partes contratantes cerca de 1.600 sítios de importância internacional, cobrindo cerca de 134 milhões de hectares de zonas húmidas.

envolvimento mais activo na implementação dessa Convenção. Para além dos sítios Ramsar, nenhuma outra categoria internacional de AP é adoptada em Cabo Verde (PNUD, *et al.*2010:9), de acordo com o quadro 2 que se encontra a seguir.

Quadro 2: Estrutura da rede de área protegida (AP) /área marinha protegida (AMP) de Cabo Verde por bioma e categoria.

Categorias de APs nacionais em cada bioma	Nº de sítios	Área de paisagem (ha)	Área de paisagem marinha (ha)	% da rede de AP/AMP	Comentários
Sítios exclusivamente terrestres (AP)	20	30.048	-	42%	Os maiores sítios estão nas ilhas do Fogo, Santo Antão e Boavista. E, dois parques terrestres nas ilhas de São Nicolau e Santiago foram operacionalizados. Os sítios estão bem distribuídos pelas ilhas de Cabo Verde e são representativos dos ecossistemas terrestres do país.
Paisagens Protegidas	5	7.080	-	10%	
Reservas Naturais	2	1.118	-	25%	
Parques Naturais	8	20.357	-	28%	
Monumentos Naturais	5	1.494	-	2%	
Sítios costeiros marinhos (AMP)	27	28.649	13.460	58%	O conceito de uma área marinha protegida (AMP) é relativamente novo, em Cabo Verde, as experiências em gestão de AMP são incipientes. Os sítios criados por Lei, e precisam ser operacionalizados no terreno.
Paisagens Protegidas	5	29.83	0	4%	
Reservas Naturais	13	10.573	5.935	23%	
Parques Naturais	2	10.044	7.524	24%	
Monumentos Naturais	1	90	0	0%	
Reservas Naturais Integrados	6	4.959	0	7%	Três ilhas albergam a grande maioria das AMP do país: Boavista, Sal e Maio. Os sítios também incluem a ilha desabitada de Santa Luzia e os ilhéus Branco, Raso e Rombo.
Total de APs e AMPs	47	58.696	13.460	100%	O total de hectares da rede de APs/AMPs é 72.156 hectares de terras e paisagens marinhas.

Fonte: Ministério do Ambiente de Cabo Verde(Agosto, 2010).

A Rede Nacional de Área Protegida em Cabo Verde pode ser dividida em subconjuntos terrestre e marinho/costeiro, com relação ao bioma a que pretendem oferecer protecção. O subconjunto terrestre compreende 20 sítios que foram legalmente estabelecidos em 2003,

totalizando 30.048 hectares, o que corresponde a 7,5% da superfície terrestre do país. As áreas protegidas (APs) terrestres estão distribuídas por oito ilhas, sendo a maior delas o Parque Natural de Chã das Caldeiras na ilha do Fogo, com 8.469 hectares, incluindo a cratera do vulcão da ilha, que ainda se encontra activa. De todas as APs terrestres, apenas dois sítios estão efectivamente operacionalizados¹⁸, o Parque Natural de Serra Malagueta na ilha de Santiago com 1.200 hectares e de Monte Gordo na ilha de São Nicolau com 2.500 hectares (PNUD, *et al.*2010:9).

Relativamente ao subconjunto marinho/costeiro (AMP) da rede de AP, foram publicados em 2003, 27 sítios, das quais 27.199 hectares são paisagens marinhas e 13.460 hectares são terras costeiras. Nove desses sítios estão localizados na Ilha da Boavista e os outros nas ilhas do Maio e Sal. A ilha de Santa Luzia e os ilhéus Rombo, Branco e Raso são AMP na sua totalidade. Com excepção de Santa Luzia, que conta com um plano de gestão e restrições de acesso impostas pela Guarda Costeira, nenhuma outra AMP em Cabo Verde tem sido operacionalizada. A experiência em gestão de AMP é ainda mais incipiente do que dos sítios terrestres (PNUD, *et al.*2010:9).

1.2.3. Biodiversidade e conservação da natureza

Cabo Verde possui um nível bastante considerável de biodiversidade, expressa nas suas mais diversas formas genética, específica, taxinómica, ecológica e funcional. A biodiversidade caboverdiana é composta por variadíssimas espécies tanto da fauna e flora terrestre passando para os recursos marinhos. A flora cabo-verdiana é rica em espécies endémicas, apesar de um grande número, das mesmas, se encontram ameaçadas de extinção. E, há, em Cabo Verde, cerca de 90 espécies endémicas, que não se encontram em nenhuma outra parte do mundo. Porém, a biodiversidade caboverdiana quando comparado com a de outros arquipélagos da Macaronésia é relativamente pobre (MAA, 1999).

É de referir que, se por um lado é imprescindível a existência da biodiversidade no planeta terra, por outro, há necessidades humanas que, em certos casos, perigam a sua manutenção,

¹⁸ As áreas protegidas contam com planos de gestão, infra-estruturas, pessoal, sistemas de vigilância e algum nível de monitorização ecológica.

justificam a necessidade da conservação da natureza, enquanto tarefa do Homem, visto que a sua qualidade de vida depende, em certa medida, do estado de conservação dos ecossistemas (MAA, 1999).

As alterações e variabilidade climáticas, as catástrofes naturais, a proliferação de espécies exóticas invasoras, a sobre-exploração de recursos naturais, o crescimento acelerado da actividade turística, a poluição e gestão de resíduos, constituem-se as principais ameaças ao desenvolvimento sustentável, à conservação da natureza e à manutenção da biodiversidade em pequenas ilhas (IUCN)¹⁹, o que é extensivo a Cabo Verde.

A percepção do estado de degradação dos recursos biológicos pelo Governo está reflectida na Lei de Bases do Ambiente que contempla a "preservação da fauna e flora de Cabo Verde", e pela publicação de diversos Decretos Regulamentares. Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade caboverdiana continua de forma acelerada (MAAP, 2004:63).

A conservação e valorização da biodiversidade, através da conservação *in situ*, sobretudo em espaços naturais protegidos, constituem um dos eixos prioritários da política do ambiente de Cabo Verde, para o sector do ambiente, consubstanciando no segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, aprovado pela Resolução nº 14/2005, de 25 de Abril, na Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, ratificado por Cabo Verde em Março de 2005.

A conservação e a gestão ambiental são preocupações que vem sendo apresentadas pelos sucessivos Governos de Cabo Verde e materializadas pelos vários Planos Nacionais de Desenvolvimento, com base nos programas e acções de reflorestação e luta contra a desertificação e o impacto das secas, do levantamento dos recursos do solo, do subsolo e do mar, do estudo de espécies de flora e de fauna marítima e terrestre e de protecção de espécies em risco, da conservação e aproveitamento dos recursos naturais identificados e, da conservação do litoral e protecção das ilhas (MAAP, 2004:228).

¹⁹ IUCN a sigla do *International Union for Conservation of Nature, Defining Protected Area Management Categories*, disponível em: <http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/categories/index.html, consultado a 16/04/2012>.

Em Cabo Verde tem vindo a desenvolver esforços no combate à erosão, através de acções de florestação e conservação de solo e água. Diferentes técnicas de conservação de solos e águas têm sido utilizadas para combater a erosão e o processo de desertificação, tanto em zonas de declive acentuado como em zonas planas. Estas técnicas consistem, essencialmente, na utilização de estruturas mecânicas, nomeadamente terraços, muretas, banquetas, diques e estruturas biológicas (MAAP, 2004:18).

A conservação da natureza rege-se pelos princípios de acção pública, consignados na Lei de Bases da Política do Ambiente, aprovada pela Lei 86/IV/93, de 26 de Julho. A criação e a gestão de espaços protegidos em Cabo Verde, reconhecidas como uma ferramenta indispensável para a conservação da natureza, estão previstas no Decreto-Lei nº3/2003, de 24 de Fevereiro, que visa implementar medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais, e que veio preencher uma grande lacuna na legislação ambiental cabo-verdiana (MAA, 2003:3,4). E, em termos de acções de Conservação da Natureza, o projecto “Áreas Protegidas” representa o maior esforço empreendido até ao momento em Cabo Verde.

Em Cabo Verde, a conservação da natureza contempla as Zonas Húmidas ou Sítios Ramsar, de acordo com o estabelecido na Convenção de Ramsar, com vista ao aumento de medidas, tendentes a minimizar as pressões das capturas de peixes comerciais e tartarugas, da extracção de areias e da deposição de sedimentos e resíduos, nas zonas litorais, como resultado das actividades realizadas no interior das ilhas.

As políticas ambientais e de Conservação da Natureza vigentes em Cabo Verde, vêm-se baseando essencialmente na gestão e conservação da cobertura florestal e espécies marinhas, na introdução de novas espécies vegetais, em acções de correcção e conservação do solo, na protecção de zonas costeiras e, mais recentemente, na implementação dos projectos Áreas Protegidas e Parques Eólicos para a produção de “energia limpa” (Pereira, 2005:92).

Em Cabo Verde, a conservação da natureza tem esquecido a sua vertente geológica (Pereira, 2005 *apud* Alfama, 2007:14). Deve-se contemplar acções que visam uma gestão integrada e equilibrada dos recursos naturais, envolvendo a bio e a geoconservação e promover um modelo de gestão apropriado, com integração dos aspectos geológicos, evitando a ocupação de zonas costeiras que alberguem um elevado número de habitantes (Pereira, 2005:87).

Assim, a catalogação, preservação e valorização do património geológico pode contribuir para o desenvolvimento e utilização racional dos recursos naturais, promovendo a investigação e a educação no domínio ambiental, bem como as actividades recreativas e turísticas (Alfama, 2007:14).

É de frisar que, Cabo Verde, é um país ecologicamente frágil, de fracos recursos naturais e vulnerável aos fenómenos naturais. As acções nefastas de factores climáticos e antrópicos vêm contribuindo, ao longo dos tempos, para a degradação dos recursos naturais. Esta situação exige a adopção de medidas que garantam uma gestão sustentável de recursos naturais de todo o território nacional. E, essas medidas passam, necessariamente, pela identificação das actividades que põem em risco o equilíbrio ambiental e pela inventariação de recursos naturais mais vulneráveis à acção antrópica. Essas acções conduzem à adopção de medidas que visam controlar a implementação de actividades económicas de modo a garantir um desenvolvimento sustentável do país (Alfama, 2007:13).

Para que, as acções acima referidas, sejam implementadas, os diversos actores, designadamente o Conselho dos Ministros para o Ambiente, a Direcção Geral do Ambiente, o Instituto Nacional da Meteorologia e Geofísica, o Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, as Câmaras Municipais, as Organizações Não-governamentais, o sector privado e empresarial, e todos os intervenientes no processo ambiental, têm de estar em perfeita sintonia, o que presume um investimento a nível de formação e informação, de implementação de um plano de ordenamento e gestão do território e de todos os seus recursos, a delimitação de áreas prioritárias de intervenção e, sobretudo na capacitação técnica e institucional (Pereira, 2010:87).

1.2.4.Especificidades ambientais das zonas insulares

As regiões insulares possuem um conjunto de características específicas, que as enquadram na categoria de ecossistemas frágeis. O isolamento a que se encontram sujeitas essas regiões determina a limitação de recursos naturais e económicos, tornando-as muito vulneráveis ecológica e economicamente. Essas regiões são, ainda, muito susceptíveis a desastres

ambientais e naturais, nomeadamente o aumento do nível do mar e mudanças climáticas e, a biodiversidade é das mais ameaçadas no mundo (UNEP, 1992)²⁰.

As ilhas insulares apresentam um elevado número de espécies endémicas específicas, importantes no contexto da diversidade biológica global e elevadas taxas de extinção. As espécies indígenas, sobretudo as endémicas, encontram-se mais vulneráveis por terem evoluído na ausência de predadores e não desenvolveram mecanismos de defesa, por se encontrarem numa área restrita, em pequenos números e populações, e por terem evoluído ao longo dos anos, num ambiente muito específico ao qual se encontram bem adaptadas. Assim, a sobrevivência das espécies depende da capacidade das mesmas de se adaptarem a um novo ambiente. Porém, por serem espécies especialistas e não generalistas, têm dificuldade em se adaptarem a novos ambientes e, por serem únicas, uma vez extintas num determinado local, elevam o nível de perda ao contexto mundial (LIMA, 2008:43).

É de realçar que as ilhas são sistemas extremamente sensíveis a qualquer intervenção externa. O limitado espaço disponível nas regiões insulares leva a grande interdependência entre os seus componentes naturais, de modo que, qualquer impacte negativo sobre um dos seus elementos é fácil e, rapidamente, sentido em toda a ilha (WTO, 2004:87)²¹. Ainda, a diversidade biológica insular é a herança de uma história evolutiva única e, portanto, é particularmente frágil e vulnerável. Essa fragilidade e vulnerabilidade são, em Cabo Verde, acentuadas em decorrência do clima seco do país e pela variabilidade climática pré-existente (PNUD, *et al.* 2010:14). Assim, os principais factores de perda da biodiversidade insular iria continuar ou aumentar rapidamente. Este processo seria, obviamente, agravado pelos impactos graduais das alterações climáticas, aliados à mudança de habitat, à sobre exploração e, em particular, às espécies invasoras (MEA, 2005:26)²².

As regiões insulares acolhem os recursos naturais, a população e as actividades socioeconómicas e culturais. A excessiva solicitação dessas áreas pelos recursos e pelo espaço

²⁰ UNEP a sigla da *United Nations Conference on Environment & Development - Agenda 21*, Rio de Janeiro, 1992, disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>, consultado em Fevereiro 2012>.

²¹ WTO a sigla do *World Tourism Organization (WTO) - Making Tourism Work for Small Island Developing States*, Madrid (Espanha), 2004 p.87.

²² MEA a sigla do *Millennium Ecosystem Assessment*, “*Ecosystems and Human Well-being: General Synthesis*”. *Synthesis*. Island Press, Washington, DC. 2005 p.26.

provoca conflitos de interesse entre diferentes usuários que são exacerbados pelo crescimento demográfico e económico fomentando o processo de transformação e degradação que, em muitos casos, são irreversíveis. Assim, o crescimento demográfico e económico faz aumentar o consumo dos recursos que, por si só, já são escassos, sendo que as ilhas, na generalidade, são consideradas particularmente sensíveis às actividades humanas, ao aumento da densidade populacional ou a qualquer outra intervenção externa. Ainda, são zonas extremamente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas (LIMA e MARTINS, 2009).

1.2.5.Cooperação e gestão das áreas protegidas

A cooperação é importante para a gestão, e constitui o poder que capacita a transformação de uma realidade. Nesse sentido, a sociedade, para se desenvolver plenamente, deve ser formada por agrupamento de pessoas que se relacionam entre si e cooperam, buscando modos de estreitar vínculos existentes para se manter socialmente tendo (LAMES e TEIXERA, 2007)²³, os homens não podem criar novas forças, mas só unir e dirigir as que já existem, o meio que têm para se conservar é formar por agregação uma soma de forças que vença a resistência, com um só móvel pô-las em acção e fazê-las obrar em harmonia (ROUSSEAU, 2004:31).

É de referir que a gestão ambiental caracteriza-se como uma acção centrada na tomada de decisão sobre casos particularizados, mediando conflitos inerentes a utilização de recursos naturais para atendimento das demandas socioeconómicas e as acções de preservação ambiental. Portanto, uma importante característica da gestão ambiental é a mediação de interesses e de conflitos entre os actores institucionais e sociedade civil, que agem sobre o meio ambiente (BEZERRA, 1996 *apud* CORTE, 1997:65).

Para gerir uma APs ou fazê-la existir como tal, cumprindo com os objectivos para os quais foi criada, tem sido um dos grandes desafios para os órgãos ambientalistas competentes. E, para atingir os objectivos de gestão das APs, é necessário definir o plano de gestão que da mesma forma, estabelece directrizes e orienta programas, projectos e acções que devam ser executados, Isto porque, a APs tem sido entendida também como uma maneira de buscar

²³ Luciano Lannes & Mónica Teixeira, *Cooperação*, resumo do livro por Tânia Reis, Dezembro de 2007, disponível em: <http://pt.shvoong.com/socialsciences/1724705_coopera%C3%A7%C3%A3o/#ixzz1wsnSIg3v>, consultado em 28 de Maio de 2012>.

alternativas económicas viáveis para uma região com certa fragilidade do ponto de vista ambiental (CORTE, 1997:66),

O principal instrumento de gestão de uma Área Protegida (AP) é o plano de gestão, onde são definidos os objectivos gerais de uma AP, estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e a gestão dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Moirão, 2010:29). E, o plano de gestão é necessário para uma gestão eficiente da AP, uma vez que estabelece as directrizes e categoria de gestão para se alcançar os objectivos da criação e implementação das mesmas e, além disso, o plano é dinâmico e deve ser sistematicamente revisto, a fim de se adequar a novas realidades (FARIA & PIRES 2007, *apud* MOIRAO, 2010:29),

Na procura pela melhoria da qualidade de vida, o homem utiliza os recursos naturais de diversas formas, fazendo-se ser necessário planear e gerir esses usos. E, tratando-se de APs, esse planeamento e gestão devem ser integrados, observando-se a aptidão e a capacidade de suporte dos recursos existentes na área e sua envolvente. As áreas naturais protegidas e, principalmente, os parques têm tido outras funções como económicas, de lazer e recreativas.

Para FARIA & PIRES, 2007 *apud* ESTIMA (2008:35), a gestão moderna deve ser praticada como um exercício a longo prazo, sendo necessário uma equipa com amplos conhecimentos técnicos e requisitos de gestão adequados para se alcançar a missão organizacional da área protegida e apontam como requisitos para uma gestão moderna e eficaz das áreas protegidas.

Existem diversas formas de gestão de áreas protegidas (APs), em que a participação dos diversos intervenientes é essencial para que a sua gestão seja realizada de uma forma democrática, nomeadamente, a gestão compartilhada, a gestão integrada e a gestão através de cooperações institucionais, as quais visam o benefício colectivo, respeitando-se os princípios e as directrizes definidas para a categoria de gestão, e buscando-se atingir os objectivos específicos estabelecidos para o espaço protegido (FBPN, 2003:24)²⁴.

²⁴ FBPN a sigla da Fundação o Boticário de Protecção à Natureza, Gerenciamento de Áreas de Protecção Ambiental no Brasil. Curitiba: Guapyassú, 2003 p.24.

A gestão das áreas protegidas (APs) exercida individualmente, e por uma única instituição tem-se mostrado ineficiente ou incompleta, na medida que, não tem conseguido alcançar todos os objectivos de protecção estabelecidos. As causas do fracasso, deste tipo de gestão, estão ligadas tanto à multiplicidade de actividades desenvolvidas na gestão, como a deficiência e/ou insuficiência qualitativa e quantitativa de recursos humanos disponíveis nos órgãos responsáveis pela gestão. Desta forma, o modelo de gestão baseado em cooperações tem-se revelado como uma alternativa viável para suprir essas deficiências (Côrte, 1997:68).

A participação social na gestão das Áreas Protegidas, é um elemento fundamental para a sustentabilidade, na conservação da biodiversidade e do património natural. Essa perspectiva caminha ao encontro da chamada visão democrático-participativa que enfatiza o potencial democrático e emancipatório da participação de diferentes actores sociais nas instâncias decisórias (IRVING *et all*, 2006).

A gestão participativa tem facilitado e viabilizado o planeamento e a gestão das áreas naturais protegidas viabilizando o reconhecimento da importância destes espaços e seu envolvente, minimizando os impactos entre a área e a comunidade local. Este modelo de gestão também viabiliza a descentralização das decisões através de uma administração transparente (MILLER, *apud* ESTIMA, 2008:23).

Não se pode imaginar uma gestão eficaz para as áreas naturais protegidas se não houver parceria entre as populações e as autoridades locais. Estratégias de gestão nestes moldes fortalecerão a manutenção da biodiversidade e todos poderão se beneficiar com isto. Um modelo participativo de gestão traduz as preocupações dos atores sociais interessados nas unidades de conservação, procurando soluções por meio da negociação, do envolvimento, da divisão de responsabilidades e do estabelecimento de parcerias.” (DEBITER, 2006:206):

Num processo de gestão eficiente das APs, a instituição competente, deve estabelecer cooperação com as outras partes, incluindo os habitantes da zona e os utilizadores dos recursos, estipulando as funções, as responsabilidades e os direitos respectivos de cada um, em relação à AP. Não se pode pensar em gestão eficaz das áreas naturais protegidas se não houver parcerias entre a comunidade local, o sector público e privado e as ONGs. Nesta perspectiva é que as estratégias de gestão devem adequar-se à “Agenda 21” (AGENDA 21,

1992) e a “Convenção sobre a Diversidade Biológica” (CDB, 1992), traduzindo-se num modelo participativo de gestão, de forma a traduzir as preocupações dos actores envolvidos nas APs, procurando soluções através da negociação, do envolvimento, da divisão de responsabilidades e de parcerias.

O Governo de Cabo Verde, em parceria com o Fundo Global para o Ambiente (GEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do projecto “Áreas Protegidas” estabeleceram uma rede de áreas protegidas em todo o território nacional, para conservar a biodiversidade e travar a degradação dos recursos naturais ligados a terra e a água (PNUD, *et al.*2010:1).

É de realçar que, em Cabo Verde, a implementação e a gestão das Áreas Protegidas (APs), encontra-se sob a tutela da Direcção Geral do Ambiente (DGA), e do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT). A DGA tem o mandato e a responsabilidade de fazer a gestão de todas as APs em Cabo Verde, incluindo o desenvolvimento de políticas e parcerias. Os Serviços do Ministério estão organizados em Serviços Centrais (Direcções Gerais) e Serviços de Base Territorial (Delegações do Ministério do Desenvolvimento Rural) que dependem hierarquicamente do Ministro e funcionalmente dos serviços centrais, com recursos e capacidades operacionais limitadas (PNUD, *et al.*2010:9,10).

O Decreto-Lei n.º 3/2003 de 24 de Fevereiro, que estabelece o Regime Jurídico das Áreas Protegidas, consagra no artigo n.º 2º que a gestão dos recursos naturais é da responsabilidade do Ministério do Ambiente e Agricultura (MAA), Direcção Geral do Ambiente e Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP). Estas autoridades nacionais são responsáveis pela prevenção de violações, modificações e contaminação do ambiente natural, promoção da gestão e exploração sustentável de recursos naturais, por assegurar a conservação da biodiversidade, restauração de habitats naturais proteger os elementos históricos e arqueológicos dos sítios e, promoção da gestão participativa de recursos naturais nas APs.

1.3. Abordagem metodológica

Para a realização desta pesquisa, o esquema metodológico e o modelo de análise dos dados e das informações foram um processo construtivo, com base nos objectivos geral e específicos e nas perguntas de partida. Assim, fez-se pesquisa bibliográfica de referência específica e estudo documental, nomeadamente estudos, artigos das revistas científicas especializadas, livros e *sites* sobre as áreas protegidas, a biodiversidades, a conservação, a cooperação, a gestão territorial e ambiental e o desenvolvimento sustentável, com destaque para os materiais de apoio sobre a gestão dos parques de Serra Malagueta, do Monte Gordo e do Fogo.

Fez-se a análise dos instrumentos legais sobre a gestão das áreas protegidas em Cabo Verde e, sendo assim dos Parques Naturais, com realce para os instrumentos de políticas e estratégias nacionais, do ordenamento do território e das áreas protegidas, à fauna, à flora e à pecuária, à água, ao solo, ao turismo e às convenções e acordos internacionais existentes e/ou em desenvolvimento.

Para a realização deste estudo, entrevistaram-se, ainda, os especialistas que trabalham na área, nomeadamente o Director do parque de serra malagueta, director do parque do Monte Gordo, director do parque do fogo, coordenador das áreas protegidas de cabo verde, Director dos serviços e gestão dos recursos naturais, técnico da (Vide guião de entrevista, apêndice 1).

Na parte prática do trabalho fez-se a análise SWOT, destacando-se os pontos fortes e os fracos, as oportunidades e as ameaças que condicionam a gestão desses Parques Naturais, de forma a propor medidas de políticas e estratégias para uma melhor gestão dos mesmos.

Para a realização da investigação, foi adoptado o esquema metodológico que se encontra a seguir.

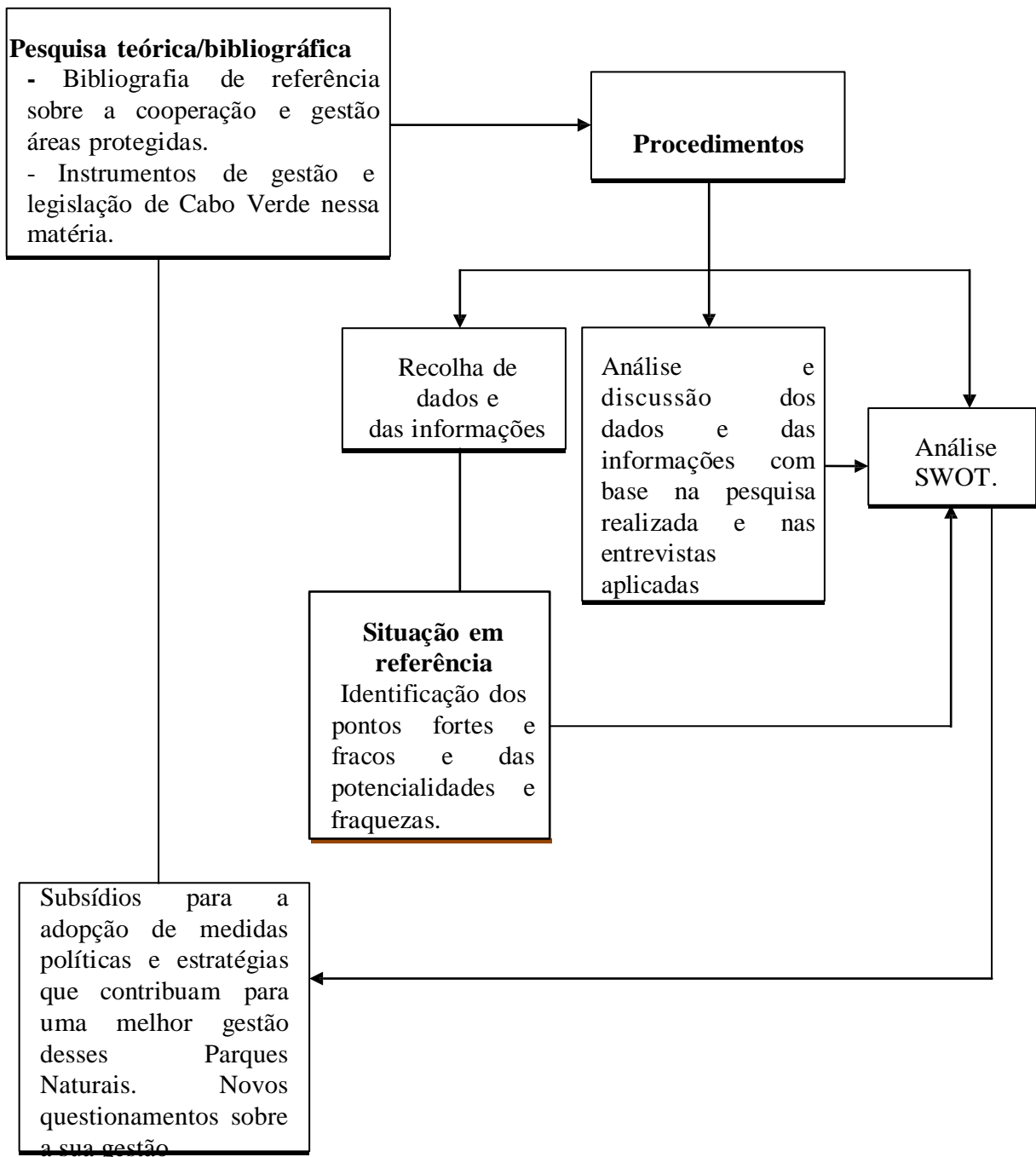


Figura 1: Esquema metodológica

Fonte: Elaboração própria(2012)

Capítulo 2: Enquadramento e situação ambiental de Cabo Verde

2.1. Localização geográfica

Cabo Verde é um país constituído por dez ilhas e treze ilhéus, situado a cerca de 450 km do Senegal. Tem uma área emersa de 4033 km² e uma Zona Económica Exclusiva estimada em 700 mil km², (MAAP, 2004:5-6).

As ilhas, que se erguem da profunda planície abissal além da plataforma continental Africana, estão divididas em dois grupos de acordo com a forma como o vento sopra: barlavento e sotavento. As ilhas de Barlavento são Santo Antão (754 Km²), São Vicente (228 Km²), Santa Luzia (34 Km²), São Nicolau (342 Km²), Sal (215 Km²) e Boavista (622 Km²); o grupo de Sotavento inclui Maio (267 km²), Santiago (992 km²), Fogo (477 km²) e Brava (65 km²). (PNUD *et al.*, 2010:7) (Figura 1)



Figura 2: Localização do arquipélago de Cabo Verde

Fonte: Disponível em: <http://old.encyclopedia.com>

As ilhas são de origem vulcânica, de tamanho relativamente reduzido e dispersas e estão inseridas numa zona de elevada aridez meteorológica. Três das ilhas (Sal, Boavista e Maio) são relativamente planas, sendo as outras montanhosas. É na ilha do Fogo, que se encontra o ponto mais alto de Cabo Verde, um vulcão cuja última erupção data de 1995, O relevo é geralmente muito acidentado, culminando com altitudes muito elevadas (Fogo - 2.829 m, Santo Antão - 1.979 m, Santiago - 1.395 m, São Nicolau - 1.340 m) (MAAP e DGA, 20004:15).

O clima do tipo subtropical seco, caracteriza-se por uma curta estação de chuvas (Julho a Outubro), com precipitações, por vezes torrenciais e mal distribuídas no espaço e no tempo, o que constitui o principal factor de aceleração da erosão dos solos. As precipitações são geralmente fracas sobre todo o território, média anual não ultrapassa 300 mm para as zonas situadas a menos de 400 m de altitude, com tendência para baixar desde a década de sessenta do século passado (MAAP e DGA, 20004:15).

Estas ilhas foram descobertas pelos navegadores portugueses António da Noli e Diogo Gomes que estavam a serviço do Infante D. Henrique. As ilhas da Brava, São Nicolau, São Vicente, Santa Luzia, Santo Antão, e os ilhéus Rasos e Brancos, que fazem parte do grupo Ocidental foram descobertos entre 1460 e 1462. Estas últimas ilhas foram encontradas pelo navegador

português Diogo Afonso, que na altura estava viajando com o navegador Antonio da Noli para povoar as primeiras ilhas encontradas (PUC-RIO) ²⁵.

As principais ilhas do país são Santiago, no qual se concentra mais da metade da população total residente no país, cerca de 50,38% e São Vicente que representa cerca de 15,53% da população total residente no país. Santo Antão, é a terceira maior ilha do país (47,042%) (PUC-RIO).

2.2.Dinâmica demográfica

O povoamento de Cabo Verde só começou em 1462, sendo, a ilha de Santiago a primeira a ser povoada. Entre 1462 até aos primeiros anos de 1800, a população cresceu lentamente e não chegou a ultrapassar os 50.000 habitantes. A população chegou aos 150.000 habitantes em 1950 (MAAP, 2004:15). De 1940 a 1950 registou-se um crescimento populacional negativo. Este período ficou conhecido como “a fome de 47”, uma vez que grande número da população dependia da agricultura para a sobrevivência e, com a falta da chuva o país sofreu secas prolongadas, levando as famílias a passarem por um período de grandes dificuldades atingindo o crescimento de apenas 1.9% (INE, 2010) ²⁶.

A partir dos anos 80, a imigração passou a ser vista como uma alternativa para melhores condições de vida, daí a intensificação dessa tendência. Porém, a contenção do fluxo migratório, derivado das políticas de emigração restritivas levadas a cabo pelos países de acolhimento nos anos 90 e apesar da redução da taxa de fecundidade em Cabo Verde, houve um crescimento populacional de 2.4%, atingindo em 2000, uma população estimada em 434.812 habitantes (INE, 2010).

Em 2000, a população urbana superou a do meio rural, passando os centros urbanos a albergar 53,9% da população. A degradação das condições de vida no meio rural tem contribuído para o empobrecimento das populações rurais e, conseqüentemente, para a sua

²⁵ PUC-RIO a sigla do Panorama Histórico, Político e Sócio-Econômico de Cabo Verde, disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666_07_cap_02.pdf>, consultada em 4 de Outubro 2012

²⁶ INE a sigla do Instituto Nacional de Estatística - Censo 2010, Resultados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH), Praia, 30 de Março de 2010.

deslocação para os centros urbanos, contribuindo assim para o aumento da pobreza nesses centros, sobretudo nas "periferias" (MAAP, 2004:20).

A população cabo-verdiana em 1960 era de 199.300 habitantes, em 1970 era de 271.000, em 1980 era de 295.700 e em 1990 alcançou 341.500 habitantes. A década de 70 foi marcante, porque foi nessa década que ocorreu a expansão da imigração cabo-verdiana e também ficou conhecida como um período de redução da população, pois, o elevado fluxo migratório terá provocado uma diminuição da taxa de crescimento de 3,1% para 0,9% entre os períodos 1960-1970 (MAAP, 2004:19,20).

A população de Cabo Verde foi estimada em 491.875 habitantes, dos quais 98.5% (484.437 mil habitantes) são residentes presentes, 1.46% (7.246 mil habitantes) são residentes ausentes e 0.04% (192 habitantes) corresponde a população sem abrigos, correspondendo a uma taxa de crescimento média anual de 1.2% entre 2000 e 2010. Dos 491.875 mil habitantes cerca de 49.5% (243.593 mil habitantes) são do sexo masculino e 50.5% (248.282 mil habitantes) são do sexo feminino (INE, 2010)

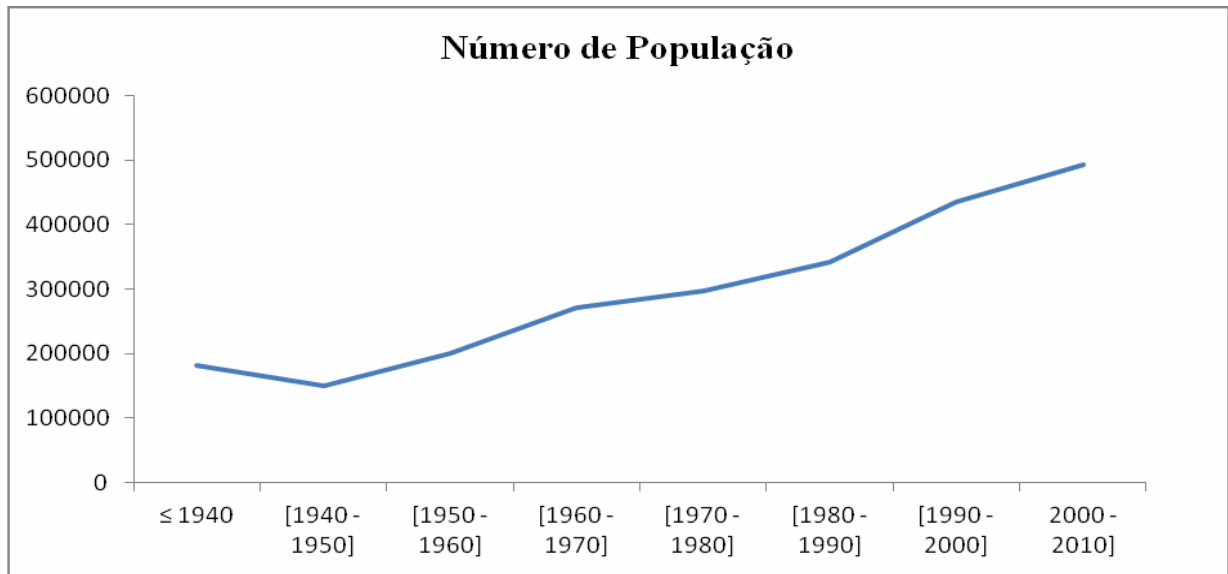


Gráfico 1: Evolução da população de Cabo Verde 1940 a 2010

Fonte: INE 2010

A demografia Cabo-verdiana é caracterizada por um forte desequilíbrio regional entre as nove ilhas habitadas, sendo que 55.8% concentra na ilha de Santiago, 15.5% na ilha de São Vicente e 8.9% em Santo Antão, que são as principais ilhas do país, representando juntas um total de 80.2% da população total. E, a população de Cabo Verde é considerada como sendo muito jovem, uma vez que 54.4% da população tem menos que 25 anos de idade, 31.6% tem menos de 15 anos e apenas 6.4% tem mais de 64 anos (INE, 2010). Esta ocorrência se traduz num desafio para o Governo de Cabo Verde no que se refere ao desenvolvimento de políticas de educação, formação profissional, saúde, habitação e emprego.

A taxa de crescimento médio anual da população por concelho é maior na ilha de Boa Vista com 7.8%, seguida da ilha do Sal com 5.5% e, regista-se as taxas mais baixas em Paul com -1.8%, em Ribeira Grande e Brava ambos com uma taxa negativa de -1.3% (INE, 2010).

O crescimento acelerado da urbanização teve consequências negativas para as áreas da educação, saúde, saneamento, habitação e emprego uma vez que as infra-estruturas sociais não acompanharam a evolução do crescimento destes centros urbanos. Essa situação não possibilitou a inserção de todos os que se deslocaram para estas ilhas à procura de trabalho, contribuindo assim para o aumento do índice da pobreza das famílias e dificultando cada vez mais as suas condições de vida (PUC-RIO).

A situação sociodemográfica é caracterizada por uma esperança de vida à nascença de 72,3 anos para os dois sexos, uma taxa de mortalidade infantil de 30%, uma taxa de mortalidade materna de 14,5%, uma taxa de fecundidade de 2,9% crianças por mulher, uma taxa líquida de escolaridade de 96% e uma taxa de prevalência do VIH/SIDA de 1% (BCV,2007)²⁷.

2.3.Situação económica

A situação económica de Cabo Verde é caracterizada pela escassez de recursos naturais devido a sua situação geográfica e climática, que determina uma actividade agrícola muito precária e passa alguns problemas resultantes de um conjunto de constrangimentos estruturais específicos e limitações de pequenos países insulares(PUC-RIO).

A estrutura da economia de Cabo Verde distingue-se da maior parte da dos países africanos pelo lugar preponderante que ocupa o sector terciário, dado que representa uma percentagem significativa do PIB e absorve uma quantidade relevante de mão-de-obra. Esta particularidade é consequência da existência de um sector primário e secundário extremamente de minutos, devido à precariedade da agricultura, à insuficiente exploração dos recursos do mar, ausência de economias de escala originada pela descontinuidade territorial e à ausência de outros recursos naturais, a que se junta os constrangimentos inerentes a um mercado interno pequeno. Da mesma forma a análise da estrutura da produção económica do país faz ressaltar a fragilidade da base produtivo com custos de produção o extremamente elevados (PUC-RIO).

²⁷ BCV a sigla do Banco de Cabo Verde (BCV), Relatório de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o Processo da Saída de Cabo Verde da Categoria dos Países Manos Avançados, dezembro de 2007, Disponível em: <<http://www.nu.cv>, consultado em 23 de Abril de 2012>.

Cabo Verde possui uma economia aberta, muito condicionada pela conjuntura externa, o que se explica pela elevada dependência do comércio, da ajuda externa e dos fluxos de capitais oriundos do estrangeiro através de remessas de emigrantes e donativos.

A importação é o principal suporte do comércio interno e o maior componente do comércio externo, enquanto que, a exportação é o menor componente do comércio externo. Cerca de 80% das importações provêm da Europa, sendo Portugal, o parceiro com maior relevância (PUC-RIO).

Com um sector exportador relativamente reduzido, as exportações de mercadorias, sobretudo têxteis, encontram-se condicionadas por uma mão-de-obra mais cara em relação a outras economias emergentes e, em particular, pela crescente concorrência dos têxteis chineses.

Cabo Verde depara-se com dificuldades em atrair determinados investimentos externos, e tem fraca capacidade em gerar empregos, sendo o sector público o principal empregador num mercado de trabalho formal limitado (BES)²⁸.

A maior parte da população dedica-se ao sector primário, sendo a cultura mais importante a do milho. O fraco desenvolvimento da agricultura que é imputável aos fenómenos naturais ilustra a impossibilidade de Cabo Verde em cobrir as necessidades alimentares da população. A produção de cereais do país só cobre 10 a 15% das necessidades, estando o défice alimentar na ordem dos 85% a 90% e é absorvido pelas importações de cereais e pela ajuda alimentar que desempenha um papel crucial na garantia permanente das necessidades de base de cerca de 25% da população sobretudo para as populações rurais cuja maioria representa a camada mais pobre do país (PUC-RIO).

²⁸ BES a sigla Banco Espírito Santo, Cabo Verde *Economic Outlook*, Economia em aceleração, *Research Note*, A porta atlântica da África Central, disponível em: <<http://www.bes.pt/>>, consultado em 29 de Abril de 12 >.

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**

A indústria pouco desenvolvida, essencialmente ligada aos sectores dos têxteis, do calçado e das pescas, não ocupa mais do que 4% da população activa e concentra-se na Praia e no Mindelo (PUC-RIO). A pesca está pouco desenvolvida, apesar da morfologia do país e da abundância dos recursos.

A economia cabo-verdiana é terciarizada, onde os serviços incluindo o turismo representam o maior potencial de crescimento das exportações e mais de 70% do PIB. O sector de turismo destaca-se como a área de maior potencial, e que pode dar uma maior contribuição para o desenvolvimento do país, uma vez que, este é um sector que está crescendo muito em Cabo Verde, sendo visitado anualmente por cerca de 20 mil pessoas devido à própria condição geográfica e climática que permite o seu desenvolvimento e atrai investimento externo (BCV, 2010).

Em Fevereiro de 2012, a inflação média anual atingiu os 4,3%, aumentando 1,6 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2011. Em termos mensais, os preços cresceram 0,7%, em grande medida devido à actualização pela Agência de Regulação Económica dos tectos máximos dos preços a retalho dos combustíveis, lubrificantes e gás, bem como das tarifas de electricidade(INE, 2012).

Em Fevereiro de 2012, as remessas dos emigrantes em divisas cresceram 32%, abrandando 2,7 pontos percentuais em relação ao mês de Janeiro, determinada pela desaceleração em 5 pontos percentuais para 32% das provenientes da Zona dos 14% (BCV, 2010).

2.4.Biodiversidade e conservação da natureza

Cabo Verde possui um nível considerável de biodiversidade, expressa nas suas mais formas genética, específica, taxinómica, ecológica e funcional. A flora cabo-verdiana é rica em espécies endémicas, apesar destas se encontrarem em ameaça de extinção. Ainda, há cerca de 90 espécies endémicas, que não se encontram em nenhuma outra parte do mundo. Entretanto, a biodiversidade cabo-verdiana quando comparado com a de outros arquipélagos da Macaronésia é relativamente pobre (MAA, 1999).

Se por um lado é imprescindível a existência da biodiversidade no planeta terra, por outro, há necessidades humanas que muitas vezes perigam a sua manutenção, daí a necessidade da conservação da natureza. A conservação do ambiente é tarefa do Homem, pois a sua qualidade de vida depende grandemente do nível de conservação dos ecossistemas(MAA, 1999) .

As alterações e variabilidade climáticas, as catástrofes naturais, a proliferação de espécies exóticas invasoras, a sobre - exploração de recursos naturais, o crescimento acelerado da actividade turística, a poluição e gestão de resíduos constituem as principais ameaças ao desenvolvimento sustentável, à conservação da natureza e à manutenção da biodiversidade em pequenas ilhas(IUCN) o que é extensivo a Cabo Verde.

Uma grande parte da população cabo-verdiana está consciente do estado de degradação da diversidade biológica a nível regional e nacional. A percepção do estado de degradação dos recursos biológicos pelo Governo está reflectida na Lei de Bases do Ambiente que contempla a "preservação da fauna e flora de Cabo Verde", e pela publicação de diversos Decretos Regulamentares. Não obstante as medidas acima mencionadas, a degradação da biodiversidade cabo-verdiana contínua de forma acelerada. (MAAP, 2004:63).

A conservação e valorização da biodiversidade, através da conservação *in situ*, sobretudo em espaços naturais protegidos, constituem um dos eixos prioritários da política do ambiente do governo, para o sector do ambiente, consubstanciando no

segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, aprovado pela Resolução nº 14/2005, de 25 de Abril, na Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, ratificado por Cabo Verde em Março de 2005(MAAP 2005).

A conservação e gestão ambiental são preocupações que vem sendo apresentadas pelos sucessivos governos de Cabo Verde e materializadas pelos vários Planos Nacionais de Desenvolvimento, com base nos programas e acções de reflorestação e luta contra a desertificação e o impacte das secas, do levantamento dos recursos do solo, do subsolo e do mar, do estudo de espécies de flora e de fauna marítima e terrestre e de protecção de espécies em risco, da conservação e aproveitamento dos recursos naturais identificados e, da conservação do litoral e protecção das ilhas (MAAP 2004:22).

A conservação da natureza rege-se pelos princípios de acção pública, consignados na Lei de Bases da Política do Ambiente, aprovada pela Lei 86/IV/93, de 26 de Julho. A criação e a gestão de espaços protegidos em Cabo Verde, reconhecidas hoje como uma ferramenta indispensável para a conservação da natureza, estão previstas no Decreto-Lei nº3/2003, de 24 de Fevereiro, que visa implementar medidas que garantam uma gestão sustentável dos recursos naturais, e que veio preencher uma grande lacuna na legislação ambiental cabo-verdiana (MAA, 2003:3;4). Em termos de acções de Conservação da Natureza, o projecto “Áreas Protegidas”representa o maior esforço empreendido até ao momento em Cabo Verde.

Em Cabo Verde, a conservação da natureza contempla também as Zonas Húmidas ou Sítios Ramsar, de acordo com o estabelecido na Convenção de Ramsar, com vista ao aumento de medidas, tendentes a minimizar as pressões das capturas de peixes comerciais e tartarugas, da extracção de areias e da deposição de sedimentos e resíduos, nas zonas litorais, como resultado das actividades realizadas no interior das ilhas.

Para Pereira (2005:92), as políticas ambientais e de Conservação da Natureza vigentes em Cabo Verde, vêm-se baseando essencialmente na gestão e conservação da cobertura florestal e espécies marinhas, na introdução de novas espécies vegetais, em acções de correcção e conservação do solo, na protecção de zonas costeiras e, mais recentemente, na implementação dos projectos Áreas Protegidas e Parques Eólicos para a produção de “energia limpa”.

Em Cabo Verde a conservação da natureza tem esquecido a sua vertente geológica (PEREIRA,

2005 *apud* ALFAMA, 2007:14). Deve-se contemplar acções que visam uma gestão integrada e equilibrada dos recursos naturais, envolvendo a bio e a geoconservação e promover um modelo de gestão apropriado, com integração dos aspectos geológicos, evitando a ocupação de zonas costeiras que albergam actualmente um elevado número de habitantes (PEREIRA, 2005:87). Assim, a catalogação, preservação e valorização do património geológico pode contribuir para o desenvolvimento e utilização racional dos recursos naturais, promovendo a investigação e a educação no domínio ambiental, bem como as actividades recreativas e turísticas (ALFAMA, 2007:14).

As acções nefastas de factores climáticos e antrópicos vêm contribuindo, ao longo dos tempos, para a degradação dos recursos naturais. Esta situação exige a adopção de medidas que garantam uma gestão sustentável de recursos naturais de todo o território nacional. Tais medidas passam necessariamente pela identificação das actividades que põem em risco o equilíbrio ambiental e pela inventariação de recursos naturais mais vulneráveis à acção antrópica. Essas acções conduzem à adopção de medidas que visam controlar a implementação de actividades económicas de modo a garantir um desenvolvimento sustentável do país (ALFAMA, 2007:13).

Para que estas acções sejam implementadas, os diversos atores, designadamente o Conselho dos Ministros para o Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Instituto Nacional da Meteorologia e Geofísica, Instituto Nacional de Gestão de

Recursos Hídricos, Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, Câmaras Municipais, Organizações Não-governamentais, sector privado e empresarial, e todos os intervenientes no processo ambiental, têm de estar em perfeita sintonia, o que presume um investimento a níveis de formação e informação, de implementação de um plano de ordenamento e gestão do território e de todos os seus recursos, com delimitação de áreas prioritárias de intervenção e sobretudo na capacitação técnica e institucional (PEREIRA, 2010:87).

2.5. Situação ambiental em Cabo Verde

Cabo Verde é um país ecologicamente frágil, de fracos recursos naturais e vulnerável aos fenómenos naturais, particularmente as secas, as actividades antrópicas, que têm como consequência a alteração dos microclimas, a desertificação, as chuvas torrenciais. Os períodos cíclicos de secas alternadas com cheias têm sido as principais causas de perdas económicas, degradação ambiental e problemas socioeconómicos (MAAP, 2004:12).

O clima de Cabo Verde é subtropical seco com temperaturas médias que variam entre 20 e 26°C, dependendo das condições oceânicas e atingindo a humidades valores abaixo dos 10%. Existem duas estações, a da “seca” e a das “chuvas”, sendo esta última escassa e irregular, ocorrendo normalmente durante os meses de Julho à Outubro e por precipitações, por vezes, torrenciais e muito mal distribuídas no espaço e no tempo. Os ecossistemas do país são considerados frágeis, devidos à sua condição insular e aos factores naturais e antrópicos que provocam a diminuição dos recursos naturais, nomeadamente, a água, a biodiversidade, as terras e os recursos marinhos (MAAP, 2004:12).

As condições climáticas aliadas à baixa percentagem de solo arável (MAAP, 2003). comprometem, em certa medida, a abundância de recursos naturais terrestres, provocando um défice de produção agrícola. E, como complemento das actividades agrícolas, surgem as actividades ligadas ao sector pecuário e, devido a falta de recursos forrageiros, principalmente nas zonas áridas e semi-áridas e falta de conhecimento de gestão do efectivo pecuário, a população tem optado pela criação de caprinos de uma forma livre, provocando um sobrepastoreio que leva a degradação das pastagens e, por conseguinte, a erosão do solo (MAAP, 2003).

A par da generalizada anarquia que caracteriza a ocupação urbana, a agricultura, é substituída, com frequência, por actuações que põem em causa a sua própria sustentabilidade, tendo em consideração a interacção complexa das dimensões físicas, ecológicas, económicas, sociais, políticas e institucionais. Nesta perspectiva, os principais problemas ambientais resultam de uma inadequada gestão dos recursos naturais nos meios urbano e rural, consequência da pressão do consumo e da baixa capacidade de produção de riqueza, com a pobreza, que afecta particularmente as zonas rurais e piscatórias, a funcionar como causa e efeito da degradação ambiental (ALFAMA, 2007:13).

Em Cabo Verde, há uma intensiva exploração dos recursos naturais terrestres, marinhos, hídricos e de inertes, bem como a degradação desses recursos devido à introdução de espécies exóticas, transformação de habitats em terrenos agrícolas, urbanização, fragmentação e destruição de habitats (LIMA, 2008:61-62).

A vulnerabilidade das espécies marinhas caboverdianas, sobretudo as das zonas costeiras, tem aumentado, não obstante a existência de medidas legislativas no sentido de se minimizar a pressão sobre elas e os seus habitats. E, no meio marinho, tem-se verificado mudanças como resultado do aumento de pressão das capturas dos peixes para a comercialização, da extracção desenfreada de areias, do desenvolvimento desordenado de derrames de hidrocarbonantes, da intrusão salina e da poluição. A orografia da orla marinha, que na maior parte das vezes é vulnerável aos efeitos das marés, não contribui para aliviar os efeitos nefastos desses factores. E, no que concerne a poluição, o maior risco resulta dos derrames de hidrocarbonetos, causado pela frota nacional e internacional, e pela presença de portos e estaleiros.²⁹

A descontinuidade do território, o isolamento, a introdução de espécies exóticas, os regimes climatéricos e oceanográficos e a constante pressão demográfica, são factores que determinam o estado actual da biodiversidade em Cabo Verde (LIMA, 2008:61). A insularidade e um clima seco levaram à evolução de fauna e de flora únicas, uma vez que as espécies locais gradualmente se adaptaram às condições climáticas e geológicas variadas, resultando em elevados níveis de endemismo por todas as ilhas de Cabo Verde (MAAP, 2004:4,5).

²⁹Cfr. Ministério Ambiente, Agricultura e Pesca - Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente, Documento Síntese, Praia, Fevereiro 2004 pp.4-5.

A diversidade biológica terrestre caboverdiana é constituída por diversos tipos de organismos vivos, nomeadamente, plantas, animais, líquenes e fungos. As plantas identificadas classificam-se em Angiospérmicas, Gimnospérmicas (apenas existem espécies introduzidas), Pteridófitas e Briófitas. E, os animais mais conhecidos representam as classes de vertebrados, sendo as mais representativas as classes de aves e répteis. Os mamíferos e os anfíbios selvagens estão representados, 1 espécie de macaco verde (*Cercopithecus aethiops*), 1 espécie de morcego e, 1 espécie de sapo (*Bufo regularis*), respectivamente, todas espécies introduzidas (MAA, 1999).

Em relação aos invertebrados, merecem realce devido ao seu estado actual de conservação, os artrópodes, representados pelos insectos, aracnídeos e crustáceos de água doce (todos extintos) e os moluscos extramarinhos de água doce e das zonas mais húmidas, em que 59% dos terrestres estão ameaçados (MAA, 1999).

É de destacar que os ecossistemas terrestres são representados por baixa diversidade, sendo que a flora é mais conhecida do que a fauna. A flora é constituída, em grande parte, por angiospérmicas, sendo estas representadas por 240 espécies indígenas, onde 85 são endémicas (MAAP, 1999), estimando-se no total 621 espécie (C.V. NATURA II:20010)³⁰. As ilhas mais montanhosas, Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo, apresentam maior diversidade terrestre, por apresentarem um microclima de altitude e, também, porque nesses ambientes os endemismos estão melhor representados, sendo a ilha de Santo Antão a que detêm maior número de espécies indígenas (150) e endémicas (50) que estão concentradas nos biótopos, e as ilhas de São Nicolau, Santiago e Fogo as que depois de Santo Antão, detêm um maior número de espécies endémicas (45, 38 e 37, com cada uma destas ilhas, respectivamente) em relação às restantes ilhas (MAA, 1999).

A diversidade biológica terrestre endémica de Cabo Verde é bem distribuída por todas as ilhas, sendo os factores mais determinantes são, o tamanho da ilha, a diversidade do clima, o relevo geográfico e os nichos ecológicos. E, Santo Antão é a ilha mais rica em termos de endemismo, com um total de 46 espécies, sendo 11 exclusivas da ilha e a ilha Maio é mais

³⁰ Cabo Verde Natura- II Inventario y Análisis Territorial “Caracterización del Medio Físico y Biótico”. Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del Litoral de Cabo Verde y de las Islas de Sal, Boa Vista y Maio, 2001.

pobre representado por um total de 10 espécies, conforme o Gráfico 2 que se encontra a seguir . Em todas as ilhas há uma variedade de plantas medicinais, tanto nativas como exóticas, que são utilizadas pelas populações rurais (PNUD, *et al.*2010:7).

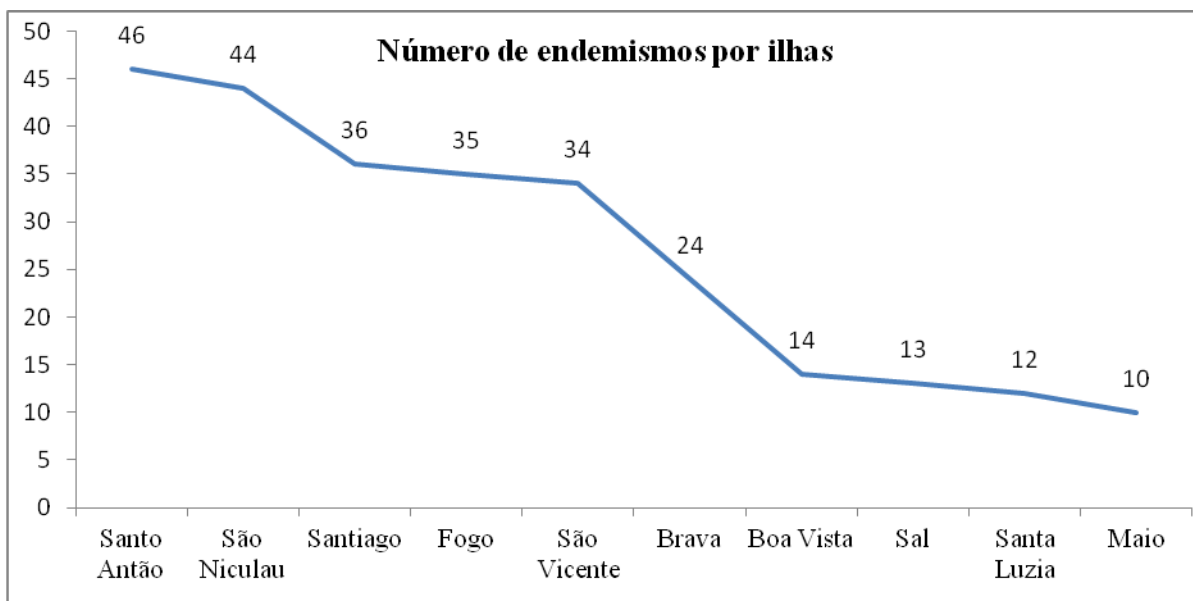


Gráfico 2: Distribuição de espécies endêmicas por ilhas

Fonte: Ministério do Ambiente (Agosto, 2010).

Quanto a fauna, 47% das espécies de aves, em Cabo Verde, estão ameaçadas, incluindo 17 das 36 espécies que se reproduzem nas ilhas. Várias aves endêmicas estão na lista de ameaçadas de extinção, incluindo a *Pandion haliaetus*, *Halcyon leucocephala* e *Calonectris edwardsii*. A *alauda razae*, que só vive em Cabo Verde, foi reduzida a uma população de 250. O primeiro censo do Papagaio Vermelho “Red Kite”(*Milvus milvus fasciicauda*) e do Milhafre Preto (*Milvus migrans m.*), revelou que as suas populações em todo o arquipélago de Cabo Verde, totalizam-se menos de 10, em cada espécie(PNUD, *et al.*2010:7).

Cabo Verde é um importante ponto para a migração (130 espécies) e de nidificação de aves (40 espécies), com quatro dessas espécies na lista de espécies ameaçadas (*Fregata magnificens*, *Sula leucogaster*, *Calonectrix edwardsii* e *Phaethon aethereus Mesonauta*). O país já possuiu 28 espécies de répteis em sua história, sendo 25 endêmicas, 18 das quais existem, e 25% dessas estão ameaçadas. Existem 5 espécies de tartarugas nos ecossistemas

marinhos de Cabo Verde que têm sido geralmente exploradas de forma insustentável (PNUD, *et al.*2010:7).

A biodiversidade marinha caboverdiana é abundante. O país abriga 10% da diversidade mundial de gastrópode marinho do género *Conus*. A biodiversidade marinha está concentrada na grande plataforma marinha compartilhada pelas ilhas de Boavista, Sal e Maio. Nas outras ilhas, devido ao facto de as águas serem muito profundas, a produtividade biológica é fraca (Lima, 2008:63). As ilhas de Boa Vista e Maio albergam quase 50% das espécies endémicas e as de São Vicente, Sal e Santiago quase 40%, devido a ocorrência de um número considerável de espécies endémicas marinhas e ao facto da maior diversidade estar associada às zonas de maior extensão das plataformas insulares (PNUD, *et al.*2010:7).

Em relação à flora, de acordo com o Primeiro Relatório Nacional sobre a Biodiversidade, a Zona Tropical do Atlântico Este, em que Cabo Verde se situa, é considerada uma das zonas mais pobres em espécies de algas marinhas. As zonas costeiras são dominadas por algas verdes (*Chlorophyta*) e vermelhas (*Rhodophyta*). Para além dessas algas, encontram-se, em pequenas biomassas, as algas castanhas que habitualmente preferem as águas frias. A fauna marinha é constituída por animais invertebrados, nomeadamente os espogiários, os poliquetas, os hidrozoários e as estrelas-do-mar, os corais, os moluscos e as cefalópodes, os bivalves, os gastrópodes e os crustáceos e, vertebrados.

Cabo Verde alberga 639 espécies de peixes, sendo que todos estão presentes em número elevado. Embora, em geral, as populações de peixes são grandes, a percentagem de espécies endémicas de peixes na área específica das ilhas de Cabo Verde, é considerada baixa (aproximadamente 13%) (PNUD, *et al.*2010:7).

Existem, em Cabo Verde, 5 (cinco) espécies de tartarugas marinhas (*Dermocels coriacea*, *Chelonia mydas*, *Eretmochelys imbricata*, *Caretta caretta* e *Lepidochels olivácea*).E, estima-se que cerca de 3.000 tartarugas cabeçudas (*Caretta caretta*) nidificam, anualmente, nas ilhas da Boa Vista e do Sal, tornando estas áreas nos segundos mais importantes locais de nidificação em todo o Oceano Atlântico (PNUD, *et al.*2010:7). As tartarugas marinhas têm sido, exploradas de forma insustentável, para se aproveita causa dos ovos e da carne, das

mesmas, que são altamente apreciados pelos seres humanos, e a sua casca é usada para fazer peças de joalharia.

No que diz respeito aos géneros de aves tipicamente marinhas, encontram-se *Calonectris*, *Puffinus*, *Pelagodroma*, *Fregata*, *Sula*, *Phaeton* e *Pandion* e os tipicamente limnícolas *Charadrius*, *Himantopus*, *Calidris*, *Tringa* e *Arenaria* (C. V. NATURA II:2001).

Dentre as quatro famílias conhecidas da lagosta, encontra-se, no arquipélago de Cabo Verde, o *Palinuridae* (a lagosta rosa, verde e marrom) e a *Scyllaridae* (lagosta de pedra). O *charlestoni* *Palinuris* é uma espécie endémica. Várias espécies marinhas em Cabo Verde são exploradas, muitas vezes, ao limite da sustentabilidade. E, nos ecossistemas costeiros e marinhos de Cabo Verde, abrigam-se mamíferos marinhos (pelo menos, 17 espécies de baleias e golfinhos), recifes de corais, algas e esponjas. E, em Cabo Verde, a diversidade de corais é considerada como sendo uma das mais elevadas do mundo (PNUD, *et al.*2010:8).

2.6. Legislação e políticas ambientais

A conservação do meio natural implica o recurso a um conjunto de medidas e acções, baseadas em análise dos seus valores intrínsecos, sua vulnerabilidade e no grau de degradação, com vista a manter ou recuperar o valor natural de um determinado lugar ou elemento natural, que deve ser adoptado por todos.

Desde a independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975, foram concebidas e implementadas numerosas medidas legislativas que têm garantido, em certa medida, a protecção e a conservação dos recursos naturais locais. Porém, é a partir dos anos 80 que estas medidas conheceram um maior incremento (PEREIRA, 2010:88).

A Constituição da República de Cabo Verde, de 1980, já apresentava medidas relativas à soberania do território nacional, frisando que o país exerce soberania sobre todo o território nacional abrangendo a superfície emersa, as águas arquipelágicas e o mar territorial e os respectivos leitos e subsolos definidos na lei. “O mesmo é aplicável sobre todos os recursos naturais, vivos e não vivos, que se encontrem no seu território” (PEREIRA, 2005:88).

A partir de 1990, verificou-se, em Cabo Verde, mudanças de políticas sobre as questões ambientais a nível nacional. Acções ligadas a protecção do ambiente foram desenvolvidas e a integração do ambiente nas políticas nacionais tornou-se realidade, ao fazer da obtenção de um nível elevado de protecção ambiental, uma das prioridades do país e da integração do princípio do desenvolvimento sustentável nas políticas ambientais (Rocha, Y. C. et *all.* 2007: 28)³¹.

Em Cabo Verde, foram declaradas, através da Lei 79/III/90, as Reservas Naturais da Ilha de Santa Luzia e dos Ilhéus do Arquipélago de Cabo Verde, designadamente os ilhéus Baluarte. E, para além de deterem componentes da diversidade biológica de grande valor socioeconómico, alguns desses ecossistemas (Bordeira e Pico Novo, na ilha do Fogo, Ilhéu Raso e Branco, ilhéu Curral Velho) são *habitats* de espécies vegetais (*Echium vulcanorum*) e animais (*Aluada razae* e *Fregata magnificens*), seriamente ameaçados de extinção (MAA, 2008:107).

Em 1992, procedeu-se, em Cabo Verde, a revisão constitucional, dando origem a nova constituição de 1992, na qual consagra no seu artigo 72º que “todos têm o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar”. Esta revisão Constitucional coincidiu com o ano em que se realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, pelo que as mudanças apresentadas em matéria de ambiente não são alheias ao momento político internacional que se vivia na altura. Assim, inserido no contexto da crescente preocupação ambiental a nível global, em que os bens naturais como a água, a biodiversidade, os solos, têm vindo a sofrer acentuada escassez, em Cabo Verde, tem-se trabalhado, não tem poupado esforços, no sentido de criar legislação promotora de conservação da natureza, biodiversidade e protecção dos recursos naturais (PEREIRA, 2010:88).

A abordagem transversal da política ambiental foi confirmada pela introdução da vertente ambiental nos Programas do Governo, a partir de 1993, bem como pela elaboração do II Plano

³¹ Rocha, Y. C. et *all.* - Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental (NCSA -GEM) – Relatório de Transversalidade e Sinergia entre as três convenções (Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação (CCD), Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade (CBD), Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CCC), Documento final, Praia, Abril de 2007 p.28.

de Acção Nacional para o Ambiente (PANA) em 2003, que estabeleceu objectivos de desenvolvimento sustentável num horizonte de dez anos (2004-2014) fundamentalmente orientada para a gestão sustentável dos recursos ambientais.

Em 1995, com a entrada em funcionamento do Secretariado Executivo para o Ambiente de Cabo Verde (SEPA-CV), Órgão com competências para as Políticas Ambientais, que viria a ser substituído pela Direcção Geral do Ambiente (DGA), a problemática ambiental, em a nível nacional, ganhou uma nova dimensão, marcando o início de um processo irreversível de protecção ambiental (MAAP, 2004:2).

Através do Decreto-Legislativo nº 14/97 de 1 de Julho, em 1997, foi publicado o primeiro documento oficial “Código do Ambiente”³² com um carácter mais abrangente e estrutural que define a estratégia ambiental, onde estão abordadas questões como: a avaliação e estudo do impacte ambiental; controlo dos resíduos urbanos, industriais e outros; protecção dos recursos geológicos; controlo da poluição atmosférica; protecção de espaços naturais, paisagens, sítios, monumentos e espécies protegidas; proibição da extracção, exploração da areia nas dunas, nas praias e nas águas interiores; e estabelecimento das contra-ordenações pela extracção ou exploração sem licença. Este, contempla algumas medidas conservacionistas tendentes a preservar não só a diversidade biológica, bem como mas também elementos da geodiversidade, ainda que de uma forma bastante incipiente (Pereira, 2010:89).

O art.º 72 da Constituição de Cabo Verde, não sofreu alterações de conteúdo com a revisão constitucional de 1999, passando a temática do ambiente a constar na Parte dos Princípios Fundamentais (art.º 7.º, alínea k), definindo como sendo umas das tarefas do Estado “proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural nacional”.

Os recentes instrumentos jurídicos foram criados através do Decreto-Lei nº 2/2002 e do Decreto-Regulamentar nº 7/2002, de 30 de Dezembro, que estabelece as medidas de

³²O Código do Ambiente consiste no primeiro documento oficial com um carácter mais abrangente e estrutural que define a estratégia ambiental (gestão de recursos naturais, poluição, Conservação da Natureza, ...) de Cabo Verde. Contempla algumas medidas conservacionistas tendentes a preservar não só a diversidade biológica mas também elementos da geodiversidade, ainda que de uma forma bastante incipiente.

conservação e protecção das espécies vegetais ameaçadas de extinção, que proíbem a extracção de areia nas dunas, nas praias e águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial, e adoptam medidas de conservação e protecção das espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, respectivamente.

Cabo Verde tem vindo a adoptar formas de operacionalizar a conservação do meio ambiente, concebendo e implementando medidas e acções em benefício do ambiente como reflorestação, construção de diques de correcção torrencial, grandes obras de engenharia hidráulica, paralelamente à criação de instrumentos políticos, normativos e medidas legislativas de âmbito nacional e internacional (Convenções e Tratados), para garantir a protecção dos recursos naturais do arquipélago e a sua biodiversidade (Rocha & Neves, 2007:16).

É de realçar que, Cabo Verde, tem vindo a participar em várias conferências internacionais, assinou vários Acordos, ratificou outros, específicos ou relevantes para a protecção do meio ambiente do arquipélago, nomeadamente a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, e consagrou os princípios da Declaração de Estocolmo, bem como a Agenda 21 na Constituição e na Lei de Bases do Ambiente.

Face às vulnerabilidades do país, às ameaças ambientais, o Estado deverá elaborar e executar políticas adequadas para a defesa, a preservação do ambiente e a promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica; promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca (PEREIRA, 2005 *apud* PEREIRA (2010:89).

Uma das medidas de política do Governo de Cabo Verde é a adopção de um regime de protecção dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma protecção especial, passando a integrar a Rede Nacional de Áreas Protegidas, contribuindo assim para a conservação da natureza e o desenvolvimento auto-sustentado de Cabo Verde (MAA, 2003:3). E, em Cabo Verde, há um pacote legislativo que se encontra a seguir, em parte, no Quadro 3.

Quadro 3: Pacote legislativo em matéria de ambiente e conservação da natureza

Lei n.º 79/III/90 , de 26 de Maio	Declara como reservas naturais a ilha de Santa Luzia e todas os ilhéus do arquipélago.
Lei n.º 102/III/90 , de 29 de Dezembro	Estabelece as Bases do património cultural e natural.
Lei n.º 86/IV/93 , de 26 de Julho	Define as Bases da Política do Ambiente.
Decreto-Legislativo n.º 14/97 , de 1 de Julho	Desenvolve as Bases da Política Ambiente.
Resolução n.º 3/2000 , de 31 de janeiro	Aprova a Estratégia Nacional e o Plano de Acção à Biodiversidade.
Resolução n.º 4/2000 , de 31 de Janeiro	Aprova o Programa Nacional de Luta Contra a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
Decreto-Lei n.º 2/2002 , de 21 de Janeiro	Proíbe a Extração e Exploração de Areias nas Dunas, nas Praias e nas Águas Interiores, na Faixa Costeira e no Mar Territorial.
Decreto-Lei n.º 7/2002 , de 30 de dezembro	Estabelece as Medidas de Conservação e Protecção das Espécies Vegetais e Animais Ameaçadas de Extinção.
Decreto-Lei n.º 3/2003 , de 24 de Fevereiro	Estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas.
Decreto-Lei n.º 5/2003 , de 31 de Março	Define o Sistema nacional de protecção do ar.
Decreto-Lei n.º 6/2003 , de 31 de Março	Estabelece o Regime Jurídico de Licenciamento e Exploração de Pedreiras.
Decreto n.º 31/ 2003 de 1 de Setembro	Estabelece os Requisitos Essenciais a Considerar na Eliminação de Resíduos Sólidos Urbanos, Industriais e Outros e Respectiva Fiscalização, Tendo em Vista a Protecção do Meio Ambiente e a Saúde Humana.
Decreto-Lei n.º 40/2003 , de 27 de Setembro	Estabelece o Regime Jurídico da Reserva Natural de Santa Luzia.
Resolução n.º 14/2005 , de 25 de Abril	Aprova o Segundo Plano de Acção par o Ambiente, PANA II, no Horizonte 2004-2014.
Resolução 16/2005 , de 9 de Maio	Aprova o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, Horizonte 2015 e o Plano de Acção 2005/2008
Decreto-Lei n.º 53/2005 , de 8 de Agosto	Define os Princípios Gerais da Política de Aproveitamento Sustentável dos Recursos Haliêuticos
Decreto-Lei n.º 29/2006 , de 6 de Março	Estabelece o Regime jurídico da Avaliação do Impacto Ambiental dos Projectos Públicos ou Privados Susceptíveis de Produzirem Efeitos no Ambiente.
Decreto-Legislativo n.º 6/2010 , de 21 de junho	Altera o Decreto-Legislativo n.º 1/2006, de 13 de Fevereiro, que Estabelece as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, bem como os Artigos 81.º e 82.º do Estatuto dos Municípios, aprovados pela Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho.

Fonte: MAHOT(2012)

Para além dos instrumentos políticos e jurídicos a cima referida, Cabo Verde, para melhor proteger os seus recursos naturais e ambientais, apropria ainda de um conjunto de meios políticos e jurídicos de gestão ambiental, nomeadamente a Estratégia Nacional e o Plano de

Acção sobre a Biodiversidade, o Plano de Acção Nacional para o Ambiente, o Projecto Cabo Verde – Natura 2000, o Programa Regional de Conservação da Zonas Costeira e Marinha, o Projecto de Conservação Marinha e Costeira, o Plano de Gestão dos Recursos de Pesca e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola e de Espécies Ameaçadas de Extinção (MAA, SIA)³³.

³³ MAA e SIA Ministério do Ambiente e Agricultura - Sistema de Informação Ambiental (SIA), Instrumentos jurídicos, disponível em: <<http://www.sia.cv/index.php/pt/sia/instrumentos-juridicos/>>, consultado em Maio de 2012, consultado em 25 de Maio de 2012>.

Capítulo 3: Gestão dos Parques Naturais em Cabo Verde

3.1. Caracterização dos parques naturais

3.1.1 . Parque Natural de Serra Malagueta

A serra Malagueta, declarado Parque Natural pelo Decreto 3/2003 de 24 de Fevereiro, esta compreendida entre os paralelos 15° 10' 30'' e 15° 11' 30'' N e os meridianos 23° 40' 30'', sendo a altitude máxima de 1064 metros. O seu território abrange áreas de três municípios (Stª Catarina de Santiago, S. Miguel e Tarrafal), apresentando assim uma localização estratégica e privilegiada, não só para o sector turístico (eco-turismo), como também para a educação ambiental e centro de pesquisa e investigação. A área contém o maior número das plantas endémicas da ilha de Santiago (26), 14 dos quais estão classificados como ameaçadas e consoantes na lista vermelha de Cabo Verde.

A delimitação aprovada em Conselho de Ministros pelo Decreto-Regulamentar nº 19/2007 de 31 de Dezembro, abrange toda a área do Perímetro Florestal instituído pelo Estado em 1929, incluindo as escarpas que o limitam naturalmente, bem como as zonas montanhosas, nomeadamente as escarpas de Pedra Comprida, na borda de Mafafa, situados em Monte Gémeo, das escarpas de Quebrada a Mato Fundura, das escarpas do sul de Maria Curva e de Tabuleiro, incluindo uma pequena parte de Ribeira “encantada”, estendendo-se até Chão de Espinho (o limite do perímetro florestal) em que se começa o Chão Grande, continuando as

escarpas de Ponta Preta, Mato Curral, Mato Galego, Tintim, Costa Limon e Lacha Branca (BO I SERIE, 2007:48).

O Parque Natural de Serra Malagueta é interceptado pela Estrada Nacional ST 01, que une a Cidade da Praia e a cidade do Tarrafal. A distância do Parque a capital do país (Cidade da Praia) é de aproximadamente 50 quilómetros e de 12 quilómetros da cidade de Assomada e de 13 quilómetros da cidade do Tarrafal.

Em decorrência da sua altitude a maior parte da região desse parque é sub-húmida e húmida, condições para a proliferação de várias espécies endémicas, que aí se encontra em concentrações mais elevadas do que em qualquer outra parte da ilha de Santiago (MADRRM e DGA, 2003).

Do ponto de vista geomorfológico, Serra Malagueta possui diversas características, geologicamente novas: os picos e as encostas inclinadas de cumes recortados e separados por vales profundos, grandes ravinas e desfiladeiros, o que originam as mudanças bruscas na elevação. As dificuldades de comunicação são apenas alguns dos obstáculos apresentados pela sua topografia irregular (MADRRM e DGA, 2003).

Nesse Parque, encontram-se diferentes tipos de habitats, devido à diversidade de altitude e sendo assim de microclima. Assim abriga uma grande variedade de plantas (123 espécies), aves (19 espécies), mamífero (3 espécies), anfíbios (1 espécie) e invertebrados (46). Com um total de 29 espécies de plantas endémicas esse Parque é considerado um dos locais mais importantes para a conservação de plantas em Cabo Verde. Ainda com as suas 6 espécies/subespécies de aves endémicas de interesse para conservação global, Serra Malagueta, pode ser considerada como uma área importante de aves (MADRRM e DGA, 2003).

No interior desse Parque, encontram-se diversos povoados que pertencem a diferentes localidades, designadamente Curral d' Asno, com 32 famílias (152 pessoas) e Posto, com 17 famílias (89 pessoas), a localidade de Serra Malagueta e o povoado de Chão Correia, com 2 famílias (10 pessoas), localidade de Gongon. Nesses povoados vivem 51 agregados familiares, perfazendo um total de 251 pessoas residentes no interior do Parque. No entanto,

na área de amortecimento do Parque, encontram-se 9 comunidades, onde residem 363 agregados familiares, totalizando 2.197 residentes (MAA e DGA, 2006:23).

A maioria dos agregados familiares da área protegida e áreas envolventes são chefiados por mulheres, correspondendo a uma taxa de 56%, com maior destaque para a zona de Principal com 62%, contra 38% do sexo masculino, e a situação inversa verifica - se em Varanda e Aguadinha. Este facto se justifica - se pelo elevado número de mulheres solteiras que integram uma percentagem significativa dos agregados não conjugais compostos (51%), unipessoais (2,4%) e monoparentais, ou ainda, mulheres que declararam ter vivido em agregados conjugais nucleares, verticais ou ainda estritamente colaterais mas que se encontram divorciadas e/ou separadas ou viúva (MAA e DGA, 2006:23).

A agricultura de sequeiro e de regadio é a principal actividade dos chefes de família. Todavia, predomina a agricultura de sequeiro destinado ao auto - consumo, embora não se atinja a auto-suficiência alimentar. Cerca de 81% das famílias dependem da sua força de trabalho para seu sustento, 11% tem como fonte de rendimento uma pensão uma vez que grande parte, dos chefes de famílias encontram-se acima dos 60 anos, dos 7%, dos mesmos encontram-se a cargo de familiares residentes em Cabo Verde e/ou no estrangeiro e 1% do rendimento de propriedade ou empresa (MAA e DGA, 2006:64,65).

As principais fontes de rendimento para a sustento das famílias são a agricultura e a criação de gado (MAA e DGA, 2006:64:65).

As comunidades mais favorecidas são aquelas que se situam nas ribeiras orientadas a N-NE, onde é possível praticar cultivos de hortaliças, cana-de-açúcar e plantas fruteiras, o que lhes permite desenvolver actividades geradoras de rendimento, como a produção do grogue, doces de frutas, hortaliças, entre outras (MAA e DGA, 2008:25).

As principais actividades desenvolvidas pela população na área do Parque são as práticas do cultivo, criação de gado, a caça de animais e recolha de lenhas. Os cultivos praticados são partilhados entre a tradicional cultura de milho e feijão e, a mais remunerativa, a de batata-doce. A cultura de batata-doce goza de uma discreta notoriedade na ilha, e é conhecida no mercado como “batata-serra” (MAA e DGA, 2008:25).

Para além das actividades agro-pecuárias, também praticam – se outras actividades, designadamente as de carácter artesanal, nomeadamente produção de aguardente de cana sacarina, a manteiga, doces, ervas medicamentosas, café, tabaco pano de terra. Cerca de 94% das pessoas aí residentes dedicam à produção artesanal, (ambos com 42%), doces (40%), e, com uma ligação menos directa, as ervas medicamentosas (83%). Existe ainda um número insignificante de indivíduos que se dedicam à produção do café, em Gongon (3) e Xaxa (1), tabaco, em Principal (5), Varanda (4) e Gongon (4), destinada ao auto consumo (MAA e DGA, 2008:25).

Serra Malagueta apresenta um microclima com algumas especificidades dentro do quadro geral do clima do arquipélago de Cabo Verde. O típico clima tropical seco , juntamente com outros factores como a altitude, a exposição das encostas, a irregularidade do terreno, e combinado com zonas montanhosas expostas a Nordeste, têm criado um microclima, com temperaturas médias ligeiramente mais baixas e com níveis de precipitação ligeiramente mais elevados do que ocorre no resto da ilha (MAA e DGA, 2008:25).

Relativamente à fauna, o Parque Natural de Serra Malagueta possui uma fauna relativamente pobre. É representada por aves (19 espécies), mamífero (3 espécies), anfíbio (1 espécie) e invertebrados (46) que foram investigados até o momento. Encontra-se entre os poucos mamíferos presentes o Macaco (*Cercopithecus aethiops*) (MAA e DGA, 2006:95).

Nas escarpas e no coberto vegetal de Serra Malagueta, nidificam algumas espécies de aves, nomeadamente, Andorinhão (*Apus alexandri*), Pardal-di-terra (*Passer iagoensis*), Francedja (*Falco tinnunculus*), Passarinha (*Halcyon leucocephala*), Pardal de algodoeiro (*Sylvia concipitata*), Toutinegra (*Sylvia atricapilla*), Tchota-coco (*Passer hishispaniolensis*) e Asa curta (*Buteo buteo bannermani*) (MAA e DGA, 2006:95).

E de referir que outras espécies como Gongon (*Pterodroma feae*), considerada em perigo crítico, Minhoto branco (*Neophron percnopterus*) e Coruja (*Tyto alba detorta*), também nidificam nesta área, devido à sua grande presença anteriormente bem como a Galinha de mato (*Númida Meleagris*) e Codorniz (*Coturnix*), Ainda no que diz respeito a avifauna da Serra de Malagueta, identificou – se a presença da Garça-vermelha (*Ardea Purpurea bournei*

), subespécie endémica da ilha de Santiago, que era desconhecida na zona do parque (MAA e DGA, 2006:95).

Relativamente aos répteis, encontram-se as seguintes espécies endémicas: o Lagarto (*Mabuya vaillanti*) e, a Osga (*Tarantula rudis rudis*).

Tendo em consideração as potencialidades existentes, o artesanato, como a panaria e aproveitamento de materiais recicláveis, é uma outra actividade que poderá ser desenvolvida no Parque.

Para além das actividades anteriormente referidas á um conjunto de outras actividades artesanais que poderão ser exploradas, como sejam a confecção de balaio, de esteras, de renda e bordados, remédios de plantas medicinais, produção de tabaco, do café, entre outros. Entretanto é necessário que se faça estudos de viabilidade económica dessas actividades, bem como o do mercado para a colocação dos seus produtos (MAA e DGA, 2008:96).

A lenha é um recurso muito utilizado no meio rural, enquanto uma das formas de energia para preparar os alimentos, sendo, 99% dos agregados familiares utilizam - na para esse efeito, e um terço da mesma provém da área do Parque Natural (MAA e DGA, 2006:103).

A produção de aguardente ocorre em maior quantidade nas comunidades situadas nas ribeiras, especificamente, Xaxa (90%), Gongon (83%) e Principal (67%), uma vez que, nas ribeiras que se praticam o cultivo da cana sacarina (MAA e DGA, 2006:69).

Verifica-se ainda a nível local a produção de esteira, balaio, binde e decorações com matérias-primas locais; confeição de pano de terra, bordados, rendas, reciclagem de lixos e produção de papel (MAA e DGA, 2006:69).

3.1.2.Parque Natural Monte Gordo

O Parque situa-se na parte ocidental de São Nicolau, entre o coordenado 24° 21' e 24° 22' 30'' W e 16° 36' 30'' e 16° 37' 30'' N, na divisão entre os Municípios de Ribeira Brava e Tarrafal,

estando circundado por importantes núcleos populacionais, como: Cabeçalinho, com uma população de 176 habitantes, distribuídos por 46 Agregados Familiar; Palhal, com uma população de 98 habitantes, distribuídos por 24 Agregados Familiar; Hortelã, com uma população de 214 habitantes, distribuídos por 47 Agregados Familiar; Ribeira dos Calhaus, com uma população de 4 habitantes, distribuídos por 4 Agregados Familiar; Fragata, com uma população de 165 habitantes, distribuídos por 35 Agregados Familiar, no Município de Tarrafal e; Fajã, com uma população de 369 habitantes, distribuídos por 77 Agregados Familiar; Lompelado, com uma população de 395 habitantes, distribuídos por 100 Agregados Familiar; e Cachaço com uma população de 401 habitantes, distribuídos por 104 Agregados Familiar, no Município de Ribeira Brava (MAA e DGA, 2008).

É aprovada a delimitação do Parque Natural de Monte Gordo da ilha de São Nicolau pertencente à Rede Nacional das Áreas Protegidas declarada no anexo do Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, representando a amostra mais representativa dos ecossistemas húmidos de montanha da ilha de São Nicolau e um dos mais importantes ecossistemas de agricultura de sequeiro de Cabo Verde. Ainda, de acordo com o diploma em referência, a delimitação do parque natural de Monte Gordo é fundamental para assegurar, à luz da experiência e dos conhecimentos científicos adquiridos sobre o património natural desta área, uma correcta estratégia de conservação e gestão que permita a concretização dos objectivos que presidiram à sua classificação como parque natural.

Monte Gordo, declarado Parque Natural pelo Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, cuja área foi delimitada pelo Decreto-Regulamentar nº 10/2007, de 3 de Setembro, é a amostra mais representativa de ecossistemas húmidos de montanha, na ilha de São Nicolau e um dos mais importantes ecossistemas agrícolas de Cabo Verde. Das espécies inventariadas na área, 28 são endémicas, e representam 34% das espécies encontradas na região, 44% das espécies endémicas estão na lista vermelha de São Nicolau e 30% na Primeira Lista Vermelha de Cabo Verde. Das várias espécies de plantas existentes na área, muitas delas, e em especial as endémicas, são usadas na medicina tradicional.

Esse parque, para endemismos e de se constituir refúgios ecológicos, detêm espécies ameaçadas de extinção, exibindo uma orografia espectacular, o que caracteriza uma paisagem

exuberante e bastante atractivo para um turismo de natureza que se quer seja sustentável (BO I SERIE, 2007:616).

Monte Gordo ocupa uma pequena superfície de 952 ha, contém uma grande quantidade de espécies e sub-espécies endémicas raras da flora e da fauna ameaçadas, assim como uma combinação de tipos de habitats raros. A superfície relativamente pequena não altera o facto de que o Parque e a sua zona de amortecimento oferecem um ponto seguro, abundante em alimento e um lugar de descanso para muitas espécies da flora e da fauna (MAA e DGA, 2008:25).

Entre as 200 plantas vasculares existentes em Monte Gordo, não ha pteridofitas (fetos e outras plantas da mesma família). Outros grupos (e.g. cogumelos, musgos, líquenes) ainda não foram estudados.

Os grupos taxonómicos de animais que representam a fauna de Monte Gordo são muito limitados com um anfíbio e três répteis. O número de espécies e sub-espécies representando alguns grupos (principalmente insectos) e aproximado, uma vez que apenas foi feito um estudo experimental e a identificação exacta destas taxas ainda e possível. A avifauna, inclui 15 espécies e subespécies de aves residentes e migratórias (MAA e DGA, 2008:25).

A maioria dos habitats do Parque é semi-natural. A região arborizada foi plantada nos meados do século XIX. O Parque tem sido alvo de invasão por várias espécies de plantas introduzidas durante os últimos 30 anos. Contudo, essas invasoras tornaram-se imediatamente naturalizadas, embora se possam competir com as espécies anteriormente estabelecidas e afectá-las ao ponto de se desaparecerem totalmente. Entretanto apesar desse fenómeno de mudança de composição de espécies possa constituir um aspecto de instabilidade no ecossistema da AP de Monte Gordo, passou - se a ser parte da sua naturalidade em geral (MAA e DGA, 2008:25).

O ecossistema de Monte Gordo é extremamente frágil. As etapas de evolução da maioria dos habitats estão ameaçadas, pelo facto de serem invadidos por espécies exóticas que requerem uma gestão (controlo) intensiva e anual das espécies exóticas. Todos os habitats e vida animal, particularmente nas zonas a sul e sudoeste, estão sujeitos a pressão devido ao acesso humano, nomeadamente a erosão do solo e o sobre - pastoreio (MAA e DGA, 2008:25).

A diversidade de habitats reflecte-se na variedade da flora e da fauna que ocorrem na área protegida com espécies de importância nacional e global. Monte Gordo tem uma riqueza em espécies de plantas e animais endémicas, raras e globalmente ameaçadas. Entre as 46 espécies endémicas de São Nicolau, 28 estão localizadas em Monte Gordo, o que representa 56% do endemismo de São Nicolau, sobretudo *Globularia amygdalifolia*, *Nauplius smithii*, *Conyza varia*, *Dracaena draco* e *Periploca laevigata subsp. Chevalieri* (MAA e DGA, 2008:25).

A lista das espécies de animais globalmente ameaçadas existentes em Monte Gordo é significativa, incluindo 2 espécies de aves endémicas, nomeadamente *Colonectris edwardsii*, *Acrocephalus brevipennis*.

Monte Gordo é considerado uma das áreas mais original de Cabo Verde e um dos poucos lugares onde se pode observar a vegetação nativa da ilha. Além disso, ele é dotado de uma variedade, relativamente grande, de raros tipos de habitats, entre os quais uma vasta extensão de habitats de Tortolho, a maior área da espécie do país. Contudo, verifica-se o desaparecimento de habitats nativos, devido à invasão de flora exótica e à utilização indevida das terras para a agricultura (MAA e DGA, 2008:26).

A localização geográfica do Parque, a diversidade de habitats e de vida animal, e a sua acessibilidade, combinam-se tornando Monte Gordo atraente a um grande número de visitantes. O Parque é bem conhecido, devido à grande quantidade de espécies raras e espectaculares que ali podem ser encontrados juntamente com vistas panorâmicas surpreendentes, dominando os ilhéus Raso e Branco, e dispõe de pontos extraordinários para observação de aves, bem como trilhos para hipismo (MAA e DGA, 2008:26).

O clima existente no Parque é, em termos gerais, semelhante ao clima característico da Ilha de São Nicolau, isto é, subtropical seco, caracterizando-se por uma curta estação de chuvas de Julho a Outubro, determinado principalmente pelos factores altitude, relevo e exposição, e uma estação seca nos restantes meses do ano (MAA e DGA, 2008:27).

A paisagem do Parque Natural de Monte Gordo é considerada das mais belas existentes na ilha de São Nicolau. O Monte Gordo, do alto dos seus 1312 metros, guarda toda a ilha com

seu olhar majestoso e proporciona aos visitantes uma experiência única (MAA e DGA, 2008:27).

Os residentes dessas área formam uma paisagem à parte, com casas na maioria das vezes construídas de pedras e com tetos de palha, cozinhando na lenha e criando seus animais em currais de pedra, vivendo alheios às modificações da nova era, desafiando o tempo que parece para eles não ter passado (MAA e DGA, 2008:35).

Uma característica marcante da paisagem desse Parque é a diferença dessa área entre a época seca e na época das chuvas, que forma um incrível contraste que surpreende todos os anos, quando a vegetação verdejante do Verão é substituída pelo castanho e cinzento do Inverno. Um mesmo cenário que passa por uma inacreditável transformação, resultado do rigor da seca que recorre todos os anos (MAA e DGA, 2008:35).

A maioria dos agregados familiares presentes na zona do Parque é chefiada por homens, cerca de metade (44,6%) dos agregados familiares (AF) é composto maioritariamente pelo chefe de família, seu cônjuge e respectiva prole (família nuclear). A outra metade dos agregados dispõe de chefes de família sem cônjuge. Os que não possuem conjugue são os homens mais idosos e as mulheres (47%), que são “solteiras” (isoladas com filhos mas sem conjugue permanente), portanto apresentam uma maior instabilidade no seu agregado (MAA e DGA, 2008:52).

A actividade agrícola é a principal actividade económica da população residente no Parque e na área de amortecimento, 98% da população activa declarou praticá-la e, entre estes, 28% afirmou não exercer outras actividades, para além dessa. Dos cultivos praticados em regime de sequeiro, nomeadamente milho, feijões, abóbora e alguns tubérculos, o cultivo de feijões é o único que garante algum rendimento. Esta cultura é, geralmente, praticada em regime de sequeiro, devido às condições micro-climáticas locais específicas. As comunidades que mais praticam esta cultura são as de Cachaço, Lompelado, Canto Fajã e Fragata e em menor grau as de Cabeçalinho, Palhal e Hortelã (MAA e DGA, 2008:55).

Os cultivos de milho e feijões são vistas mais como um costume enraizado nas comunidades, do que o resultado económico decorrente do seu exercício. Com efeito, com esse tipo de cultura não se consegue receitas económicas que superem os custos de produção, dada a

insuficiências das chuvas, para além da sua má distribuição espacial e temporal. Ainda, e de realçar que a importância desse cultivo está ligada à produção de pasto para o gado. Assim a limpeza, a eliminação das ervas daninhas (monda), assim como as plantas do milho e dos feijões uma vez aproveitados os respectivos frutos, servem de pasto para animais. (MAA e DGA, 2008:55), Igualmente, são praticadas culturas de milho, feijões e batata-doce, na parte Sul e Central do Parque.

A vegetação actual do Parque é dominada principalmente por árvores tais como *Pinus sp.*, *Eucalyptus sp.* e *Cupressus sp.*, sobretudo na vertente N-NE. Pequenas áreas são ocupadas por outras espécies florestais, nomeadamente *Acacia sp.* e *Grevillea* robusta, sobretudo na vertente S-SW.

3.1.3 Parque Natural do Fogo

O Parque Natural do Fogo foi criado pelo Decreto-Lei n.º3/2003, de 24 de Fevereiro, e situa-se na Ilha de Fogo, ocupando a parte central da ilha do Fogo, e estende-se na direcção Este-Oeste, mantendo uma parcela pequena no Noroeste. A delimitação do Parque Natural do Fogo foi aprovada em Conselho de Ministros pelo Decreto-Regulamentar nº 3/2008, de 2 de Junho.

O Parque Natural do Fogo possui uma área de 8.468,5 há e situa-se na confluência de três Municípios: S. Filipe (1.861 ha), Santa Catarina (4.237 ha) e Mosteiros (2.370 ha).

O Parque Natural do Fogo representa a amostra mais representativa dos ecossistemas húmidos de montanha da ilha do Fogo e um dos mais importantes ecossistemas de fruticultura e de sequeiro de Cabo Verde. Abrange desde os estratos bioclimáticos semi-áridos e os sub-húmidos a norte-nordeste até o cume do vulcão que está a 2.829 metros de altitude.

O Parque Natural do Fogo encontra-se situado na zona central da ilha do Fogo e abrange o Vulcão, a Cratera, a Bordeira o Perímetro Florestal de Monte Velha. O seu limite Norte fica situado a uma altitude que vai aproximadamente dos 1.000 a 1.400 metros, com pontos de referência naturais localizados entre Cutelo Cinza e Ribeira Pelado e entende-se as nascentes da zona de Orela. O limite Sul situa-se entre a Orela e Bordeira a uma altitude de aproximadamente 1.800 metros, segundo o limite Este que passa abaixo da estrada principal

de acesso a Chã das Caldeiras, passando pela Ribeira de Fernão Gomes até Cabeça Turi, a 1.104 metros de altura (MAA e DGA, 2009:24).

Com o ponto mais alto do Fogo e de Cabo Verde, O Parque Natural do Fogo, do ponto de vista geomorfológico, possui diversas características, geologicamente distintivas: os picos e as encostas inclinadas de cumes recortados são separados por vales profundos, por grandes ravinas e por desfiladeiros, criando mudanças bruscas na elevação. As dificuldades de comunicação são apenas alguns dos numerosos obstáculos apresentados pela topografia irregular (MAA e DGA, 2009:24).

A maior parte da região do Parque, devido à sua altitude, é sub-húmida e húmida, criando condições para a proliferação de várias espécies endémicas, encontradas ali em concentrações mais elevadas do que em qualquer outra parte da ilha do Fogo (MAA e DGA, 2009:24).

Um outro aspecto importante a realçar, e que se reveste de uma particularidade única, tem a ver com o facto de o Parque Natural do Fogo ser o maior de todas as 47 áreas protegidas que constam da Rede Nacional de Áreas Protegidas de Cabo Verde. Por albergar as populações de Portela, Bangaeira, Ilhéu de Losna e Cova Tina e ter no seu interior o Pico do Fogo e os cones adventícios, com a sua majestosa beleza e geodiversidade, Borda e Perímetro Florestal de Monte Velha, todos muito procurados como destinos turísticos (MAA e DGA, 2009:27).

Nesse Parque, encontram-se diferentes tipos de habitats devido à diversidade de altitude e de Microclima, abriga uma grande variedade de plantas (103 espécies), sendo aves (11 espécies), mamífero (3 espécies), répteis (2 espécies) e invertebrados (78) investigados e/ou referenciados em documentos. Com um total de 37 espécies de plantas endémicas, das quais 5 são endemismos locais, o Parque é um dos espaços mais importantes para a conservação de plantas em Cabo Verde. Também com as suas 5 espécies/subespécies de aves endémicas de interesse para conservação global, o Parque Natural do Fogo pode ser classificado como uma área importante de aves (AIA) (MAA e DGA, 2009:27).

O problema das espécies invasoras no Parque Natural do Fogo pode ser considerado uma ameaça secundária à biodiversidade vegetal indígena e endémica, uma vez que espécies são encontradas, não ocupam áreas demasiadamente grandes. Apesar disso, a ocupação mesmo de

pequenas áreas por estas espécies deve ser considerada e monitorizada, pois as espécies invasoras, como características, têm a capacidade de rápida propagação e em pouco tempo podem passar a ocupar extensas áreas (MAA e DGA, 2009:52).

As espécies invasoras que maioritariamente são encontradas na área desse Parque e na sua zona de amortecimento e que, de alguma forma ameaçam o ecossistema local são: *Lantana camara* (Freira); e *Furcraea foetida* (Carrapato) e ; *Cuscuta aproximatta*.

Nesse Parque existem 79 invertebrados que foram investigados e/ou referenciados em documentos. Sobre este grupo taxonómico, existem apenas dados gerais relacionados a toda a ilha do Fogo. É necessária a realização de um inventário específico, devido de ser um grupo de animais de extrema importância para o Parque, por apresentar um grande número de endemismos (MAA e DGA, 2009:52,53), Não existem anfíbios na ilha do Fogo, Pelo que precisam de ser realizados trabalhos de campo para a avaliação dos dados e o conhecimento das espécies de vertebrados existentes na área do Parque.

Segundo o estudo realizado por Teresa Leyens em 2002, existiam 10 espécies de aves na área do Parque Natural do Fogo, e a essa lista foi acrescentada 1 espécie, de acordo com informações prestadas por moradores e trabalhadores de Chã das Caldeiras e Monte Velha e confirmadas através de trabalhos de campo (MAA e DGA, 2009:54).

A população aí residente vive principalmente da agricultura e da pecuária, e praticamente todas as famílias possuem terreno agrícola na cratera. As múltiplas culturas de fruteiras e videiras constituem uma particularidade. Uma grande parte das casas foi construída de forma tradicional, a partir da pedra do vulcão. Ainda, existem as casas redondas antigamente muito comuns (funcos). Os habitantes estão muito ligados ao espaço em que vivem. Formas de vida tradicional e valores culturais bastante vinculados desempenham um forte papel, testemunhado por diversas festas religiosas e tradicionais (MAA e DGA, 2009:57,58).

Na área do Parque e na zona de amortecimento, agricultura possui uma grande expressão e desempenha um papel crucial na vida económica das famílias. pelo facto de, 47% das famílias dependem exclusivamente do rendimento dos trabalhos agrícolas para o seu sustento, 15% têm, como fonte de rendimento primária, a pensão, os 5%, dos mesmos, dependem de

familiares residentes em Cabo Verde e/ou no estrangeiro e apenas 7% dos agregados vivem do rendimento das actividades empresariais (MAA e DGA, 2009:61).

A actividade agrícola em Chã das Caldeiras, constitui uma das principais actividades económicas da sua população. As condições climáticas permitem que umas variedades significativas de produtos agrícolas possam ser produzidas, alguns duas vezes por ano.

A fruticultura tem um papel muito importante na agricultura de Chã das Caldeiras, ocupando 50% da área agrícola, com produção de diferentes tipos de frutas que podem ser comercializados nomeadamente, maçã, marmelo, pêssago, uva, romã, sendo videira a principal cultura. (MAA e DGA, 2009:62).

A prática de culturas de milho e feijões e batata-doce, em encostas inclinadas no interior do Parque, tem impactes negativos, não só porque os amanhos culturais (monda com enxadas) criam condições propícias à erosão hídrica e eólica, como também o próprio acto em si para além concorrer para a destruição dos endemismos, provoca concorrência entre as espécies, a nível dos nutrientes e luminosidade, fazendo com que as espécies agrícolas se desenvolvam em detrimento das espécies autóctones e/ou endémicas. Essa prática verifica-se nas unidades de diagnóstico UD4, Cova Tina até Fundão de Igreja, ao longo do sopé da escarpa; UD7, Curral d'Asno, Pé de Rocha; UD9, Monte Saia, Monte Lorna, Monte Beco, Montinho e Lantisco (MAA e DGA, 2009:89,90).

A agricultura, a pecuária e o artesanato são actividades que apoiam e dinamizam um turismo da natureza, o que poderá garantir a sustentabilidade dos recursos, e para além de contribuir para a melhoria da performance económica das famílias que vivem no interior e na zona de amortecimento do Parque.

O microclima de Chã das Caldeiras e dos arredores têm favorecido um desenvolvimento do sector agrícola, com destaque para a fruticultura, com destaque para a cultura de videira. As outras fruteiras como pêssago, maçã e romã, contudo, oportunidades para a instalação de unidades de transformação, com vista uma maior valorização económica (MAA e DGA, 2009:95).

O Parque oferece alguma potencialidade para agro-silvicultura, sobretudo em zonas onde se pratica agricultura de sequeiro. A associação de árvores com espécies agrícolas poderá propiciar um desenvolvimento harmonioso das duas modalidades de culturas, e com vantagem ambientais, desde que os elementos associados sejam de acordo com as exigências fisiológicas e edafo-ecológicas das partes, evitando que um se desenvolva em detrimento do outro (MAA e DGA, 2009:95).

O artesanato, com base em pedras vulcânicas locais, nomeadamente os trabalhos em miniatura de pedra do vulcão, a confecção de moinhos, pilão de pedra e casas e funcos, é uma outra actividade que tem conhecido algum desenvolvimento, e que poderá ser trabalhada ainda mais no Parque, tendo em conta as competências já criadas com a formação (MAA e DGA, 2009:95).

3.2.Resultados de estudos

Segundo o **Entrevistado 1**, as áreas protegidas regulamentadas em Cabo Verde são, Parque Natural de Monte Gordo, na ilha de São Nicolau; Parque Natural de Serra Malagueta, na ilha de Santiago e Parque Natural do Fogo.

Esse Entrevistado não apresentou nenhuma oportunidade que pode favorecer uma melhor gestão do Parque Natural, e para o Entrevistado 3, as prioridades definidas no plano de gestão não foram implementadas, o que foi reforçado pelo Entrevistado 4, ao se afirmar que a gestão das AP's de Cabo Verde é garantida pela Direcção Geral do Ambiente que nomeia para cada AP uma equipa local de gestão. A nível local os sítios estão divididos em 3 secções, a saber: desenvolvimento comunitário; ecoturismo e; Seguimento ecológico. Estes sítios estão sob a responsabilidade de um coordenador local. Assim, para esses entrevistados, a gestão das AP's deve seguir as orientações gerais de protecção do ambiente e da biodiversidade, envolvendo as comunidades dessas áreas ou nas zonas de amortecimento, das mesmas, numa perspectiva de gestão participativa. Cada AP deve ter o seu instrumento de gestão, contendo as orientações específicas referentes à gestão do sítio.

É de referir que, de acordo com o Entrevistado 1, as áreas protegidas devem ser geridas tendo em consideração os elementos de gestão dos parques naturais. Ainda, o Entrevistado 3, afirma

que há áreas protegidas por delimitar e, sendo assim, de forma a dotá-las de planos de gestão. Ainda, realçou que há dificuldades da mobilização de recursos financeiros, e conflitos entre a actividade de conservação e as actividades de exploração, nomeadamente turismo e imobiliária.

O Entrevistado 1 afirma que a gestão das áreas protegidas em Cabo Verde, de uma forma geral, ou numa dada ilha, tem sido positiva, na medida em que, a mesma, é feita na partilha de responsabilidade entre a entidade institucional, que gere as AP's, e as comunidades locais que se encontram dentro e à volta das AP's. Ainda, como ponto forte, apresenta-se a presença de endemismos, a biodiversidade, a par das oportunidades, como a potencialidade para ecoturismo, o que poderá contribuir para melhoria de condições de vida das comunidades locais. Entretanto, há uma deficiente fiscalização, constituindo assim, um dos pontos fracos, o que associado às ameaças, como o pastoreio, a desflorestação, a degradação de habitats, as perdas de biodiversidade condicionam a gestão dessas áreas. Assim, para esse entrevistado, para que haja uma melhor gestão das áreas protegidas, precisa-se mais meios financeiros e o reforço da fiscalização.

Segundo o **Entrevistado 2**, os Parques Naturais de Serra Malagueta, de Monte Gordo e de estão regulamentados, e a gestão, dos mesmos, deve ser feita com base nos planos existentes, o que segundo o Entrevistado 6, existem, a esse respeito os planos de gestão Macro, a Escala do Parque e a escala Global. Ainda, de acordo com o Entrevistado 2, os maiores desafios a nível da gestão dessas áreas estão relacionados com o fraco envolvimento das comunidades locais, os aspectos sócio-económicos associados a esses parques. Assim, afirma que, a gestão dessas áreas devem ser feita com a participação activa e efectiva das pessoas e organizações dessas comunidades, e não se prontificou em responder as outras questões constantes do questionário que se encontra-se em anexo.

De acordo com o **Entrevistado 3**, as áreas protegidas que estão regulamentadas em Cabo Verde são as Áreas Marinha Protegida da Santa Luzia, o Parque Natural de Serra Malagueta e o Parque Natural de Monte Gordo, e não respondeu a questão relativa a gestão das AP's existentes. Ainda, segundo esse entrevistado, os principais obstáculos que têm sido deparados na gestão dessas áreas protegidas, são o facto de, as mesmas, ainda não estarem todas

delimitadas e, sendo assim, dotadas de planos de gestão, dificuldade na mobilização de recursos financeiros, potencial de conflito entre a actividade de conservação e as actividades de exploração, nomeadamente turismo e imobiliária. E, no que diz respeito aos desafios apresenta a necessidade de operacionalização do sistema de gestão das áreas protegidas, a gestão participada e a mobilização de recursos financeiros.

O Entrevistado 3, considera que não possui elementos consistentes para se fazer a avaliação da gestão das áreas protegidas. Entretanto, considera que, em Cabo Verde, os Parques são preservados, há um elevado grau de endemismo, para além potencial para o desenvolvimento de actividade que beneficiam as populações, bem como a preservação e o conhecimento dos valores dessas, constituem-se os pontos fortes. A falta de envolvimento das populações, bem como de coordenação entre as diferentes entidades responsáveis directa ou indirectamente na protecção ou conservação do ambiente, são os pontos fracos. E, considera-se que são ameaças à essa gestão, o aumento da procura turística, o êxodo rural e o desemprego, e como oportunidades, apresenta-se a possibilidade de se implementar uma gestão partilhada das áreas protegida e, sendo assim, dos Parques Naturais, criando assim um sentido de pertença, das mesmas, por parte populações dessas comunidades, para além de se construírem em espaços para a realização de investigação científica, bem como a criação de novas actividades geradoras de rendimento, com base no respeito pela natureza e, sendo assim, preservando-a para as gerações vindouras.

Para esse entrevistado, a medidas de políticas que devem ser implementadas, para haja, em Cabo Verde, uma melhor gestão das áreas protegidas, e com particular realce para os Parques Naturais são, entre outras, a criação de uma Autoridade Nacional das Áreas Protegidas que defina e fiscalize a operacionalização das áreas protegidas, bem como as de carácter financeiro ou fiscal, dotando essa autoridade de autonomia financeira e capacidade para a mobilização desse recurso indispensável a prossecução dos objectivos e das metas traços.

Em conformidade com as informações do **Entrevistado 4**, em Cabo Verde existem 47 áreas protegidas divididas em quatro categorias, como: a reserva natural (23); parques naturais (10); monumento natural (6) e; paisagens protegidas (8). Essas áreas foram criadas através do Decreto-Lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro. Destas 47 áreas protegidas, apenas 3, nomeadamente os Parques naturais do fogo, de Serra Malagueta e de Monte Gordo têm o seu limite exterior oficializado e planos de gestão operacional. No âmbito do projecto

consolidação do sistema das áreas protegidas de Cabo Verde, encontra-se em fase de operacionalização, através da criação dos seus instrumentos de gestão, 11 áreas protegidas, sendo: 2 em Santo Antão (Parques Naturais de Moroços e da Cova/Ribeira Paul/Torre); 1 em São Vicente (Parque Natural de Monte Verde); 4 na ilha do Sal (Reservas Naturais da Costa da Fragata, de Ponta de Sinó, de Serra Negra e Paisagem Protegida Salinas de Santa Maria) e; 4 na ilha da Boa Vista (Reserva da Tartaruga, Parque Natural Integral de Ilhéu de Curral Velho).

Os limites e o plano de gestão de reserva Natural do Norte de Santa Luzia já estão elaborados e socializados junto das comunidades, aguardando assim a aprovação, do mesmo, pelo Conselho de Ministros e posterior publicação no B.O. Em termos de regulamentos, o Entrevistado 4 considera que o Decreto-Lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, regulamenta todas as AP's de cabo verde, ao se estabelecer o regime jurídico das mesmas, apesar de cada uma dessas áreas carecer de instrumentos de gestão próprios e de normativas específicas.

Para esse entrevistado, das áreas protegidas existentes, o que apresenta o melhor sistema de gestão, é o Parque Natural do Fogo, fazendo uma avaliação negativa, a esse respeito sobre os Parques Naturais de Serra Malagueta e de Monte Gordo. Ainda, afirma que os instrumentos de gestão desses parques são similares, em termos de abordagem, e as directrizes de gestão são dadas pela Direcção Geral do Ambiente suportadas pelos respectivos planos, pelo que acrescenta-se o sistema de gestão é similar para os parques em referência.

O entrevistado considera que os principais obstáculos a gestão dos parques naturais em Cabo Verde são a falta de recursos financeiros e humanos para atender a todas as demandas, a esse respeito.

O **Entrevistado 5**, considera que os Parque de Monte Gordo, de Serra Malagueta e do Fogo são os que estão regulamentadas em Cabo Verde.

A gestão desses parques é feita com base num plano para o efeito, contendo directrizes, sob a coordenação de uma equipa composta por um Director e vários técnicos das mais diferentes áreas e tutelada da Direcção Geral do Ambiente. Entretanto, cada uma das áreas protegidas tem a sua particularidade, e os obstáculos deparados são a não disponibilização verbas para a

gestão dessas áreas de acordo com o orçamentado, o que condiciona a realização das acções previstas e, sendo assim a prossecução dos objectivos e das metas traçados nos planos..

Para esse entrevistado, o maior desafio que os País enfrenta na gestão dos parques naturais está relacionado com a criação de órgãos autónomos para se ter oportunidade de discutir as problemas e procurar soluções que contribuam para uma melhor gestão desses parques.

Para Entrevistado 5, os objectivos futuros para a gestão das áreas do parque são preservar e conservar os parques naturais, e garantir um desenvolvimento sustentável das comunidade ao redor e no interior dos mesmos. Assim, os planos de gestão são indispensáveis para o futuro e a sustentabilidade desses parque, o que os torna o parque autónomos e sustentáveis, fazendo com que, os mesmos, produzam valores/rendimentos para a sua sustentabilidade, como a divulgação dos serviços para os visitantes e incentiva-los a conhecerem outros benefícios e serviços como observar e conservar. Ainda, esse entrevistado considera faz uma avaliação positiva da gestão das áreas protegidas em Cabo Verde, e afirma que, em 2004, começou-se a ser criada as áreas protegidas, e actualmente há 3 parques naturais, para além das outras áreas protegias.

O entrevistado considera como sendo pontos fortes da gestão dos parques naturais em Cabo Verde, a qualidade de ecossistema, afirmando, a título exemplificativo, que a zona de Corcolhedo e uma zona com 1,3 hectares de concentração, o para além de biodiversidade, tem uma paisagem diversificada. Entretanto, apresenta-se, como ponto fraco, a esse respeito, a pressão, por parte da população, sobre os recursos dos parques, sobretudo a apanha de lenhas e a prática de agricultura. Ainda, esse entrevistado, propõe-se, para se garantir uma melhor gestão das áreas protegidas e, sendo assim, dos parques naturais, como medidas de políticas, a especialização dos técnicos, a necessidade de técnicos nas áreas de conservação e protecção, bem como a criação de um órgão de gestão política.

Os desafios a nível da gestão das áreas protegidas e, sendo assim dos parques naturais são, entre outros, a mobilização de fundos para a realização das actividades previstas nos instrumentos dos Parques, para esse efeito, e a criação de um Organismo Autónomo de gestão das AP's. Assim, deve-se ter em consideração que o plano e objectivo de gestão são vários, nomeadamente a recuperação de áreas degradadas, o controlo de espécies invasoras, o aumento da produção e do conhecimento científico, a protecção e a conservação efectivas dos

recursos de cada AP, a formação, a informação e a sensibilidade das comunidades abrangidas nessas áreas, bem como a garantia efectiva da gestão participativa dos residentes em cada AP's, o que exige, para além de meios financeiros, humanos e materiais, a criação de espaços e mecanismos legais, a esse respeito.

Em conformidade com as informações do **Entrevistado 5**, no caso do Parque Natural do Fogo os pontos fortes são, entre outros os seguintes: comunidades locais organizadas; capacidade de gestão da equipa local e; ambiente de relacionamento institucional propício. Entretanto, os principais pontos fracos são: a falta de recursos financeiros e humanos e; a falta de planos específicos de gestão como seja da floresta, de monitorização e da agricultura. Ainda, as ameaças consideradas são: as espécies invasoras; as doenças e as pragas; a expansão de áreas agrícolas fora das áreas recomendadas; a falta de saneamento básico na comunidade dentro do Parque e; as construções de habitações fora da zona urbana e extracção de inertes. E, as oportunidades detectadas são as comunidades bem organizadas, aumento do número de turistas com pernoites, grande número de endemismos, diversidade de produção agrícola e frutícola, produção de vinhos e transformação de frutas, paisagem única em todo o arquipélago e Vulcão activo.

As mediadas de políticas e estratégias que devem ser implementadas para uma melhor gestão desses Parques Naturas são, de acordo com o entrevistado acima referido, a criação do organismo autónomo de gestão de AP's, melhorar o enquadramento profissional, capacitar os guardas das AP's e estabelecer parcerias com centros de investigação e universidades nacionais e estrangeiros.

Segundo o **entrevistado 6**, são seis (6) as áreas protegidas que estão regulamentadas em Cabo verde, a saber: Monte Gordo; Serra Malagueta; Parque de Covas; Parque de Marrocos; Boa Vista e; Chã das Caldeiras.

Para esse entrevistado, em Cabo Verde, a gestão dessas áreas é feita através do plano de gestão macro, a escala do parque e a escala global. Ainda, existem planos detalhados, nomeadamente os de gestão florestal, de infra-estruturas, bem como os especiais urbanísticos, de ecoturismo e de monitorização.

Segundo esse entrevistado, das áreas protegidas existentes, a da ilha do fogo é a que apresenta o melhor sistema de gestão. Ainda, é de referir que Cabo Verde não dispõe de recursos suficientes que garantam uma melhor gestão dos Parques Naturais, o que constitui um dos maiores desafios a serem ultrapassados. E, com a implementação do plano e os objectivos definidos para/da gestão das áreas protegidas, pretende-se regulamentar os quarenta e sete(47) espaços protegidos, bem como as opções alternativas de desenvolvimento local e a conservação da biodiversidade. Entretanto, tendo em consideração a disponibilidade de recursos, o entrevistado faz uma avaliação positiva da gestão das áreas protegidas na ilha do Fogo, e apresenta como pontos fortes, da mesma, biodiversidade, o desenvolvimento local e comunitário e a educação ambiental, e como as ameaças, faz referência ao desmatamento dessas áreas e urbanização, sem contudo mencionar as oportunidades.

Em relação a medida de políticas e estratégias que contribuam para uma melhor gestão ou gestão das áreas protegidas e, sendo assim, dos parques naturais, em Cabo Verde, tirar vantagens, a esse respeito, com a implementação e fiscalização da legislação existente, bem como a mobilização de mais recursos financeiros disponibilizados pela comunidade internacional.

Segundo o **Entrevistado 7**, as áreas protegidas estão dotadas de planos de gestão e, sendo assim, tem natureza de regulamento administrativo, pelo que devem ser levados em consideração para se conformar os planos municipais e intermunicipais de planeamento e gestão urbanística, bem como outros planos de ordenamento de territórios, os programas e o projectos de iniciativa pública e/ou privada, a serem implementados na sua área de intervenção.

Para esse entrevistado, os Parques Naturais de Serra Malagueta (Santiago), de Monte Gordo (São Nicolau) e de Chã das Caldeiras (Fogo), bem como as áreas protegidas marinha de Boa Vista estão regulamentados ou em vias de regulamentação. E, em Cabo Verde, a gestão das áreas protegidas é feita de forma participativa, e pretende-se que, a mesma, seja feita no estrito cumprimento dos planos elaborados, de forma a garantir um melhor sistema de gestão dessas áreas. Entretanto, depara-se, a esse respeito, com os obstáculos, a saber: a falta de pessoal capacitado, de meios financeiros e de visão estratégica; a crise económica e financeira internacional e; a mobilidade de pessoal.

Para esse entrevistado, a gestão das áreas protegidas e, sendo assim, dos parques naturais em Cabo Verde, é negativa, e apresenta como pontos fortes, da mesma, a presença de endemismos, o interesse da população local pela conservação, sobretudo das áreas protegidas e, sendo assim, dos Parques Naturais. Os pontos fracos, a esse respeito são a prática da actividade agrícola nessas áreas, o reduzido orçamento de funcionamento, a fraca adesão ao programa de microcrédito e, a consequente pressão das populações residentes sobre os recursos aí existentes, constituindo assim numa das ameaças à gestão das mesmas. As oportunidades são, entre outras, a possibilidade de mobilização de mais recursos humanos, financeiros e matérias que permitam uma melhor gestão dos Parques Naturais, a par da criação de outras áreas protegidas. Assim, o entrevistado, sugere-se como medidas de políticas e estratégias que dêem ser implementadas para garantir uma melhor gestão das áreas protegidas e, sendo assim, dos parques naturais em Cabo Verde são curso em Gestão das Áreas Protegidas, a nível técnico-profissional e superior, bem como o organismo autónomo que tutele essas áreas.

Segundo o **Entrevistado 8**, em Cabo Verde, há três (3) Parques Naturais, a saber: Serra Malagueta, na ilha de Santiago; Chã das Caldeiras, na ilha do Fogo e; Monte Gordo em São Nicolau.

Para esse entrevistado, os parques naturais têm uma gestão efectiva e orientada, de modo a garantir a conservação das espécies, dos habitats e dos processos ecológicos, tendo em consideração a melhoria das condições de vida da população local. O Parque Natural de Serra Malagueta, é a melhor porque apresenta um bom sistema de gestão e de conservação das espécies, e permite o acesso das pessoas locais às respectivas áreas, com fins recreativos e educativos.

Um dos principais obstáculos, para a gestão desses parques naturais, está relacionada com a aplicação das leis e o engajamento da população local na sua sustentabilidade e, sendo esta um dos maiores desafios, a esse respeito. Os planos e os objectivos estabelecidos para a gestão dessas áreas, requerem um ambiente propício á prossecução da conservação da natureza e sustentabilidade das mesmas. A gestão das áreas protegidas na ilha de Santiago, e sobretudo a do Parque Natural da Serra Malagueta é razoável, embora precise de melhorias.

De acordo com esse entrevistado, os pontos fortes são o envolvimento da população na preservação da natureza, protegendo as espécies em extinção, sobretudo as endémicas, e os pontos fracos são o problema fundiário e a dificuldade na aplicação das leis. As ameaças detectadas dizem respeito a protecção e conservação, sustentabilidade, dos parques naturais, enquanto que as oportunidades são a possibilidade de mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais, bem como a possibilidade de uma maior engajamento das comunidades locais na gestão das áreas protegidas. Assim, propõe-se, como medidas de políticas e estratégias que garantam uma melhor gestão das áreas protegidas, a adequação das leis e o cumprimento, das mesmas, pelas autoridades a nível do poder local, bem como o recrutamento de mais técnicos qualificados, para esse efeito.

Segundo o **Entrevistado 9**, a gestão do Parque Natural do Monte Gordo depende do orçamento do estado das taxas que são cobradas aos visitantes. Para esse entrevistado, das áreas protegidas existentes em Cabo Verde, o Parque Natural em referência é o que se depara com mais dificuldade para a sua gestão, e um dos obstáculos é a sensibilidade da população local sobre a importância das áreas protegidas, ao ponto de por em causa as espécies protegidas, e em vias de extinção. O maior desafio, para a gestão desses Parques Naturais é a criação de condições para que as famílias, ao redor e no interior dos Parques, criarem as suas actividades geradoras de rendimentos, de forma a evitar e/ou diminuir a pressão sobre os recursos aí existentes.

No que diz respeito a gestão do Parques Natural de Monte Gordo, em São Nicolau, o entrevistado faz uma avaliação positiva, do mesmo, tendo criado as condições para que o parque tenha uma certa autonomia financeira. Entretanto, precisa-se de ser divulgado turismo sustentável, sobretudo para os turistas estrangeiros, aumentando assim o número dos visitantes e, conseqüentemente, as receitas.

Dos pontos fortes apresentados pelo entrevistado, a respeito da gestão dos parques naturais, destacam-se os benefícios ambientais, turísticos e económicos, e o ponto fraco detectado é que esse parque natural não é autosustentado, com todos constrangimentos daí advenientes para uma gestão eficaz e eficiente do mesmo. E, uma das ameaças, em decorrência da falta de recurso, sobretudo os financeiros, pode contribuir para a degradação dos mesmos, e colocar

assim em perigo as espécies animais e vegetais, com particular realce para os que estão em vias de extinção.

Para esse entrevistado, as medidas de políticas e as estratégias que devem ser implementadas, para uma melhor gestão das áreas protegidas e, sendo assim, dos parques naturais, são o reforço da autonomia, dos mesmos, e adequação e aplicação das leis e dos outros instrumentos de gestão, para uma monitorização mais rigorosa.

3.2.1. Análise SWOT sobre a gestão das áreas protegidas em Cabo Verde

Para uma compreensão e abordagem sobre a gestão dos parques naturais de Serra Malagueta, do Monte Gordo e do Fogo, apresentou-se a análise interna (pontos fortes e pontos fracos) e a análise externa (oportunidades e ameaças), dos mesmos, o que se encontra evidenciado nos Quadros 4 e 5 que se encontram a seguir.

Quadro 4: Pontos fortes e fracos

Pontos fortes (<i>Strength</i>)	Pontos fracos (<i>Weaknesses</i>)
<ul style="list-style-type: none"> • Endemismos (fauna e flora). • Beleza e riqueza paisagística. • Microclima ameno. • Grande riqueza cultural. • Localização no meio rural, com condições favoráveis para prática de turismo de natureza. • Existência de um contexto institucional e legislativo geral favorável a gestão dos Parques. • Estudos e pesquisas feitos sobre os Parques. • Sistemas de Captação de águas de nevoeiros. • Existência um potencial humano de qualidade. • Existência de Plano de Gestão, Leis e Decretos-Leis. • Existência de Organizações Não-Governamentais ambientais e de Associações Locais. • Existência de um Conselho Consultivo 	<ul style="list-style-type: none"> • A erosão natural do solo. • A caça ilegal. • São Parques, relativamente, novos, e a darem os primeiros passos. • Carência de infraestruturas. • Inexistência de sanitários. • Plantas invasoras introduzidas. • Não existência de sinergias entre gestão dos Parques e as Câmaras Municipais. • Falta de comunicação e concertação, a nível dos parceiros locais. • Falta de concertação institucional e sistémica na elaboração dos planos estratégicos. • Inexistência de um organismo autónomo para a gestão de Áreas Protegidas em Cabo Verde e, sendo assim, dos Parques Naturais. • Fraca organização das associações.

Fonte: Elaboração própria(2012)

No Quadro 5 encontram-se as oportunidades e as ameaças sobre a gestão desses parques, com base nas informações das entrevistas aplicadas aos sujeitos de pesquisa.

Quadro 5: Oportunidades e ameaças

Oportunidades (<i>Opportunities</i>)	Ameaças (<i>Threats</i>)
<ul style="list-style-type: none"> • Parceria especial de Cabo Verde com a União Europeia. • Adesão de Cabo Verde a OMC (Organização Mundial do Comércio). • O facto de Cabo Verde fazer parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PIED). • Programas de desenvolvimento de infraestruturas dos concelhos onde estão inseridos os parques. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crise económica e financeira mundial; • Êxodo rural • Escassez de água. • Aumento do uso de pesticidas no combate a doenças e pragas das culturas à volta dos limites do Parque. • Alterações climáticas globais que podem provocar a seca e indutoras de alterações na distribuição dos <i>habitats</i> e espécies. • A pobreza • Aumento da procura dos parques naturais para o turismo.

Fonte: Elaboração própria (2012)

Com base na análise SWOT constantes dos quadros 4 e 5, é de realçar que esses parques dispõem de potencialidades e de oportunidades que se forem bem aproveitadas podem contribuir para uma gestão mais eficaz e eficiente dos mesmos.

Esses Parques possuem um conjunto de recursos naturais e culturais de grande interesse e que contribuem para um desenvolvimento endógeno sustentável. A beleza paisagística é um dos aspectos de grande importância para a atracção dos turistas. Ainda, gozam de um conjunto de valores ecológicos, que se expõem numa grande variedade de ecossistemas, para além de um elevado potencial recreativo, científico e educacional.

É de realçar que os recursos potenciais mais importantes desses Parques estão ligados às actividades agrícola, pecuária, turística, artesanato, educativa, recreativa e científica.

Os Parques Naturais de Serra Malagueta, do Monte Gordo e do Fogo possuem Planos de Gestão, a par de um contexto institucional e legislativo geral favorável à sua gestão, para além da existência de Organizações Não-Governamentais ambientais, de Associações Locais e de um Conselho Consultivo.

Com base na análise externa constante do quadro 5, é de dizer que a eficácia da gestão e a sustentabilidade desses parques dependem, em certa medida, de factores externos, nomeadamente os programas de desenvolvimento de infraestruturas e a construção de vários *resorts* turísticos, o que pode contribuir para o aumento do turismo, para além, de mais oportunidades comerciais para esses parques. Ainda, são oportunidades para gestão desses Parques, adesão de Cabo Verde a Organização Mundial do Comércio e a parceria especial entre Cabo Verde e a União Europeia, bem como a sua pertença ao grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e a existência de Convenções internacionais sobre a protecção dos recursos naturais.

Constituem-se, entre outras, as ameaças à gestão desses Parques, o êxodo rural, as espécies invasoras, o aumento do uso de pesticidas no combate a doenças e pragas das culturas à volta dos limites dos mesmos Parque, as mudanças climáticas que podem provocar a seca, a escassez de água, com reflexo negativo na perda da biodiversidade, a pobreza, o turismo de massa.

Conclusão

A gestão das áreas protegidas e, sendo assim, a dos Parques Naturais em Cabo Verde, para além do seu valor ambiental e patrimonial, tem reflexos positivos no desenvolvimento económico e social, tanto a nível nacional como local e comunitário, e requer o debate nos meios académicos e científicos, com o envolvimento das autoridades, académicos, cientistas, investigadores e actores sociais, tendo presente o modelo de gestão que se prima pela eficácia e eficiência.

Os parques naturais, enquanto sistemas abertos e dinâmicos, devem ser geridos com base aos novos paradigmas, como a cooperação e a articulação entre as várias unidades orgânicas das instituições responsáveis para a gestão directa dos mesmos, e o envolvimento e colaboração das outras instituições, ONG's e OSC's, sobretudo no que diz respeito as medidas de políticas e estratégias de gestão conducentes a resolução e/ou minimização de problemas dessas áreas.

Com este trabalho, concluiu-se que, a gestão dos parques naturais de Serra Malagueta, a do Monte Gordo e a do Fogo, apesar dos constrangimentos, deve ser feita tendo presente os princípios da eficácia e da eficiência, com todos os constrangimentos daí advenientes.

O modelo de gestão desses parques naturais, embora esteja, em certa medida, em conformidade com os dispositivos legais em vigor em Cabo Verde, os acordos e convenções internacionais, não tem sido feita, de acordo com os novos paradigmas de gestão e os respectivos planos estratégicos que carecem ajustes face aos novos desafios, a esse respeito.

Em relação a fauna, Serra Malagueta pela sua característica, nomeadamente, a morfologia, a altitude e orientação do relevo, faz com que, a mesma, tenha um microclima que propicia as condições para o desenvolvimento de várias espécies, pelo que o endemismo marca presença e oferece oportunidades únicas para o seu conhecimento e estudo.

O Parque Natural de Monte Gordo tem grande quantidade de espécies raras, para além das panorâmicas, o que pode ser aproveitado para a prática do ecoturismo. O Parque dispõe de pontos para a observação de aves, bem como trilhos para hipismo.

Um aspecto importante, e que se reveste de uma particularidade única, tem a ver com o facto de o Parque Natural do Fogo ser o maior de todas as 47 áreas protegidas que constam da Rede Nacional de Áreas Protegidas de Cabo Verde.

Os Parques Naturais objecto deste estudo dispõem de grandes potencialidades, que podem favorecer uma melhor gestão, com destaque para os seus recursos naturais e culturais, de grande interesse, e que contribuem para um desenvolvimento endógeno sustentável, a nível local e comunitário, as condições naturais e paisagísticas, indispensáveis a prática do ecoturismo, nomeadamente os endemismos (fauna e flora), a beleza e riqueza paisagística, o microclima ameno, a grande riqueza cultural, a localização no meio rural, com condições favoráveis para prática de turismo de natureza, a existência de um contexto institucional e legislativo, os estudos e pesquisas feitos sobre os parques, o sistemas de Capitação de águas de nevoeiros, a existência um potencial humano de qualidade, de planos de gestão, de Organizações Não-Governamentais ambientais e de Associações Locais de um Conselho Consultivo.

De acordo com as informações das entrevistas obtidas e analisadas, concluiu-se que configuram como as maiores fraquezas que condicionam a gestão dos Parques Naturais em Cabo Verde, a não existência de sinergias entre gestão dos Parques e os municípios cabo-verdianos, apesar de, os mesmos, se estenderem e abrangem as áreas dos municípios. Estes, não participam na gestão dos Parques, o que afecta a gestão dos mesmos, tendo em consideração que, sobretudo as Câmaras Municipais são os agentes indispensáveis conservação e gestão dos recursos naturais em Cabo Verde e, sendo assim, das áreas protegidas.

São as oportunidades para a gestão desses parques naturais, entre outras, a parceria especial de Cabo Verde com a União Europeia, adesão de Cabo Verde a OMC (Organização Mundial do Comércio), o facto de Cabo Verde fazer parte dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PIED) e os programas de desenvolvimento de infraestruturas dos concelhos onde estão inseridos os parques.

É de referir que se constatou-se várias ameaças que condicionam a gestão desses Parques Naturais, nomeadamente a crise económica e financeira internacional, o êxodo rural, a escassez da água, o aumento do uso de pesticidas no combate a doenças e pragas das culturas à volta dos limites do Parque, as alterações climáticas globais que podem provocar a seca e indutoras de alterações na distribuição dos *habitats* e espécies, a pobreza e o aumento da procura dos parques naturais para o turismo, e a pressão, sobre os mesmos, para a prática das actividades geradoras de rendimentos, como é o caso da agricultura.

Tendo em consideração a análise interna e externa da gestão dos parques naturais referidas na conclusão, e que se encontram de forma mais detalhada na parte prática do trabalho, bem como as medidas de políticas e estratégias apresentadas pelos entrevistados, para que a gestão dos parques naturais seja eficaz e eficiente, apresenta-se, entre outras, as seguintes sugestões:

- Controlo da erosão dos solos nas áreas dos parques naturais;
- Proibição e punição a caça ilegal;
- Infra-estruturação desses parques naturais;
- Proibição da introdução de plantas invasoras;
- Reforço as sinergias entre a equipa gestora dos Parques e as Câmaras Municipais;
- Maior comunicação e a concertação ao nível dos parceiros locais;

- Reforço da concertação institucional e sistémica na elaboração dos planos estratégicos;
- Criação o organismo autónomo para a gestão de Áreas Protegidas em Cabo Verde e, sendo assim, dos Parques Naturais;
- Melhorar a organização as associações; e
- Proibição do uso de pesticidas no combate a doenças e pragas das culturas à volta dos limites do Parque.

Bibliografias e Legislações

- **Livros e revistas especializadas**

Borrini & Feyerabend, G. - Manejo participativo de áreas protegidas: Adaptando o método ao contexto. Temas de Política Social. Quito, Ecuador: UICN Sur. 1997.

Calado, H., et all - *Integrated Coastal Zone Management Strategies on Small Islands. Journal of Coastal Research*, SI, 2007.

Carlsson, L. & Berkes, F. *Co-management: concepts and methodological implications. Journal of Environmental Management*. v. 75, nº1, 2005:65-76

Cerati T. M. et All - Gestão Participativa em uma Unidade de Conservação Urbana: A busca de estratégias para conservar o Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo, Brasil *Revista Interfacehs – Vol..6, nº.1, Artigo, Abril. 2011:4*

Côrte, D. A. A. - Planejamento e gestão de APAs: enfoque institucional, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasília 1997:68.

Dornbusch, R., Fischer, S. - Macroeconomia. 5º Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 199:930

Eschenburg, R. - Cooperação e organização da suprema vontade. In: Boettcher, E. (org.) *Problemas de direcção em cooperativas*. Florianópolis: UFSC/Assocene, 1983.

Fundação o Boticário de Protecção à Natureza, Gerenciamento de Áreas de Protecção Ambiental no Brasil. Curitiba: Guapyassú, 2003:24

Hardt, L. P. A. e Hardt, C. - Reflexões sobre políticas ambientais e urbanas no âmbito do planejamento e gestão de unidades de conservação. In D. Orth e E. Debetir (Orgs.) *Unidades de Conservação – gestão e conflitos*. Florianópolis: Insular, 2007:111-135

Irving, M. et all (org.) - Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio/Núcleo de Produção Editorial Aquários, 2006.

Lanna, A. A. - A inserção da gestão das águas na gestão ambiental. In Munõz, H. R. (Org.). *Interfaces da gestão de recursos hídricos: desafios da lei de a'guas de1997. (2º Ed.)*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2000.

Medeiros, J. D. - Criação de unidades de conservação no Brasil. In D. Orth e E. Debetir (Orgs.) *Unidades de conservação – Gestão e conflitos*. Florianópolis: Insular, 2007:67-88

Miler, K. R. - *Balancing the scales. Guidelines for increasing biodiversity's chances throught bioregional management*. Washington DC: World Resources Institute, 1996.

Millennium Ecosystem Assessment, - *“Ecosystems and Human Well-being: General Synthesis”*. Synthesis. Island Press, Washington, DC, 2005

- Netto, A.D.** - Planejamento para desenvolvimento económico. São Paulo: Pioneira, 1966:127
- Pereira, L.** - O Conceito Histórico do Desenvolvimento Económico, Fundação Getúlio Vargas Ed, 2006:24.
- Rousseau, Jean-Jacques** - Do Contrato Social. (tradução: Pietro Nasseti). São Paulo: Martin Claret. (Coleção Obra Prima de Cada Autor), 2004:31
- Santos, R. F.** - Apostila de gerenciamento ambiental. UNICAMP. Faculdade de Engenharia Civil. Campinas, SP. 2000a.

- **Documentos de trabalho**

- Cabo Verde Natura** - II *Inventario y Análisis Territorial “Caracterización del Medio Físico y Biótico”*. *Planificación y Ordenación Sostenible del Territorio y los Recursos Naturales del Litoral de Cabo Verde y de las Islas de Sal, Boa Vista y Maio*, 2001
- Instituto Nacional de Estatística (INE)** – Censo 2010 – IV Recenseamento Geral da População e Habitação – RGPH 2010.
- Ministério da Agricultura e das Pescas (MAP)** - Segundo Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade, Praia, 2002
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP)** - Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. Praia, 2003
- _____. Perfil Ambiental de Cabo Verde, Praia, 2004^a; p.28.
- _____. Segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) - Documento Síntese, Praia, Fevereiro 2004.
- _____. Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, Praia, Dezembro 2004.
- _____. Terceiro Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade em Cabo Verde, Praia, Setembro de 2006
- _____. Projecto Áreas Protegidas Serra Malagueta – Relatório Sócio Económico Serra Malagueta, 2006.
- _____. Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta, Praia, Dezembro de 2008
- Neves, A. D. & Morais, L. L.** - Actividades rurais e a degradação ambiental – Estudo de caso; SEPA, MORABI, MFC; Praia, 1997:72.
- Pinho, D. B.** - Que é cooperativismo. São Paulo: Buriti, 1996:43.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - PRODOC:4176 - Programa Estratégico do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para a África Ocidental – SPWA - Sub-Componente Biodiversidade - Consolidação do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde, Praia, Agosto de 2010.

Santo, C. T M. *et all* - Discutindo Formas de Gestão Organizacional: a autogestão e a co-gestão - Relatório final do projeto interdisciplinar, apresentado ao Curso de Administração da Faculdade Novos Horizontes como requisito parcial para aprovação nas disciplinas do 2º semestre. Belo Horizonte, Maio de 2008:20.

Rocha, C. *et all.*- Auto-avaliação das Capacidades Nacionais para a Gestão Global Ambiental (NCSA -GEM) – Relatório de Transversalidade e Sinergia entre as três convenções (Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação (CCD), Convenção das Nações Unidas Sobre a Biodiversidade (CBD), Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CCC), Documento final, Praia, Abril de 2007:5

Rocha C. & Neves A., Auto-Avaliação das Capacidades Nacionais para a gestão ambiental global (NCSA – GEM), Estratégia - Estratégia e Plano de Acção Nacional para o Desenvolvimento das Capacidades na Gestão Ambiental Global em Cabo Verde – Documento Final - Setembro de 2007:16

World Tourism Organization (WTO) - Making Tourism Work for Small Island Developing States. Madrid (Espanha), 2004:87

- **Teses e Dissertações**

Abreu, J. B. M. - Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental em Áreas Protegidas. Portugal: Tese de mestrado em Engenharia do Ambiente, perfil Gestão e Sistemas Ambientais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 2011.

Estima, D. C. (2008). Modelo de Gestão em Rede para Áreas Protegidas: Ocaso do PNMFT – Brasil. Tese de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro.

Gomes, C. C. B. M. C., Governança das Áreas Marinhas Protegidas da Província Biogeográfica da Macaronésia, Tese de Mestrado em Biologia e Gestão dos Recursos Marinhos, Universidade de Lisboa, Novembro 2007.

Lima, L. H. A., Áreas Protegidas e/ou Zonas de Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde? O caso da Boa Vista. Tese de Mestrado em Ciências das Zonas Costeiras, Universidade de Aveiro, 2008.

Marciel, B. A., Desenvolvimento sustentável, área de concentração em política e gestão ambiental, dissertação de mestrado profissionalizante – grau mestre em opção profissionalizante – Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, Abril 2007.

Mourão E. S., Pesquisas Científicas e Gestão nas Unidades de Conservação Federais do Amazonas, dissertação de Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas Manaus- UFAM, 2010.

- **Sitografias**

Agência Europeia do Ambiente, biodiversidade. Disponível em: <<http://www.eea.europa.eu/pt/themes/biodiversity>, consultado em 27 de Julho de 2012>

Banco de Cabo Verde (BCV), Relatório de Informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas sobre o Processo da Saída de Cabo Verde da Categoria dos Países Manos Avanzados, dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.nu.cv>, consultado em 23 de Abril de 2012>

_____. Relatório do conselho de administração-relatório e contas 2010, disponível em: <<http://www.bcv.cv/>, consultado em 13 de Março de 2012>

Banco Espírito Santo (BES) - Cabo Verde Economic Outlook, Economia em aceleração, Research Note, A porta atlântica da África Central. Disponível em: <<http://www.bes.pt/>, consultado em 29 de Abril de 2012>

Carlsson, L. & Berkes, F. - "Co-Management Across Levels of Organization: Concepts and Methodological Implications." Presented at "Politics of the Commons: Articulating Development and Strengthening Local Practices", Chiang Mai, Thailand, July 11-14, 2003.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB). Cristina Vieira, Cento e Picos Termos sobre Conservação da Natureza, 2009, disponível em: <<http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vEN2007/>, cessado em Maio de 2012>

International Union for Conservation of Nature (IUCN) - Defining Protected Area Management Categories. Disponível em: <http://www.unep-wcmc.org/protected_areas/categories/index.html, consultado a 16/04/2012>.

Jornal OJE, Fitch coloca Cabo Verde em B+, disponível em: <<http://www.jornaloje.pt/>, acessado em 18 Abril de 2012>

Lima, L. & Martins, F. - Os desafios da gestão costeira em Cabo Verde, disponível em : <<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%201/260A.pdf>, consultado em 12 de Julho de 2012>

Luciano Lannes & Mónica Teixeira. Cooperação, resumo do livro por Tânia Reis, Dezembro de 2007, disponível em: <<http://pt.shvoong.com/socialsciences/1724705coopera%C3%A7%C3%A3o/#ixzz1wsnSIg3v/>, consultado em 28 de Maio de 2012>.

Ministério de Ambiente e Agricultura (MAA). Áreas protegidas, objectivos e princípios, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=55&lang=en, acessado em Fevereiro de 2012>

_____. Área protegida na legislação cabo-verdiana, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=57&lang=en, consultado em 25 de Abril de 2012>

_____. Categorias das áreas protegidas, disponível em: <http://www.areasprotegidas.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=56&lang=en, consultado em 25 de Abril de 2012>

_____. Estratégia Nacional e Plano de Acção sobre a Biodiversidade (ENPADB), 1999, disponível em: <<http://www.sia.cv>, consultado em Fevereiro de 2012>.

Rio+20 - Programa das Nações Unidas Para o Ambiente (PNUA), Rio +20 cúpula. Disponível em : <[Http://www.unep.org/wed/RIO20/](http://www.unep.org/wed/RIO20/), cessado em 25 de Junho de 2012>

PUC-RIO - Panorama Histórico, Político e Sócio-Econômico de Cabo Verde. disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510666_07_cap_02.pdf, consultada em 15 de Fevereiro 2012>.

Resende, D. A. & Dias, N. C. (2005). Indicadores para gestão ambiental urbana: Modelagem e mapeamento. In Seminário Gestão de Negócios, 2, Anais eletrônicos. Curitiba: UniFAE Centro Universitário. Acedido em Março de 2012, em: <http://www.fae.edu/publicacoes/se2_apresentacao.asp>.

Sistema de Informação Ambiental (SIA), Instrumentos jurídicos. Disponível em: <<http://www.sia.cv/index.php/pt/sia/instrumentos-juridicos/>, consultado em Maio de 2012, consultado em 25 de Maio de 2012>.

United Nations Conference on Environment & Development (UNEP) - Agenda 21, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf>, consultado em Fevereiro 2012>.

Valadares, J. H., A Moderna Administração em Cooperativas – MBA em Gestão Empresarial em Cooperativas de Saúde – Realização Fundação Getulio Vargas – Cursos “*in Company*”. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.administracaovirtual.com/administracao/.../Administr_Co...- Brasil](http://www.administracaovirtual.com/administracao/.../Administr_Co...-Brasil), acessado em 12 de Junho de 2012>

- **Legislação cabo-verdiana**

Cabo Verde. Constituição da República de Cabo Verde. 4ª Edição, Praia 2010

_____. Resolução n.º41/2008, de 8 de Dezembro, que aprova o Plano de Gestão de Monte Gordo.

_____. Resolução n.º40/2008, de 8 de Dezembro, que aprova o Plano de Gestão de Serra Malagueta.

_____. Decreto-Regulamentar n.º3/2008 de 2 de Junho, que delimita o Parque Natural do Fogo.

_____. Decreto-Lei n.º03/2003, de 24 Fevereiro, que estabelece o regime jurídico de áreas protegidas, Praia, 2003.

_____. Lei n.º 86/IV/93, de 26 de Julho, que define as Bases da Política do Ambiente.

_____. Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de Julho, que desenvolve as Bases da Política do Ambiente.

_____. Decreto-Regulamentar n.º 7/2002 de 30 de Dezembro de 2003, que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.

_____. Decreto-Regulamentar n.º 7/2002 de 30 de Dezembro de 2003, que estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção.

_____. Decreto-lei n.º 81/2005 de 5 de Dezembro, que estabelece o Sistema de Informação Ambiental e o seu Regime Jurídico.

_____. Decreto-Lei n.º 40/2003, de 27 de Setembro, que estabelece o regime jurídico da reserva natural de Santa Luzia 1990.

_____. Resolução n.º14/2005, de 25 de Abril, aprovando o Segundo Plano de Acção para o Ambiente (PANA II), no horizonte 2004-2014, como instrumento de implementação da política nacional no domínio do ambiente, Praia, 2005

Apêndices

Apêndices 1 - Guião de entrevistas feitas aos sujeitos de pesquisa

Este guião de entrevista é parte integrante da monografia intitulada “**Gestão dos Parques Naturais**”, inserida no âmbito do curso de licenciatura em Administração Pública e Autárquica, realizado pela Universidade Jean Piaget de Cabo Verde.

Com a realização desta entrevista, pretende-se obter informações para fazer a análise sobre gestão dos parques naturais em Cabo Verde.

A sua colaboração é indispensável para a realização deste trabalho. Sendo assim, agradecia-lhe que respondesse, com sinceridade, à todas as questões formuladas, visto que as respostas serão utilizadas apenas para fins académicos, salvaguardando a confidencialidade das mesmas.

I. Informações gerais

1. Nome do entrevistado(a) _____
2. Cargo/função _____
3. Instituição/organização em que trabalha _____
4. Data da realização da entrevista _____
5. Código _____

II. Roteiro das perguntas

1. Quais são as Áreas Protegidas que estão regulamentadas em Cabo verde?
2. Como é feita a gestão dessas áreas em cabo Verde?
3. De todas as áreas protegidas existentes, qual é que considera que apresenta o melhor sistema de Gestão? Porquê?
4. Quais são os principais obstáculos com que tem deparado na gestão das áreas Protegidas?
5. Qual é o maior desafio que o país actualmente enfrenta na gestão dessas áreas?
6. Quais os planos e objetivos para o futuro relativamente a gestão dessas áreas?
7. Como é que avalia, até este momento a gestão das áreas protegidas em cabo verde ou na sua ilha?
8. Quais os pontos forte e fracos dessas áreas protegidas?
9. Quais são as ameaças e as oportunidades dessas áreas protegidas?
10. Que medidas de natureza políticas ou técnica devem ser implementadas para uma melhor gestão das áreas protegidas em Cabo Verde?

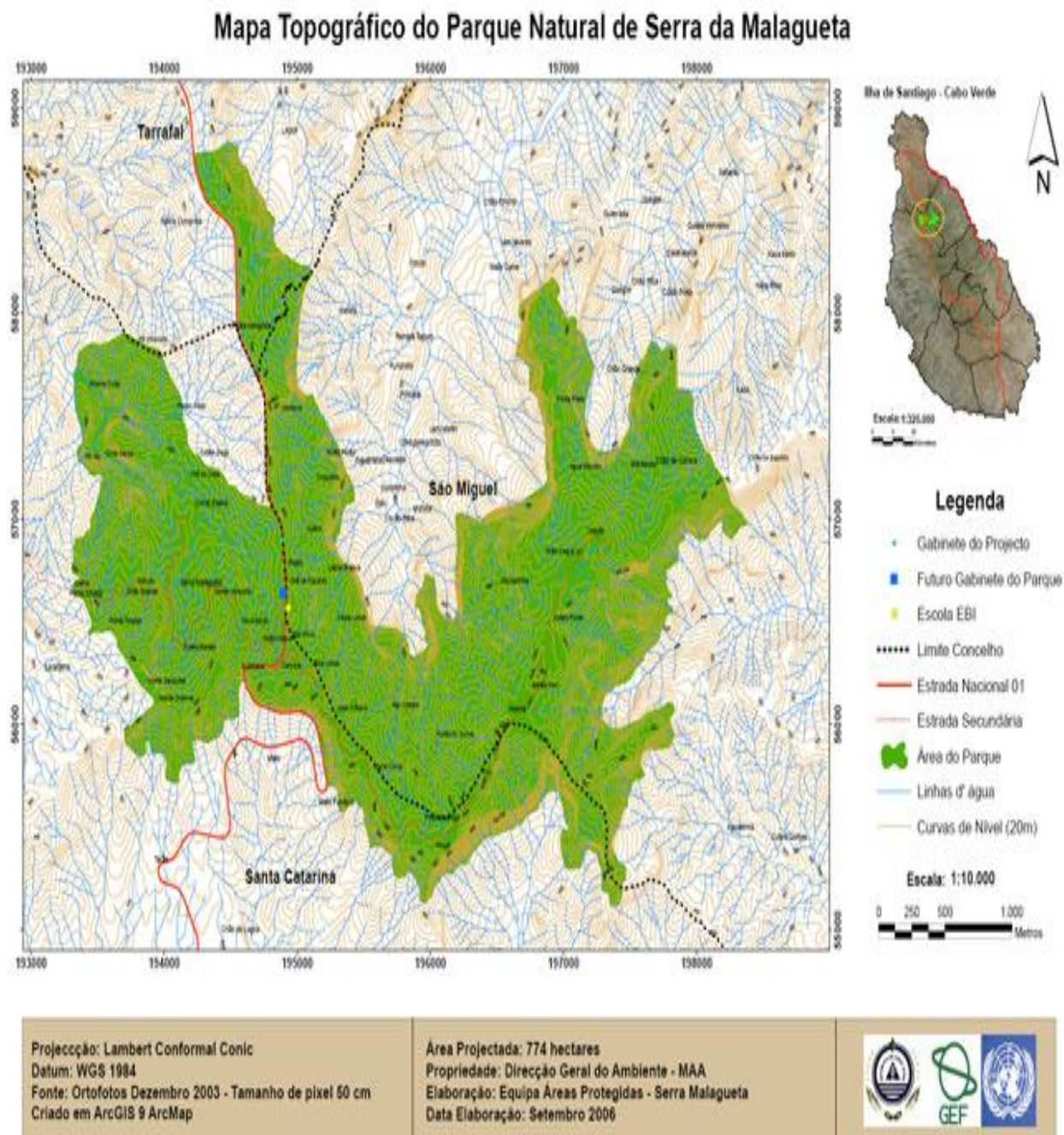
Obrigada pela colaboração!

Nídia Margarida Rosa

Anexos

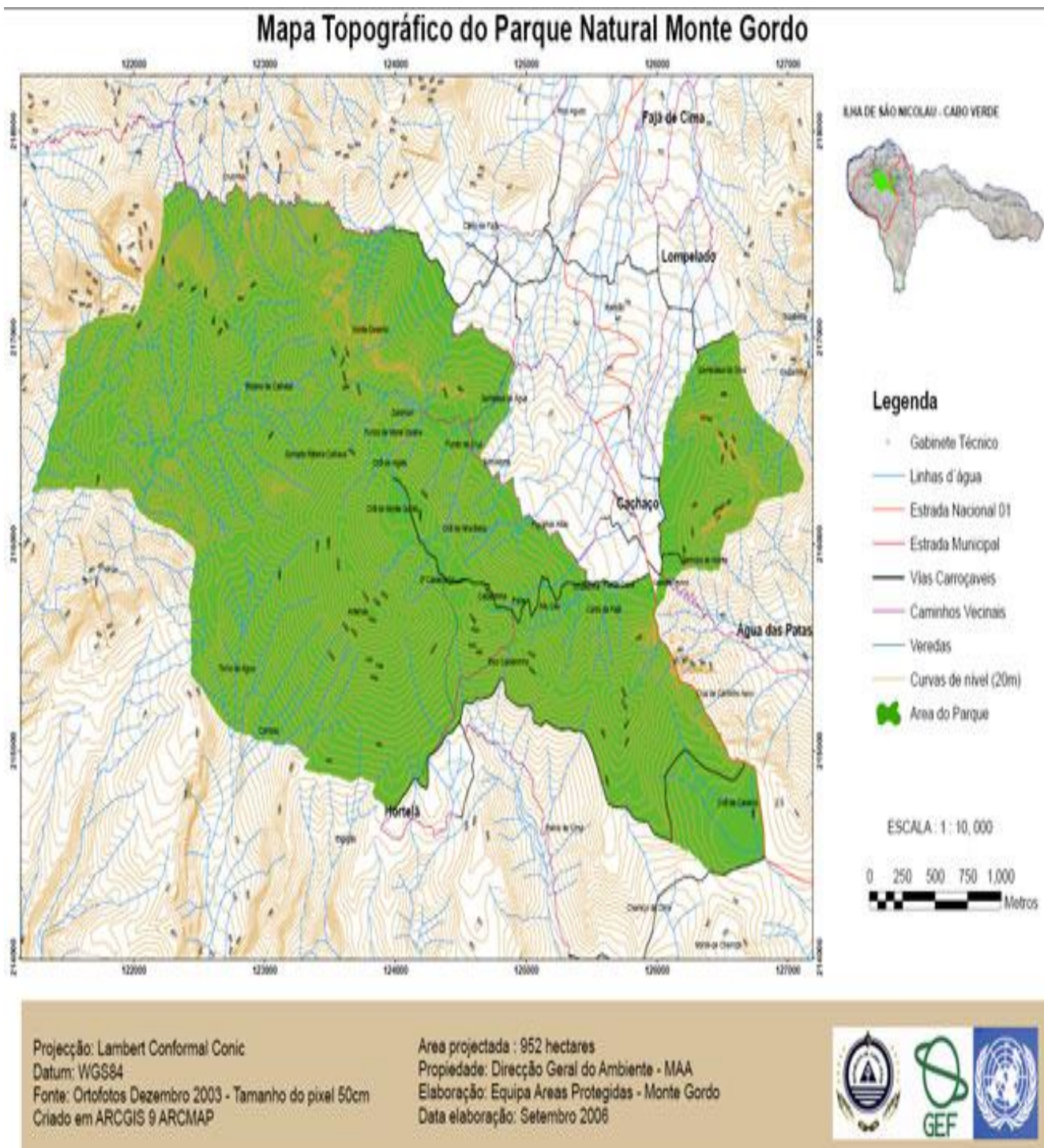
Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta

Anexo 1: Carta Topográfica do Parque Natural de Serra Malagueta



Fonte: Disponível em: <<http://www.sia.cv/>,
consultado em Fevereiro de 2013>

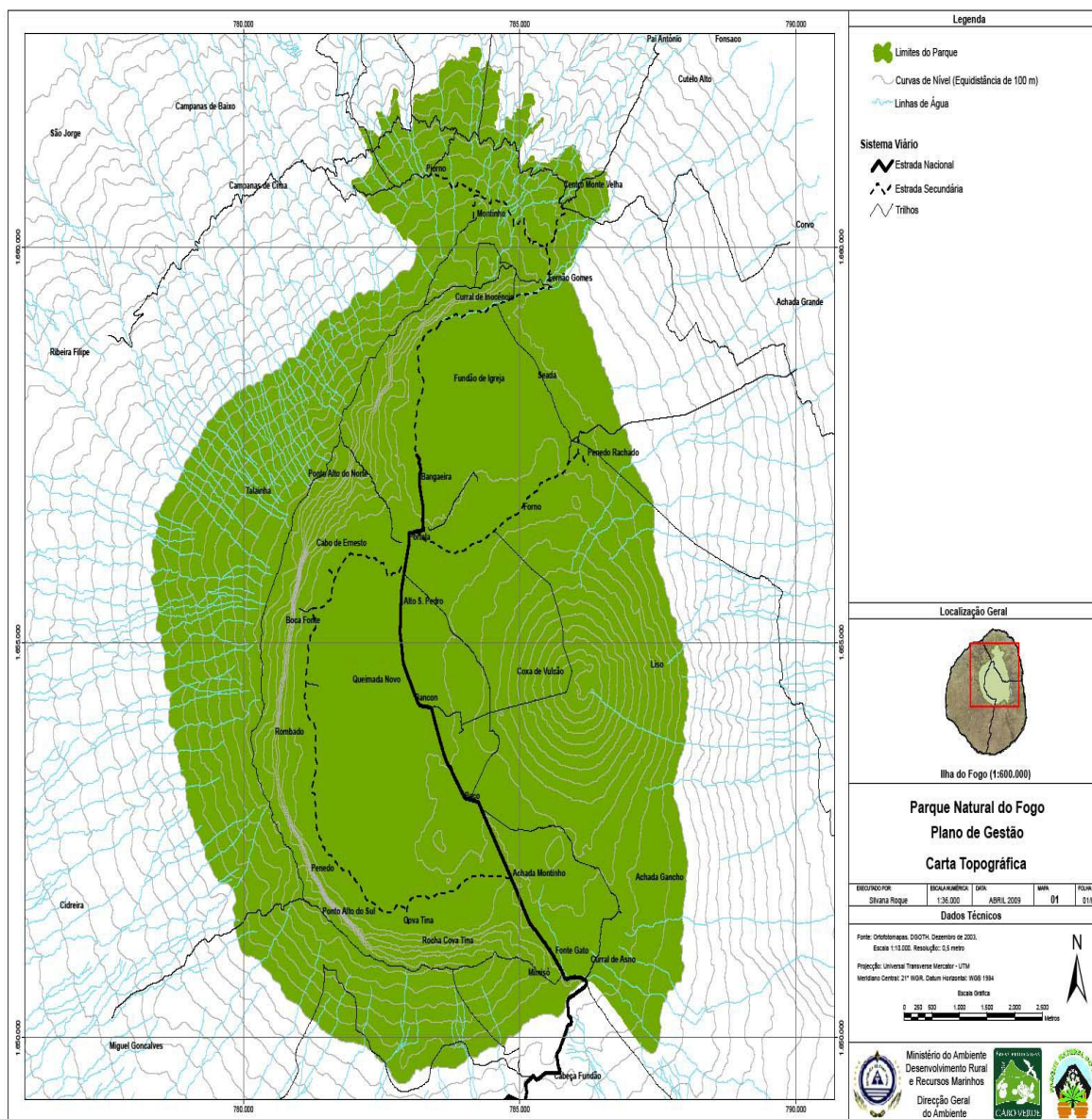
Anexo 2: Carta Topográfica do Parque Natural de Monte Gordo



Fonte: Disponível em: <<http://www.sia.cv/>,
consultado em Fevereiro de 2013>

**Cooperação Institucional e Gestão de Áreas Protegidas
em Cabo Verde: O Caso do Parque Natural de Serra Malagueta**

Anexo 3: Carta Topográfica do Parque Natural do Fogo



Fonte: Disponível em: <<http://www.sia.cv/>,
consultado em Fevereiro de 2013>

